UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

MATHEUS DA ROCHA VIANA

"O QUE SEI SOBRE O AMOR, EU INVENTEI": O AGIR DA BRANQUITUDE NA CONSTRUÇÃO DO SER NEGRO E NOSSOS AFETOS EM BRASÍLIA/DF

João Pessoa – PB

2023

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

V614q Viana, Matheus da Rocha.
O que sei sobre o amor, eu inventei: o agir da branquitude na construção do negro e nossos afetos no DF / Matheus da Rocha Viana. - João Pessoa, 2023.
158 f. : il.

Orientação: Pedro Francisco Guedes do Nascimento.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Afetos. 2. Negritude. 3. Masculinidades. 4. Feminilidades. 5. Violência. 6. Branquitude. 7. Racismo. I. Nascimento, Pedro Francisco Guedes do. II. Título.

UFPB/BC CDU 323.1(817.4)(043)

Elaborado por CHRISTIANE CASTRO LIMA DA SILVA - CRB-15/865

MATHEUS DA ROCHA VIANA

"O QUE SEI SOBRE O AMOR, EU INVENTEI": O AGIR DA BRANQUITUDE NA CONSTRUÇÃO DO SER NEGRO E NOSSOS AFETOS EM BRASÍLIA/DF

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento das exigências para obtenção do grau de mestre em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Francisco Guedes do Nascimento

João Pessoa – PB

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAE)
Centro de Ciências Humanas Letras E Artes (CCHLA)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia

PPGA
Programa de Pós-Graduação em Antropologia

Ata da Defesa da Dissertação de Mestrado do Aluno MATHEUS DA ROCHA VIANA

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, realizou-se na sala da secretaria do PPGA do Centro de Ciências Humanas Letras E Artes, a sessão pública de defesa da Dissertação intitulada: "O QUE SEI SOBRE O AMOR, EU INVENTEI": O AGIR DA BRANQUITUDE NA CONSTRUÇÃO DO SER NEGRO E NOSSOS AFETOS EM BRASÍLIA/DF, apresentada pelo aluno Matheus da Rocha Viana, bacharel em Antropologia com dupla habilitação na licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília. Que concluiu os créditos exigidos para obtenção do título de MESTRE EM ANTROPOLOGIA, área de Concentração em Antropologia Social, segundo encaminhamento do Prof. Dr. Marco Aurélio Paz Tella, Coordenador do Programa de Pós–Graduação em Antropologia da UFPB e segundo os registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação da Pós–Graduação. O Prof. Dr. Pedro Francisco Guedes do Nascimento (PPGA/UFPB), na qualidade de orientador, presidiu a Banca Examinadora da qual fizeram parte os professores doutores Marco Aurélio Paz Tella (PPGA/UFPB), examinador interno, Breitner Luiz Tavares (UnB), examinador externo. Dando início aos trabalhos, O Senhor Presidente, Prof. Dr. Pedro Francisco Guedes do Nascimento convidou os membros da Banca Examinadora para comporem a mesa. Em seguida foi concedida a palavra ao mestrando para apresentar uma síntese de sua Dissertação, após o que foi arguido pelos membros da Banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a Dissertação, à qual foi atribuído o seguinte conceito: APROVADO. Proclamados os resultados pela Prof. Dr. Pedro Francisco Guedes do Nascimento, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos, e para constar eu, Prof. Dr. Pedro Francisco Guedes do Nascimento, (Secretário(a) ad hoc) lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais membros da Banca Examinadora. João Pessoa, 25 de agosto de 2023.

[redacted]

Matheus da Rocha Viana
(Mestrando)

gov.br Documento assinado digitalmente
BREITNER LUIZ TAVARES
Data: 11/09/2023 20:31:17-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Breitner Luiz Tavares
(examinador externo)

[redacted]

Prof. Dr. Marco Aurélio Paz Tella
(examinador interno)

[redacted]

Prof. Dr. Pedro Francisco Guedes do Nascimento
(Presidente da Banca)

DEDICATÓRIA

Dedico a Deus, meus Orixás e meus guias que foram fundamentais para que eu chegasse até aqui e ser quem sou, por nunca me deixarem desistir da força do afeto e por me reerguerem quando não havia mais forças em minhas pernas. Também dedico ao jovem guerreiro Kainan (2015-2023), que foi pego em uma tempestade de complicações de uma família que aprendeu muito com sua rápida passagem conosco. Essa vai para cada e toda pessoa negra que essas palavras encontrarem, que esse trabalho os ajude a não desistir do amor.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar agradecendo meus pais, Antônio e Lígia. Sem vocês nada disso seria possível, eu desejo que todo e qualquer filho tenham pais como vocês que se dedicam a apoiar o sonho de seus filhos e que ofereçam um cuidado inimaginável quando o mundo desaba (e não foram poucas vezes). Peço desculpas pelos surtos durante a pandemia e durante a pesquisa, e agradeço novamente pela paciência, pelas conversas, por acreditarem em mim, nessa pesquisa e no meu potencial como cientista. A vocês eu devo as coisas mais lindas que já vivi, obrigado pela família.

Às minhas irmãs, Ana e Sara, profissionais de saúde da linha de frente durante toda a pandemia, que não largaram mão de nós um segundo e fizeram questão do início ao fim que estivéssemos seguros. Mesmo durante todo esse período tortuoso, vocês continuaram a me incentivar como sempre fizeram desde que eu era pequeno, e por isso e muito mais eu sou extremamente grato! Tudo aquilo que eu poderia pedir perdão já foi dito, então aqui lhes agradeço de todo o coração por terem feito parte da minha criação, eu não seria quem sou hoje sem vocês.

Minha tia Aninha, que não está mais entre nós para ver esse trabalho, mas que fica aqui eternizado o agradecimento à senhora e à semente que você plantou em um Matheus de cinco anos de idade sobre como o mundo precisava de mais afeto. Foi através do seu cuidado que 20 anos depois eu pude estar aqui me emocionando com o processo de buscar um local seguro para pessoas como nós amarem.

Ao meu grandissíssimo orientador, Pedro. Eu sei que não fui o mais pontual dos orientandos rs mas gostaria somente de te agradecer por toda paciência, por toda atenção e por ter me resgatado em um momento de estresse para me guiar nessa jornada até o fim e me fazer acreditar no potencial dessa pesquisa e do resgate que busquei fazer. Pelas conversas, acolhimentos, conselhos e pela tremenda força que me deu esses anos todos, obrigado por ter sido melhor até mesmo do que eu sequer poderia imaginar, pra sempre me sentirei grato e sortudo por ter sido acolhido por alguém como você.

Aos colegas do NEAN – OJU OBÁ. Eu sei que me ausentei em momentos péssimos e por isso lhes peço desculpas, não queria que tivesse acontecido esse distanciamento não programado da minha parte, mas saibam que cada um de vocês fez meus olhos brilharem não só pela inciativa que me permitiram fazer parte, mas pelo acolhimento que só um grupo como o nosso poderia oferecer. Esse nome ecoará

eternamente em minha história e eu me orgulho profundamente de cada um de vocês. Obrigado pela inciativa de aquilombar em um mundo tão branco!

Às colegas que eu infelizmente ainda não conheci pessoalmente, Nadja, Priscila, Josi e Louise. Muito obrigado por tudo que compartilhamos, pelo cuidado que tiveram com nosso contato, pelos trabalhos que realizamos juntos e por todo companheirismo que tivemos. Em especial à Priscila, que tive mais contato e digo que foi uma aventura incrível te conhecer, te escutar e compartilhar das experiências com você. Obrigado pela sua coragem e força em não deixar que injustiças ocorram na sua frente. Esse PPGA com certeza sempre lembrará de você!

Um grande agradecimento a todo corpo de servidores, terceirizados e prestadores de serviço do CCHLA, CCAE e do PPGA, sem vocês a instituição com certeza não funcionaria e a maioria de nós não chegaria aqui sem o auxílio de vocês! Agradeço imensamente ao acolhimento que eu, um estudante de fora, tive nesse PPGA por parte de seus docentes e pelos aprendizados que me foram transmitidos, tenho orgulho em fazer parte das pessoas que passaram por lá.

Ao grande amigo e veterano Vinícius Venâncio, que além de ser uma das pessoas mais engraçadas e solícitas que já conheci, foi um exemplo enorme do antropólogo que eu sempre quis ser e ajudou a pavimentar todo um caminho (junto de outres) para o que eu costumo chamar de “nova antropologia afro-brasileira”. Poder ver seus trabalhos de perto é extremamente inspirador, obrigado por isso.

A outro Vinicius, o Dias. Obrigado pela iniciativa de criar a roda para homens negros em Brasília, para além de tudo que já conversamos, posso dizer que essa pesquisa nasceu ali, obrigado por me permitir estar ali naquele início! Sua prática é inspiradora!

Às psicólogas: Adriana e Amanda. Muito obrigado pelo acolhimento em suas clínicas, ambas intervieram em minha vida de formas que eu não sei explicar, só sei dizer que sem vocês nada disso aqui existiria. Adriana, obrigado por me receber lá em 2017 em um grande momento de crise, por ter me ajudado por tantos anos e ter me feito acreditar que eu era capaz de muita coisa que jamais imaginaria, obrigado também por me deixar ir depois de 5 anos e me permitir seguir por outros caminhos. Amanda, obrigado por me receber esse ano, sua sensibilidade e sua prática são algo que me tocaram profundamente e sou extremante grato que tenha cruzado seu caminho, hoje vejo que precisava disso.

Às amigas Laura e Clara. Obrigado pela parceria de mais de década, por me fazerem me apaixonar pela nossa amizade todos os dias e por ter me oferecido dos espaços mais seguros que eu já habitei em uma relação na vida. O amor de vocês me toca e eu não seria esse Matheus se não fosse por ele. Aos amigos Rafael, Pietro, Cassiano e Diego obrigado por terem a flexibilidade de mudar comigo durante esse tempo todo e por me oferecer um referencial positivo de amor entre amigos homens que me permitisse encarar a masculinidade tóxica que nos foi ensinada e entender que o amor vai muito além dessas fronteiras. Obrigado também Ana Brisa, pelas inspirações, incentivo, os presentes, compreensão e companheirismo principalmente na pandemia, onde nos fizemos presentes em momentos tão difíceis.

Muito obrigado à Letícia, seu amor, carinho e companheirismo foram essenciais para que eu conhecesse cada vez mais sobre o amor em si e cada vez mais sobre a força que tinha para enfrentar cada etapa da feitura desse trabalho. Desde que entrei nas Ciências Sociais em 2015 tenho a imagem fixa de você brilhar na luz do fim de tarde no ICC e desde aquele momento você me inspira em ser uma pessoa e um cientista melhor. Obrigado por me permitir dividir um pouco da vida com você e por me apoiar tanto.

À grande pequena Lara, minha queridíssima de anos e que me acompanha em tudo que é buraco. Obrigado pela nossa amizade, pelo companheirismo, pelas leituras, pelas trocas de peito aberto, pela sinceridade e pelo cuidador enorme que eu só encontro nos seus braços. Te amo bb, carai. E à Julinha Teodoro, que eu amo sem saber explicar o tanto, que me traz uma felicidade enorme que exista e que eu sou eternamente grato por ter compartilhado tantos minutos de minha vida com você, obrigado pelo carinho!

Chegando ao fim, mas não menos importante, Amanda. Você foi uma parceira indescritível esse último ano e eu não tenho como explicar a felicidade que me preenche por saber que você está na minha vida. Ao cuidado, leveza, apoio, risadas e companheirismo que eu só encontrei em você, meu maior agradecimento. Saiba que existe uma parte minha que crê em tudo de mais positivo no amor porque vi isso através dos seus olhos e isso foi motor pra que eu acreditasse cada vez mais nesse sentimento como uma força revolucionária. Houveram momentos dessa dissertação que eu não teria movido uma página sequer se não fossem seus abraços, seu aconchego e o carinho que você me traz. Por sua causa, carrego pra sempre a certeza de que existe um amor leve, parceiro, engraçado, aconchegante e pleno para pessoas como eu. Obrigado pela empolgação com esse trabalho, por acreditar em mim mesmo quando eu não conseguia e

por me fazer sua sorte em meio aos nossos encantamentos. Amar e ser amado por você é das coisas mais lindas que um coração pode vivenciar, é tão fácil e leve que tudo faz sentido. Obrigado.

E claro, um grande agradecimento às pessoas que permitiram que essa dissertação existisse: Ângela, Conceição e Jorge, meus interlocutores. Obrigado por abrirem seus corações pra mim, por compartilhar comigo um pouco de suas vidas e por acreditar nessa pesquisa como algo que lhes fazia sentido e ajudou a curar em alguns pontos que doíam. Foi um prazer ouvir cada segundo de vocês repetidas vezes, cada fala de vocês me fortaleceu de formas inexplicáveis, muito obrigado mesmo pelo tempo de vocês e por se porem nesse local de vulnerabilidade, que eu bem sei que não é fácil. Que esse trabalho continue ajudando a quem precisa e as falas de vocês vão acolher muita gente, como me acolheu.

Por fim, um grande agradecimento a Baco Exu do Blues e Rico Dalasam. Os álbuns que vocês lançaram em 2022 foram um ponto sem retorno pra mim no sentido de me entender com meus sentimentos no mundo. A confusão que senti entre raiva, amor, alívio e angústia ouvindo vocês, foi protagonista na minha vida esses últimos anos e eu espero carregar esses momentos para sempre. Que esse trabalho possa fazer jovens negros se encontrarem através do que eu senti, assim como vocês me ajudaram.

RESUMO

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa etnográfica realizada com pessoas da população negra de Brasília, sejam nascidos lá ou não. O objetivo da pesquisa e análises aqui apresentados têm origem em uma inquietação de anos, envolvendo as situações de violência racial e de gênero presentes no país e que também se fazem presentes através de mecanismos urbanos da cidade de Brasília, capital do país. O trabalho de campo contou com entrevistas realizadas de forma remota e presencial durante os anos de 2021 e 2022 afetados pela pandemia de COVID-19, análises de obras literárias e artísticas e uma análise sobre a forma que a população negra de Brasília vivencia a cidade, por meio de dados produzidos pelo Estado e acontecimentos que atingiram a mídia. Tal trabalho me permitiu, junto a meus e minhas interlocutores, analisar construções do imaginário cultural local sobre a pessoa negra, a construção do ser e dos afetos da pessoa negra diante da situação de racialização e domínio da branquitude no país e em sua capital.

Palavras-chave: Afetos; Afetações; Negritude; Masculinidades; Feminilidades; Violência; Branquitude; Racismo; Identidade

ABSTRACT

The present work is the result of an ethnographic research carried out with people from the black population of Brasília, whether born there or not. The objective of the research and analyses presented here has it roots in years-long concern involving the situations of racial and gender violence present in the country and which also make themselves active through urban mechanisms in the country's capital. The fieldwork included interviews conducted remotely and in person during the years of 2021 and 2022, affected by the COVID-19 pandemic, analyses of literary and artistic works and an analysis of the way the black population of Brasília experiences the city, through data produced by the government and events that reached the media. This work allowed me, together with my interlocutors, to analyse constructions of the local cultural imaginary about the black person, the construction of the being and affections of the black person in the face of the situation of racialisation and dominance of whiteness in the country and in its capital.

Keywords: Affection; Blackness; Masculinities; Feminilinities; Violence; Whiteness; Racism; Identity

LISTA DE IMAGENS E TABELAS

Foto de capa – Fotografia de Vinícius Gabriel, tirada e produzida por mim em ensaio da série ainda não divulgada “BLACK ROYALTY”, 2019

Fig. 1 – Mapa reduzido de Brasília da região do Plano Piloto (domínio público) ____ 32

Fig. 2 – Mapa da CODEPLAN que evidencia percentual de população negra em cada Região Administrativa de Brasília _____35

Fig. 3 – Mapa do Metrô-DF que mostra as linhas presentes no transporte _____38

Fig. 4 – Foto de Raphael Sebba mostrando o Sol Nascente (periferia) e Lago Sul (bairro elitizado) _____ 42

Fig. 5 – Tabela da Fundação Getúlio Vargas, “Topo de Rankings Espaciais Diversos”, 2023 _____64

Fig. 7 – Tabela com distribuição de registros de injúria racial por Região Administrativa, dados da PCDF _____69

Fig. 6 – Gráfico em pizza com dados sobre ocorrências de injúria racial e seus anos de registros, dados da Polícia Civil do Distrito Federal _____70

Figs. 8, 9 e 10 – Cenas do videoclipe da música “conversa com uma menina branca” (2022) do cantor Djonga _____83

Fig. 11 – Tabela do Atlas da Violência sobre taxa de homicídios de negros e não negros por 100 mil habitantes e razão de risco relativo, por Unidade Federativa (2018) _____90

Fig. 12 – Encarte do Atlas da Violência de 2020 _____91

Fig. 13 – Manchete da Revista Fórum _____95

Fig. 14 – Encarte do Atlas da Violência de 2022 sobre violência contra pessoas negras _____ 110

Fig. 15 – Infográfico do BrasildeFato sobre violência contra pessoas trans no Brasil_117

Fig. 16 – Página completa da tirinha “os Santos” de Leandro Assis e Triscila Oliveira _____ 125

LISTA DE SIGLAS, ABREVIAÇÕES E TERMOS

Siglas:

RA – Região Administrativa

LGBTQIAP+ - Lésbicas, gays, bissexuais, trans, queers, intersexo, assexuais/ arromânticas/ agênero, pan-amoroso/ poli-amoroso

CEI – Ceilândia

NOVACAP - Companhia Urbanizadora da Nova Capital

CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal

JK - Juscelino Kubitschek de Oliveira

SINPRO/DF – Sindicato dos Professores do Distrito Federal

GDF – Governo do Distrito Federal

PROUNI - Programa Universidade Para Todos

INFOPEN - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias

Abreviações e termos:

JL – Jorge Laffond (pseudônimo de interlocutor escolhido por mim em homenagem ao artista)

AG – Ângela Davis (pseudônimo de interlocutora escolhido por mim em homenagem à cientista, escritora e ativista dos Panteras Negras)

CN – Conceição Evaristo (pseudônimo de interlocutora escolhido por mim em homenagem a escritora)

Centro/Plano – Plano Piloto

Satélites – áreas periféricas que “orbitam” o Plano Piloto

Sumário

INTRODUÇÃO **15**

DO AMOR AO TEMA: ETNOGRAFIA NÃO TEM HORA PARA COMEÇAR OU ACABAR 15

BREVE COMENTÁRIO SOBRE CATEGORIAS DE ANÁLISE 18

ETNOGRAFIA VIRTUAL E AS POSSIBILIDADES DO FAZER ANTROPOLÓGICO DENTRO DO CONFINAMENTO 20

CRIANDO ESPAÇOS DE PARTILHA 24

CAPÍTULO 1 – BRASÍLIA: SONHO DE MUITOS, CIDADE DE POUCOS **28**

1.1 - AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DE BRASÍLIA E A QUEM FORAM DESTINADAS 33

1.2 - MOBILIDADE E CRIAÇÃO DE SUJEITOS 36

CAPÍTULO 2 – "A COR SEMPRE CHEGA PRIMEIRO" - DA CONSTRUÇÃO DO SER NEGRO **45**

2.1 O GRANDE ENCONTRO: A BRANQUITUDE E O PROCESSO DE RACIALIZAÇÃO COMO PARTE DE SE CONSTITUIR NEGRO NO BRASIL 45

2.2 A CONSTRUÇÃO DO SER NEGRO NO BRASIL - TOMADAS DE CONSCIÊNCIA E ESTRATÉGIAS DE COOPTAÇÃO DA BRANQUITUDE 54

2.2.1 – O que fizeram de mim: a percepção do ser negro e as referências da branquitude *56*

2.2.2 – O lugar que ocupamos em nossa própria negritude *59*

2.3 SER NEGRO EM BRASÍLIA: A CIDADE NÃO É NOSSA 63

2.3.1 – O agir temerário dos agentes do Estado e as fronteiras *67*

CAPÍTULO 3 – ENTRE SER E NÃO SER, SEJA: GÊNERO E RAÇA NO CONTEXTO BRASILEIRO **71**

3.1 NA MARÉ CONTRA A NORMATIVIDADE: QUANDO A RAÇA É O PONTO DE PARTIDA 73

3.1.1 Masculinidades negras e violências: de onde partimos e para onde vamos *77*

3.1.2 – Os efeitos do sequestro das masculinidades pela branquitude *94*

3.2 – PRA QUEM FOI ALIMENTADO COM ÓDIO, ATÉ QUE VOCÊ APRENDEU A AMAR 98

CAPÍTULO 4 – DAS FEMINILIDADES NEGRAS: COM QUANTAS VIOLÊNCIAS SE CONSTRÓI UM ESTEREÓTIPO? **107**

4.1 – SEXISMO, RACIALIZAÇÃO E DESAMPARO 119

4.1.1 – sexualização e exploração: os responsáveis invisíveis da opressão *123*

4.2 – VIVENDO NAS TRINCHEIRAS: OS AFETOS (OU O ABANDONO DELES) 136

4.2.1 – o que sobra? *139*

CONSIDERAÇÕES FINAIS **148**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **153**

Introdução

Do amor ao tema: etnografia não tem hora para começar ou acabar

Quando ainda era um jovem estudante na graduação em Antropologia na Universidade de Brasília (UnB), por meados de 2016 vivi um relacionamento amoroso em que me senti verdadeiramente amado. Pela primeira vez em minha vida, havia sentido que alguém além da minha família e amigos realmente me amava e essa realização me colocou em uma espiral da qual não saí até hoje, me trazendo a pergunta: porque somente agora? E, isso tem a ver com raça? Essas perguntas me demonstraram aquilo que Mariza Peirano (2014) nos traz, que de fato o fazer etnográfico não só não é um método, como também se faz presente na vida do antropólogo de forma constante, nos trazendo reflexões do cotidiano que posteriormente podem se tornar investigações mais aprofundadas, e assim foi com esse trabalho.

> [...] Desse episódio fica claro que a pesquisa de campo não tem momento certo para começar e acabar. Esses momentos são arbitrários por definição e dependem, hoje que abandonamos as grandes travessias para ilhas isoladas e exóticas, da potencialidade de estranhamento, do insólito da experiência, da necessidade de examinar por que alguns eventos, vividos ou observados, nos surpreendem. E é assim que nos tornamos agentes na etnografia, não apenas como investigadores, mas nativos/etnógrafos. (PEIRANO, p. 379, 2014)

Portanto, desde 2016 venho fazendo um esforço para me aproximar da Antropologia das Emoções e de encontrar escritos e práticas que me ajudem a entender essa problemática que a minha inserção na sociedade como um jovem preto me permitiu perceber. É quando em 2017 começo a dialogar um pouco mais com algumas teorias da decolonialidade e esboço meu primeiro artigo que só seria publicado em 2020 (VIANA, 2020)[1], teorizando e propondo uma "decolonização dos nossos afetos", uma vez que meu primeiro entendimento é de que há um peso das consequências sobre como a sociedade brasileira trata de raça desde a colonização na forma como nossas construções de afeto são feitas. Esse primeiro exercício me abriu diversas portas, principalmente para novas bibliografias, e me permitiu aprofundar esse debate em outras ocasiões.

A *decolonialidade* é uma forma de produção científica alinhada a uma posição ideológica e prática social que busca identificar, combater e intervir de forma direta noções criadas pela colonialidade e seus sujeitos, de forma a vislumbrar uma libertação

[1] Ver VIANA, 2020.

de um sistema de opressão que opera em conjunto num “sistema mundo moderno/colonial” que desde 1492 se adapta às estruturas dominantes que surgem e eficientemente perpetua uma elite no poder que se alimenta de hierarquias sociais (COSTA; GROSFOGUEL, 2016, p. 16).

Tal momento de minha vida foi acompanhado da descoberta de autores como Frantz Fanon (2008), Deivison Nkosi Faustino (2014), bell hooks (2000; 2001) e Osmundo Pinho (2004; 2015), que me permitiram abrir meus horizontes ainda mais sobre todas essas dimensões da afetividade e ainda compreender algumas das questões de gênero que se fazem presentes nesta discussão, que nesse caso em específico, foi a discussão sobre masculinidades negras no Brasil, em contexto diaspórico e no continente africano. A forma como esse assunto foi trabalhado por esses autores e pela importantíssima Oyèrónkẹ́ Oyěwùmí (2000; 2015), me trouxe uma realização muito maior do que a que eu estava tendo no momento, que era de fato buscar investigar como estavam sendo alimentadas e feitas essas construções de nossas masculinidades e feminilidades nesse contexto diaspórico.

Pensar a construção de masculinidades e feminilidades no Brasil como parte de um processo interseccional de gênero e raça não havia passado pela minha cabeça até então. E enquanto um homem cis negro me fez repensar meu próprio local na estrutura social e compreender que, pelo menos em minha vivência, eu não ocupava o mesmo local na sociedade brasileira que homens cis brancos, mesmo que tivesse passado uma vida inteira acreditando viver dentro de seus padrões hegemônicos de masculinidade. Essa percepção me levou a trabalhar principalmente com Fanon, Pinho e Faustino, que permitem uma boa análise sobre o que envolve socialmente, historicamente e economicamente a construção do homem e da mulher negros no Brasil. Essas análises que serão trabalhadas aqui posteriormente de forma extensiva, me permitiram entender ainda mais a raça como um fator determinante de desigualdade social em sua forma mais eficaz: a hierarquização social.

Foi então após algumas experiências vividas em minha pesquisa anterior, que acabo aqui no mestrado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde pude ter a perspectiva de trabalhar com esse “objeto” de pesquisa. Dessa forma, o trabalho aqui apresentado é uma análise sobre como o espaço urbano de Brasília e suas sociabilidades são capazes de oprimir racialmente sua população negra (mas não somente) a ponto de ser responsável pela afetação direta na construção de masculinidades, feminilidades,

identidade e emoções de pessoas negras que ali habitam ou transitam. Tal análise foi possível não só através de meus interlocutores e interlocutoras que se dispuseram a compartilhar suas experiências, dores e amores comigo (e com vocês, leitores/as), mas também por observações, notas e relatos feitos em uma vida inteira na capital do país. Além da análise dos dados produzidos sobre violência racial, policial e sexual que ocorrem no país (e como o fator racial permeia essas vivências).

Portanto, esse também será um trabalho sobre o domínio da branquitude como elites do poder na *cidade* e investigar, onde passei uma boa parte das violências raciais que vivi, como que a interação com a branquitude proporcionada pelas sociabilidades urbanas de Brasília atravessam e influenciam nessas construções sociais e afetuosas de sua população negra (que é majoritariamente periférica).

No que se segue, teremos um primeiro capítulo o qual me dedico para trabalhar um pouco melhor não só a metodologia por assim dizer, mas os caminhos e formas utilizados para a realização dessa pesquisa, bem como os materiais de análise que me permitiram fazer os paralelos encontrados entre os dados coletados e outras obras, principalmente pelo momento não usual que tivemos durante a pandemia e as adaptações necessárias nesse sentido. Sigo para um segundo capítulo dedicado a explicar as nuances e a formação de Brasília como a capital do país, passando não só pela sua construção, mas pela forma que sua urbanidade é utilizada como forma de controle de corpos e marginalização de uma população subalterna, descendente direta dos povos que migraram o país para construir a cidade e depois foram colocados em uma situação de abandono. Esse capítulo também nos permite explorar a relação da população negra com a cidade e como essa também é um mecanismo de opressão do Estado.

O terceiro capítulo é onde trago a discussão para um enfoque maior nas questões raciais e trabalho sobre os aspectos de se entender e se construir uma identidade como pessoa negra no Brasil e em sua capital, apontando quais questões nos atravessam e a influência da branquitude, racismo e relações de poder nesse processo. Ainda nessa questão, sigo para os dois últimos capítulos, o quarto e quinto, que respectivamente irão tratar sobre a construção de gênero, masculinidades, feminilidades e afetos, partindo de uma abordagem interseccional entre esses e outros marcadores sociais para que seja possível analisar mais pormenores desses processos e apontar com mais precisão onde a branquitude, racismo, machismo, sexismo e lgbtfobia se fizeram presentes e qual tipo de

afetações causaram em nossas vidas. Buscando também trazer essas análises para uma análise sobre a cidade e sua influência nesses acontecimentos.

Todos os capítulos trabalham não só com o ponto de vista acadêmico, mas também artístico e jornalístico sobre as questões, uma vez que não há somente uma maneira de retratar acontecimentos e a realidade e vi nessas outras referências a possibilidade de enriquecer os dados aqui apresentados. Dessa forma, me permito explorar o caráter interdisciplinar da antropologia e incorporar esses materiais de outras origens como fontes importantes para minhas análises, o que me permitiu que o dizer de meus interlocutores não fossem as únicas fontes a serem ouvidas, mas também a de muitas outras pessoas negras que comunicam essas problemáticas há anos.

Breve comentário sobre categorias de análise

Uma das categorias de análise que envolve todo esse trabalho etnográfico é a *raça* e por assim dizer vemos a necessidade de partir do entendimento de raça como uma categoria social (como já é conhecido), que nasce de um longo processo de racialização do mundo como traz Octavio Ianni (1996) que se deu através da necessidade colonial de hierarquizar socialmente a humanidade e justificar muitos dos genocídios e escravizações que ocorreram na história em nome de um "processo evolutivo e civilizatório" e até mesmo da classificação científica, como argumentaram até alguns antropólogos que produziram naquela época:

> Esta é uma longa história, começando com os grandes descobrimentos marítimos e desenvolvendo-se através do mercantilismo, colonialismo, imperialismo, transnacionalismo e globalismo. De tal modo que no fim do século XX a África, Oceania, Ásia, Europa e Américas continuam desenhadas no mapa do mundo e no imaginário de todo o mundo como uma multiplicidade de etnias ou raças distribuídas, classificadas ou hierarquizadas de formas muitas vezes extremamente desiguais. (IANNI, 1996, p. 06)

Dentro dessa ideia sobre raça e tendo em vista que se trata de regiões habitacionais do DF, um dos temas que serei obrigado a abordar é o uso do termo *pardo*, aplicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos seus censos. A ideia do termo *pardo* representa, como traz Oracy Nogueira, uma categoria um tanto abstrata que depende de alguns fatores além das características fenotípicas do indivíduo para que seja considerado mais próximo de uma identidade não-branca ou branca (NOGUEIRA, 2007). A categoria utilizada pelo IBGE se apoia principalmente na miscigenação para justificar seu uso, e nos leva a ter que utilizar a ideia de que uma determinada região do DF tem habitação de "n% de pretos e pardos" em alguns momentos.

Para além desse entendimento sobre a questão de raça, também devemos levar em conta que se trata de uma etnografia que trabalha fora de um molde colonialista e adota perspectivas decoloniais e afrocentradas que permitam observar a realidade da vivência de pessoas de origem afro-brasileira e até em certos pontos, africana, que socialmente não têm a chance de existir e vivenciar a sociedade da mesma forma que aqueles ocupando espaços de poder no Brasil (quase que em sua totalidade homens brancos pertencentes à elite).

Nilma Lino Gomes (2019) trata sobre os diversos acontecimentos que ocorrem na vida de uma pessoa preta que nos faz sermos reconhecidos como pretos sem antes nos reconhecermos como tal e ainda mais em outra dimensão, insistir em negar essa identidade ou forçar um embranquecimento devido pressões sociais externas ou até familiares (GOMES, 2019).

> Um dos momentos marcantes dessa entrevista foi a discussão sobre a relação entre a experiência familiar e a questão racial. Na sua narrativa, E. dizia de um conflito construído socialmente: nascer em uma família negra em que o olhar sobre o corpo negro segue a ideologia do branqueamento e, quando adulto, contrapor-se a isso através da recusa a esse tipo de "ensinamento". [...] (GOMES, 2019, p. 136)

Uma categoria que também é uma parte importante para o entendimento das mecânicas urbanas de Brasília, sua segregação racial/de classe e a presença disso tanto nas análises quanto nas vidas de quem a habita é a ideia de *racismo ambiental*. De acordo com Selene Herculano, da Universidade Federal Fluminense (UFF-RJ), esse conceito surge de forma a nomear um grupo de ações governamentais que aprofundam injustiças socioambientais já vividas por populações marginalizadas, de forma que irão propositalmente vulnerabilizar ainda mais essas vidas e impor mais uma fronteira na relação de quem tem sua cidadania plena e respeitada e quem é visto como uma ameaça a "deixar morrer[2]" através dessas práticas (HERCULANO, 2006; FILGUEIRA, 2021). Essa forma de opressão é bem visível quando falamos da agência do setor agropecuário na devastação de biomas e território indígena ou quilombola, mas também se faz presente nas cidades e suas periferias, e é esse ponto que busco trabalhar aqui.

Aproveito para trabalhar também com as noções que envolvem o planejamento urbano de Brasília e dialogar como esses espaços são habitados, bem como são utilizados pelo Estado brasileiro em sua missão incansável de marginalização com base em raça,

[2] Noção trabalhada por Achille Mbembe (2018).

classe e gênero. Dessa forma, trago uma análise sobre o panorama racial dos bairros da cidade, além de trazer também índices de violência policial através de reportagens e inclusive de ocasiões que houve abuso de poder e crimes de injúria racial e racismo. Esses mapeamentos e panoramas não são novidade alguma, sociólogues, antropólogues, cientistas políticos, jornalistas, advogados e historiadores da Universidade de Brasília e outras instituições já vêm expondo esses dados e ocorrências há um bom tempo, porém, trago tais dados aqui para que seja possível *"mostrar a cidade"*. Por isso, continuo essas questões em próxima sessão para que todes possam compreender um pouco sobre Brasília, seu histórico, seu planejamento e como a burguesia foi capaz de torná-la em um paraíso para a branquitude e um pesadelo para pessoas marginalizadas.

Em outro momento, seguimos a discutir então as questões de gênero, que levarão em conta a experiência que enfrentam não somente pessoas cis, mas também pessoas trans pretas no DF e o conceito de que a construção de masculinidades passam por esse processo de subalternidade e também de uma assimilação forçada pelos grupos soberanos de falsamente tentar nos incluir na mesma categoria de forma a reduzi-la em uma coisa só, mesmo que as experiências (principalmente àquelas perante o Estado) sejam totalmente diferentes. Logo, todas as categorias abordadas até aqui e posteriormente também, serão tratadas dentro da perspectiva interseccional que leva em conta a raça como fator presente em *todas* essas vivências a serem compartilhadas.

Etnografia virtual e as possibilidades do fazer antropológico dentro do confinamento

A partir da realidade que enfrentamos esses últimos anos com a pandemia de Covid-19, volto-me aquilo que procurei refletir sobre essa etnografia que é a questão sobre a "observação participante" fazer a gente se adaptar ao atual momento. Eu não poderia, como planejado no projeto, acompanhar meus interlocutores no seu dia a dia e suas locomoções na cidade em sua rotina diária/semanal/mensal, muito menos encontrá-los de forma segura para conduzir as entrevistas ou gravar o documentário que havia pensado em fazer anos atrás. Todos esses planejamentos e mais alguns outros tiveram que ser repaginados para um formato que me permita "olhar, ouvir e escrever" (OLIVEIRA, 1996) essas pessoas e suas trajetórias, mas de forma que sua participação não fosse limitada a somente entrevistas e conversas gravadas. Entra aqui o que Christine Hine (2015) bem trabalhou em entrevista: as etnografias virtuais.

> Embora, como disse, não deseje distinguir a etnografia envolvendo a internet de outras formas de etnografia, é correto dizer que aplicar uma abordagem etnográfica à internet requer alguns tipos específicos de criatividade, de modo a ser capaz de detalhar os modos pelos quais as atividades on-line produzem sentido. [...]
>
> A cotidianidade da internet reforça a tendência dessa ferramenta e das plataformas individuais on-line em serem tratadas como infraestruturas não percebidas na maior parte do tempo e apenas raramente tematizadas em discussão específica. Pode ser bastante útil para o etnógrafo assumir uma perspectiva crítica, tanto sobre a despercebida internet cotidiana, quanto sobre a internet tematizada. (HINE, 2015, p. 170-171)

Sendo assim, conduzi essa pesquisa em 4 etapas que não necessariamente vão seguir de forma linear uma da outra, mas também se encontraram e foram postas em prática simultaneamente:

Primeiro, optei por criar um formulário online em 2021 que foi composto por uma breve explicação sobre o teor da pesquisa e pedindo informações básicas sobre o participante para que pudesse se candidatar e participar do trabalho como interlocutor. A segunda etapa seguiu para o contato com as pessoas que me autorizam a utilizar dados compartilhados sobre suas rotinas e experiências na cidade como fotos antigas e outros[3].

A terceira etapa envolveu as entrevistas/conversas com base nas trocas que foram realizadas até a segunda etapa e sem necessidade de seguir um roteiro pré-definido para todas as conversas, mesmo que algumas perguntas acabem se tornando padrão em todas elas. As conversas conduzidas na terceira foram tocadas principalmente por aquilo que habita a categoria do sentimento, sobre sentir a experiência (quase que literalmente) na pele de ser uma pessoa negra no DF em suas diversas formas a depender não só do lugar que habitamos enquanto corpos fixos (moradores) mas também como transeuntes (trabalhadores, estudantes, pessoas em lazer e afins). Essa discussão claramente passa pelas análises de como é a relação entre o Estado e a população preta tanto no DF como no país, assim como pela constante marginalização social imposta a essa população.

A análise também leva em conta aquilo que Achille Mbembe trata em sua obra "*Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*" (2018) que vem sendo muito discutida principalmente após os primeiros dois anos do atual governo, assim como "*O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*"

[3] Isso é algo que percebi e será também um assunto comentado e trabalhado na dissertação: minha etnografia, infelizmente, me limita a trabalhar com pessoas que necessariamente tenham acesso à internet ou linha telefônica. Uma vez que estava impossibilitado de transitar presencialmente, de forma segura e responsável, pelas moradias de participantes.

(2016) de Abdias Nascimento, sobre como as ameaças que o Estado representa para essas populações são planejadas e intencionais, ocorrendo em diversas esferas e de diversas formas simultaneamente[4] (NASCIMENTO, 2016). Tendo em vista que eu sou uma dessas pessoas negras que estaria na mira do Estado, não há como deixar o relato da antropóloga Julia Marques Dalla Costa de fora. Dalla Costa (2019) afirma que naquela situação de sua etnografia tudo a envolvia, ela não estava inserida em campo por já está imersa nele e ainda ressalta de maneira belíssima que em uma etnografia a personalidade do antropólogo não pode ser ignorada, sua trajetória e existência devem ser levadas em conta sim quando uma etnografia está sendo realizada (DALLA COSTA, 2019, p. 16-17), ou não levamos em conta que antropólogos como Evans-Pritchard eram homens brancos, financiados por seus países colonizadores e em um continente africano em meio a uma colonização ofertada por sua pátria?

Acho necessário abordar a dimensão do que até então parece ser a base dessa etnografia, pois como trouxe Mariza Peirano (2014), toda etnografia faz parte de uma "*formulação teórico-metodológica*" (PEIRANO, 2014, p. 383). Etnografias são um constante alinhamento de teorias e práticas empíricas capazes de formular o que vamos entender como nossos principais métodos científicos. O conhecimento teórico adquirido anteriormente ao trabalho de campo não está descolado da etnografia, fazem parte do mesmo processo que se renova entre si (PEIRANO, 2014).

Acontece que, toda essa ideia e a possibilidade de trabalhar com ela era plausível, como foi interpretado pela própria banca que me aprovou no processo seletivo e pelo meu orientador, Pedro Nascimento, porém estávamos lidando com uma pandemia desconhecida e que colocava nossas vidas em risco. Tendo pais idosos que divido a casa era um agravante maior ainda, além das minhas comorbidades por ter doenças de fundo respiratório, então como lidar com essa realidade? Foi quando tivemos que buscar alternativas mais seguras para as "saídas de campo", que me permitissem não só realizar a pesquisa, mas também dialogar com a cidade e seus espaços.

Por algum tempo, o trabalho da antropologia no Brasil fora bem descrito naquilo que Roberto Cardoso de Oliveira traz em "*O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever*" (1996), envolvendo em sua análise sobre a metodologia aplicada pelas escolas

[4] O apagamento histórico, as tentativas incansáveis de embranquecimento e assimilação cultural são alguns dos exemplos que vão além do ato físico e concretizado de genocídio.

de antropologias aqui presentes esses três pilares de "olhar, ouvir e escrever". Claro que esses pilares somam diversas outras técnicas que fazem parte desse fazer antropológico[5], porém, por mais bem analisado que tenha sido naquela época, diversas contribuições foram feitas ao longo dos anos principalmente ao entender que a extensão dessas técnicas é maior do que se podia imaginar naqueles tempos e dessa forma temos o desenvolvimento dessas observações hoje presente nas diversas formas de realizar o trabalho do antropólogo.

Como trouxe Milton Ribeiro (2019) na revista Novos Debates, o atual momento da pandemia, fez com que a realidade das etnografias a serem produzidas nesse período tivessem que se reinventar para tentar garantir não somente que as produções possam continuar acontecendo, mas que possamos superar esse molde engessado também, debate que conduz bem nessa edição da revista:

> O isolamento faz-nos indagar sobre os nossos limites como etnógrafas/os urbanas/os ao passo que estamos engessadas/os em pesquisas de caráter empírico sem a possibilidade de interação com nossas/os interlocutoras/es face-à-face. E este momento traz novas perspectivas sobre o uso da etnografia e da observação participante nos contextos em que a sociabilidade é o objeto e a relação social. Sem dúvidas, o contexto pós-pandemia apontará para novas formas de contato e práticas de sociabilidade, visto que os espaços de lazer e diversão sofrerão, de alguma forma, com essa nova dinâmica do cuidado de si. E, assim sendo, será possível experimentar novas formas de fazer etnografia, na qual seja possível continuar mesclando possibilidades metodológicas distintas, que farão fruir novas análises e novas abordagens. (RIBEIRO, 2019, p. 113)

Ainda mais do que essa necessidade de reinventar os métodos etnográficos, também se fala sobre o dever ético de não expor participantes da pesquisa em risco de contaminação pelo vírus. Essa discussão sobre *exposição de interlocutores a algum risco* já ocorre há um tempo na antropologia por outros motivos, por exemplo, como é discutido por Jania Aquino em artigo[6] (2015). Em seu artigo, Aquino relata na introdução que não praticou uma observação participante como conhecemos tradicionalmente (dada a natureza de sua etnografia foi melhor que tenha feito dessa forma), e ao mesmo tempo deixa claro que isso não a impede de considerar que seu trabalho é etnográfico (2015, p.184). A autora também trata sobre os riscos que correu enquanto pesquisadora (mesmo não participando dos atos ilegais de seus interlocutores) e a tensão de talvez ser convocada

[5] Como o próprio estudo teórico que antecede um trabalho de campo, de forma a ser instrumentalizada por nós no momento em que nos vemos fazendo etnografia.

[6] "Etnografando assaltos contra instituições financeiras: a publicação da pesquisa, seus impasses e desdobramentos" (2015).

pelas instituições do Estado na condição de investigada pelo seu contato com pessoas em "condição ilegal de "fugitivo" (2015, p. 185). As preocupações de Aquino não só com ela mesma, mas sobre as informações que ela traz em sua etnografia sobre seus interlocutores pode ser um dos exemplos que permite discutir a cautela que devemos ter nesse momento.

Portanto, essas reflexões trazidas aqui são frutos desses debates sobre como o isolamento social causado pela pandemia impõe barreiras a serem superadas pelas nossas metodologias de forma a permitir que as produções desse momento não caiam em demérito da comunidade científica dada realidade atual que exigiu por diferentes formas de produzir etnograficamente e ainda abrindo a possibilidade de tornar-se celeiro de expansão desses modos de produção científica em diversas áreas, assim como as formas de viver têm sido ressignificadas também.

Criando espaços de partilha

Tendo trabalhado isso com ajuda de meu orientador e das disciplinas ofertadas pelo PPGA, parto então para o início desse trabalho de campo (ocorrido por meios de comunicações virtuais em sua grande maioria), que é descobrir quem em Brasília teria interesse em participar de uma pesquisa que toca diretamente e fortemente em dores passadas e atuais com relação ao afeto e à própria construção de quem são em sociedade. Em algumas semanas o formulário que apliquei recebeu um número significante de respostas, incluindo de pessoas brancas que se interessaram pela temática e gostariam de participar de um certo "contraponto" à experiência de pessoas negras, coisa que eu e meu orientador achamos que seria demais para o espaço desta dissertação e meu tempo de pesquisa. Foi então que reduzi minha triagem inicial a 4 candidates, duas mulheres negras cis e dois homens negros cis, infelizmente não houve interesse de pessoas trans, mas pretendo trazer aqui algumas obras e falas que nos ajudem na percepção de suas realidades.

Após realizar o primeiro contato com essas 4 pessoas, obtive resposta de 3 e assim decidi seguir para nossas entrevistas online. Como 2 delas estavam cursando a universidade em período de ERE (Ensino Remoto Emergencial) e a outra trabalhava *home-office* devido à pandemia, sabia que seria possível ter esse contato, bastando somente me adequar aos seus horários para que nossas conversas ocorressem. Assim, marquei as primeiras entrevistas e pude conhecer um pouco mais de cada ume, o que me

deixou muito feliz pois estavam sim dispostos a discutir e entrar em contato com suas dores existenciais que ser uma pessoa preta no Brasil causa.

As conversas ocorreram através da plataforma Google Meets, uma vez que considero uma das plataformas de videoconferência mais leves (não pesa em computadores ou celulares) e o vínculo institucional da UFPB permitia utilidades a mais do que as comuns já garantidas em uma conta usual da plataforma. Consegui manter uma certa regularidade em nossas conversas, tendo contato com eles praticamente toda semana desde fevereiro até outubro de 2022, tendo alguns contratempos somente quando as agendas não batiam (por motivos de trabalho, adoecimento, final de semestre na universidade e outras questões), o que me mostrou um real compromisso e interesse dos participantes na pesquisa principalmente pelo rumo que as conversas estavam tomando (por mais doloridas que fossem). Tentei ao máximo manter o tempo entre 1h e 1h30min, o que de fato deu certo e foram poucas vezes que passamos desses horários, algo que sinto ter contribuído para o sentimento de que daria para encaixar nossas conversas em suas atividades semanais.

Durante os encontros, senti que havia um conforto a mais por parte dos participantes por poderem estar em casa e talvez sentir que a confiabilidade do que estavam compartilhando ali era maior do que se estivéssemos em um espaço público, são algumas dessas questões que esse formato me permitiu que sinto ter dado um pouco mais de conforto e abertura para quem decidiu participar dessa pesquisa. Seguimos então esse formato quase que inteiramente, tendo somente uma exceção com Ângela em um dia (com a vacinação avançando e a pandemia recuando) pude encontrá-la em uma sala e nos corredores da UnB e fazer uma de nossas conversas de forma presencial, coisa que sinto que também foi facilitada após tanto tempo de conversa ainda naquele formato virtual.

Algo que fazia sentido para mim nesse processo, e ainda faz, é que assim como em meu primeiro trabalho de campo, ser um jovem negro foi um fato definidor para que pudesse ser ouvinte de todas essas histórias que foram compartilhadas comigo, entrando assim na categoria do *conforto*, algo que se mostrou essencial para que a abertura comigo fosse cada vez maior e pudéssemos aprofundar esses papos ao ponto de felizmente ouvir delus que nossas conversas foram “terapêuticas” e os permitiram entrar em contato com dimensões sobre si que vieram a auxiliar inclusive em suas consultas com seus respectivos terapeutas. Dessa forma, segui para conhecer melhor sobre meus interlocutores e entender

de forma mais eficaz o perfil de cada um[7]. Temos então a presença de Jorge, Ângela e Conceição.

Ângela é uma mulher preta cis, bissexual e gorda[8] que habita em Planaltina, local que fica bem distante do Plano Piloto ("centro" de Brasília, como será visto posteriormente). Está na casa de seus 20 anos de idade e atualmente é estudante da Universidade de Brasília no Campus Darcy Ribeiro (localizado no centro da cidade), tendo então que transitar em espaços elitizados durante todo seu calendário letivo quando não estava vivendo o Ensino Remoto[9]. Essa primeira conversa eu deixei para descobrir um pouco mais sobre eles e poder ouvir melhor como elas e ele se enxergam (com fins inclusive de fazer uma comparação ao fim das conversas).

Conceição é uma mulher negra cis, heterossexual e gorda que mora em Taguatinga, um bairro distante do centro, mas que abriga uma diversidade de pessoas e famílias que pertencem tanto à classe média como a classes "mais baixas". Está com 34 anos de idade, se formou em jornalismo e trabalha com questões de preservação ambiental no Brasil e no mundo. Ela me conta já nessa primeira conversa que seu entendimento e construção enquanto pessoa negra foi dificultada em sua vida e passou por alguns processos de embranquecimento (assim como relatado por Ângela), o que a levou inclusive afirmar que tem tido uma "cota" de pessoas brancas em sua vida, uma vez que já identifica que tal proximidade não a faz tão bem.

Ao primeiro contato com Jorge já havia percebido que o conhecia de algum lugar e depois descobri que tínhamos amizades em comum, então já tinha o visto em publicações anteriores nas redes sociais. Ele se apresentou com seu nome completo, é um jovem negro de 22 anos, gay e que na época era concluinte do curso de psicologia na Universidade de Brasília, além de morador da Santa Maria (um outro bairro periférico da cidade). Se identificou como um negro de "pele clara" e afirma que esse adendo vem por meios políticos mesmo, se enxerga como alguém que tem um senso de justiça aflorado e que laços afetivos e manutenção de sua rede é algo muito importante para sua vida (essa característica será alvo de discussão posterior sobre sua construção de afetos e reciprocidade).

---

[7] Ainda nesse atual estágio, elus estão pensando se me permitirão usar seus nomes reais nesse trabalho, e então os apresento por esses pseudônimos de Jorge, Ângela e Conceição.

[8] Essa descrição aparece, pois, é uma questão trabalhada tanto por ela quanto por Conceição.

[9] As atividades presenciais voltaram no meio de nossas conversas em 2022.

Esse foi o perfil inicial dos candidates dessa pesquisa e que desde a primeira conversa me deixaram empolgado com esse contato, uma vez que revelaram questões que me apontaram a possibilidade de realizá-la e, de certa forma, que seria possível investigar justamente os efeitos da branquitude em suas vidas. Após trazer esse breve perfil sobre eles, comento aqui sobre minhas estratégias para uma avaliação da cidade que cresci e vivi toda minha vida em relação a como suas sociabilidades, seu planejamento e seus espaços são também cenários ativos para as violências sofridas pela população preta que nela habita.

Capítulo 1 – Brasília: sonho de muitos, cidade de poucos

Para compreender como o desejo de realizar essa pesquisa em Brasília/DF (onde vivo e vivi quase toda minha vida), é importante que seja discutido e apresentado o panorama da cidade, como esta foi projetada, se divide e cria os espaços que tornam minha investigação e análise sobre suas formas de opressão e afetações em sua população negra possíveis. Partindo disso, vamos observar (como outres já observaram) que há uma diferença entre o planejamento utópico da cidade e a execução pensada a partir das elites de poder brancas que já atuavam na cidade em sua construção.

Dando início ao que de fato foi o pontapé de pensar essa pesquisa em Brasília foram algumas das ideias trazidas por Frantz Fanon em sua obra *Pele Negra Máscaras Brancas* (2008). Logo no início de sua obra, o intelectual martinicano nos traz o que vai ser um do norte da sua obra, que é a observação sobre como a socialização de negros martinicanos é afetada não só pela colonização enquanto acontecimento, mas também pelo contato dessas pessoas com franceses brancos[10] (FANON, 2008, p. 24-37). Fanon observa esse tipo de mudança principalmente em relação à linguagem, na forma que falavam os negros da Martinica ao voltar da França sempre que faziam esse trajeto. Para ele, esses homens voltavam falando um francês melhor e sabiam cada vez mais se comportar como um francês, se aproximando ainda mais do que se compreendia então de um humano:

> [...] o negro antilhano será tanto mais branco, isto é, se aproximará mais do homem verdadeiro, na medida em que adotar a língua francesa. [...] Um homem que possui a linguagem possui, em contrapartida, o mundo que essa linguagem expressa e que lhe é implícito (FANON, 2008, p. 34)

A linguagem, para Fanon, é uma das características que os colonizados se apropriam de seus colonos em busca de um reconhecimento e aproximação do status de humanidade que lhes foi retirado, como o próprio nos mostra: ter sua humanidade garantida significava ser branco e em sua observação era isso que o negro buscava ser (FANON, 2008), já que o branco lhe despiu de sua humanidade e tomou sua exclusividade para ele. Esse tipo de observação feita pelo autor está presente justamente em um momento da obra que ele retrata sobre os fluxos migratórios de negros martinicanos entre a França e a Martinica e como a influência da vivência com os brancos franceses acabava por trazer um "novo ar" a esses negros quando retornavam para sua

[10] Aqui Fanon é um dos primeiros a nos trazer uma postura decolonial em sua análise acadêmica e a pensar as construções distintas das masculinidades também.

terra natal (FANON, 2008). Esse retrato sobre a influência da branquitude no comportamento de negros martinicanos em busca de se aproximar de um ideal de humanidade através da brancura é o que me fez pensar sobre esses mesmos fenômenos nos fluxos feitos diariamente pela população negra brasileira entre os espaços que não foram destinados a nós[11] e a apropriação de certas características em busca de ocupar um espaço de humanidade que implica em abandonar o "ser negro".

Essa foi a primeira observação feita a partir desses escritos de Fanon que me trouxeram a formular uma etnografia que levasse em conta todos esses fatores sobre a formação da capital do país, a forte mão das elites em seu projeto e a constante *produção e reprodução*[12] de uma violência sistêmica baseada em gênero, raça e classe que é impulsionada pelas próprias sociabilidades urbanas que a cidade oferece.

Tendo exposto isso e tomando como base a realidade metropolitana de Brasília, me volto para uma observação própria que nasce dessas palavras de Fanon: o quanto esses processos levam a intervenções nas construções emocionais pela constante interação com aqueles que carregam a violência sistêmica em suas mãos? Afinal, as elites que primeiro investiram no projeto de *higienização* e elitização do "centro" são uma herança da própria investida colonial e seu ainda remanescente colonialismo interno, ou seja, estamos lidando diretamente com o agir da branquitude na vida de pessoas não-brancas que habitam ou transitam pelo DF, inclusive de seu genocídio promovido por quem detém o poder de decidir quem é visto como cidadão ou como ameaça. Para Pablo González Casanova, o colonialismo interno seria definido quando: "Os Estados de origem colonial e imperialista e suas classes dominantes refazem e conservam as relações coloniais com as minorias e as etnias colonizadas que se encontram no interior de suas fronteiras políticas (GONZÁLEZ CASANOVA, 2007, p. 438.)".

Importante ressaltar que, como será abordado constantemente nessa dissertação, quando menciono as elites no poder responsáveis pelo reforço e atualização dos mecanismos que continuam a oprimir com base em questões de raça, classe, gênero e sexo, essa é ocupada majoritariamente por pessoas brancas (em sua grande parte,

[11] No caso de corpos negros que transitam pela cidade entre bairros periféricos e "centrais", e daqueles poucos que habitam em bairros vistos como pertencentes à classe média – elite da cidade e enfrentam outros tipos de vivências também.

[12] Não me limito somente a falar de reprodução de racismo justamente por não me deixar cair na ideia de que todas as formas de racismo permanecem somente na estrutura, isso seria descaracterizar o poder social do indivíduo e das elites em agir de tal forma por conta própria.

homens), cisgênero, heteronormativos e pertencentes a uma elite financeira que os garante acesso direto ao poder mesmo sem ter participação ativa no cenário político. Tal figura pode ser vista claramente no atual governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, que muito antes de assumir o cargo já era advogado conhecido na cidade por ter assumido o caso de um assassino de indígena, além de possuir uma das mansões mais caras da cidade, oriunda de sua fortuna já existente antes de sua posse em primeiro mandato. Seu governo também nos mostra um bom alinhamento com as elites, já que foi marcado por privatizações que têm levado a uma piora significativa de serviços básicos que antes eram melhor entregues pelo Estado.

A escolha de trabalhar minha própria cidade natal e suas problemáticas vem então justamente por ter sido criado nela e poder perceber como um jovem negro e seu morador a aplicação de todo projeto segregacionista tomando conta de um planejamento que previa uma expansão segura nos anos que viriam, se não fosse a especulação e o ímpeto das elites em tomar a cidade para si (TAVARES, 2009). Para que fique claro e compreensivo, uma boa parte da discussão a seguir é construída com base em estudos anteriores e também trabalhos específicos sobre a realidade da cidade, bem como aqueles que explicam a estrutura de desigualdade e violência que a envolve.

Breitner Tavares (2017) ao discutir como as sociabilidades urbanas se constroem em Brasília no eixo centro-periferia aborda primeiro a ideia de que a construção da cidade enquanto um termo imposto socialmente em que "a diversidade de interesses e valores constituirá um espaço de competição social, assim como associações de múltiplos sujeitos pelo direito a permanecer na cidade" (TAVARES, 2017, p. 24). O que o autor aqui aborda em torno da ideia de *cidade* em si já nos traz um pouco do que será construído como Brasília ali na década de 1960.

Uma vez que colocamos em pauta a questão como o espaço urbano de Brasília tem sido utilizado como um campo de competição social pela cidade, estamos falando diretamente de um caso de manutenção de desigualdade social e perpetuação de elites no poder, como traz Tainá de Paula (2021): "desigualdade é essencial para a intensificação e manutenção de processo de reprodução e acumulação capitalista, refletindo diretamente na construção de cidades menos justas e territórios cada vez mais segregados" (de PAULA, 2021, p. 155). Dessa forma, quando aqui falar de uma luta pelo direito à cidade e pela disputa de espaço e ocupação, estamos falando de uma luta não só antirracista, mas *anticapitalista* também.

Tainá de Paula faz uma exposição de grande importância nesse capítulo supracitado, trazendo para nós um panorama maior sobre como as cidades são pensadas no Brasil e por mais planejadas que elas sejam (aqui se vale de quem está no poder público executando os projetos, não de arquitetos/as), não levam em conta perspectivas de gênero, classe e raça de forma inclusiva, justamente por tratar as populações subalternas como uma que não deve *viver a cidade*, mas sim *servi-la*. Sendo assim, penso que uma das principais ideias trabalhadas por ela também é quando diz "é essencial aprofundar a discussão através da análise de cruzamento das múltiplas formas de opressão (gênero, raça classe e sexualidade) que resultam na construção de uma subcidadania" (de PAULA, 2021, p. 157).

Vemos então, a partir dessas ideias trabalhadas por de Paula, que o modo de produção *capitalista* faz parte do planejamento das cidades como um braço da elite presente no Estado capaz de perpetuar as relações de subalternidade que permitem seu local ser mantido. Tais ideias já são a base para entendermos, por exemplo, como tudo isso se conecta com as teorias de Michel Foucault e Achille Mbembe sobre construção de ameaças biossociais, necropolítica (conceitos que serão melhor abordados futuramente) e marginalização de populações pelo Estado e seus agentes, deixando bem claro que não é somente um problema estrutural, mas sim parte do próprio projeto de construção da nação brasileira.

> Este bio-poder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. [...[o desenvolvimento dos grandes aparelhos de Estado, como instituições de poder, garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e de bio-política, inventados no século XVIII como técnicas de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas (a família, o Exército, a escola, a polícia, a medicina individual ou a administração das coletividades), agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão em ação em tais processos e os sustentam; operaram, também, como fatores de segregação e de hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; [...] (FOUCAULT 1997, p. 132-133).

Tendo dito isso, me volto para o panorama de Brasília em específico a partir do trabalho de Maria Fernanda Derntl (2016). Como tratado pela autora, o projeto da capital (que tem a fama de ter sido uma cidade inteiramente planejada) de fato levava em conta as expansões e até mesmo a ideia de que existiriam periferias em relação a um centro, mas buscava desafiar a tradicional dicotomia de classe e ordem (de que o centro

representa boa condição financeira e ordem, enquanto a periferia aparece no outro lado da dicotomia) comumente presente nesses espaços, a intenção seria justamente não permitir espaços de desigualdade ou segregação (DERNTL, 2016, p. 368), o que infelizmente não se cumpriu. Apesar de seu "planejamento", trabalhar com Brasília é isso: uma antropologia feita nas margens.

Veena Das e Deborah Pole (2004) sobre como essas fronteiras criadas, trabalhadas e mantidas pelo Estado contém uma série de mecanismos que deixam claro que não é somente sobre uma localização geográfica, mas sobre uma visão e vivência nas margens para com o Estado:

> De acordo com tal abordagem, há um incentivo para enxergarmos o Estado encravado em práticas, linguagens e lugares considerados às margens do Estado Nacional – lendo essas margens no sentido proposto por Das e Poole (2004, p. 8-20), como: (1) periferias habitadas por pessoas tidas como insuficientemente socializadas de acordo com as leis e a ordem vigentes; (2) lugares onde os direitos podem ser violados através de dinâmicas distintas de interação das pessoas com documentos, práticas e palavras do Estado; e (3) um espaço localizado entre corpos, leis e disciplina. (LIMA; LIMA, 2018, p. 6-7)

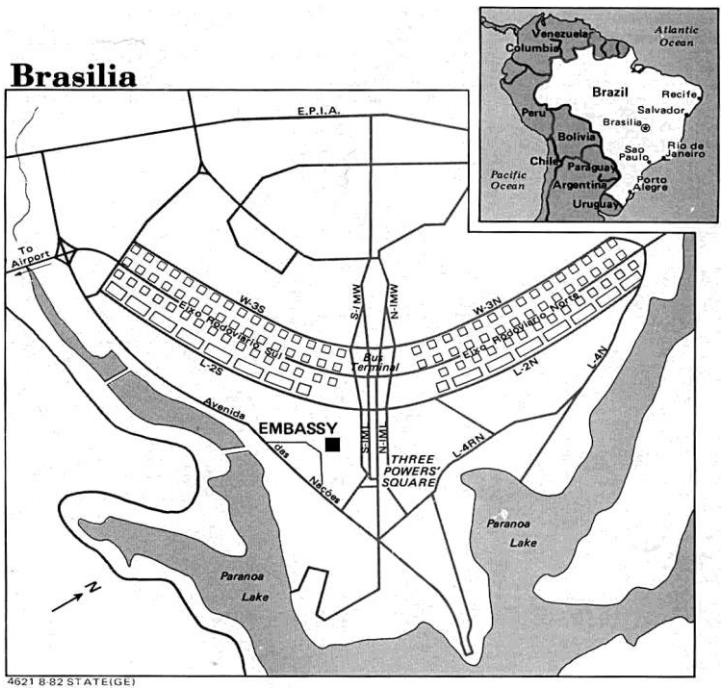


Fig. 1 – Pequeno mapa do projeto inicial de Brasília, onde podemos observar o que até hoje é considerado o centro, ou *Plano Piloto* (imagem de domínio público).

A figura acima do planejamento original da cidade nos ajuda a visualizar melhor certas questões. Sendo assim, o que ocorre com a cidade para que sejam construídas periferias "antes da hora'? Bom, para que uma cidade seja construída é necessária mão

de obra e nesse caso começou a ter uma grande onda de migrantes (principalmente do Nordeste) que vieram para trabalhar na construção da nova capital. Essa questão ainda se ampliou quando, por causa de uma forte seca, algumas famílias migraram para o DF em busca de alojamento e oportunidades. Com essa nova população presente, foram nascendo alojamentos e ocupações ao redor do centro da cidade para abrigar os "candangos"[13], o que chamou a atenção da administração e do então presidente Juscelino Kubitschek (JK). Tal situação foi dada à NOVACAP[14] para ser resolvida e então começaram os planos de retirar essas ocupações da região e emplacar em algo que pudesse ser legitimado como uma conquista do governo, que é quando em 1958 é inaugurada por JK a primeira *cidade-satélite*[15]: Taguatinga.

1.1 - As Regiões Administrativas de Brasília e a quem foram destinadas

A realidade é que Taguatinga pode até ter sido a primeira cidade-satélite "batizada" pelo governo para poder alojar melhor os trabalhadores e trabalhadoras que erguiam a cidade, mas com certeza não foi planejada da melhor forma. Seu planejamento que demoraria meses foi feito em pouco menos de 1 mês e enquanto isso várias outras ocupações como a Cidade Livre[16] (DERNTL, 2016) permaneciam largadas até que fossem reconhecidas e (mesmo assim sem receber infraestrutura alguma[17]), mas não era isso que traziam para o imaginário cultural.

Sendo assim, como nos traz Tavares (2009), a construção de uma metrópole no cerne de um sistema capitalista de fato está fadada a lidar com a presença de uma desigualdade social entre aqueles que trabalham nela de diferentes formas. Contudo, o que Tavares nos mostra é que as vilas/ocupações (Vila do IAPI, Vila Bernardo Sayão e outras) foram criando sua própria organização social e cultural, tomando os espaços sucateados pelo governo como seus, se tornando cada vez mais autossuficientes do centro da cidade (TAVARES, 2009, p. 28) e deixando de ser satélites na órbita do Plano Piloto. Nesse momento que há uma ação do governo declaradamente para lidar com as tais

[13] Nome pelo qual ficaram conhecidos operários e operárias que participaram na construção da cidade.
[14] Órgão responsável até hoje pela administração territorial de Brasília, monitorando construções, demolições, ocupações e venda de terrenos.
[15] A denominação vem dessa questão mesmo, uma cidade satélite que orbita e depende do centro.
[16] Hoje conhecida como Núcleo Bandeirante, teria sido uma das maiores e mais autossuficientes ocupações irregulares da cidade, que posteriormente recebe pouco auxílio e estrutura do governo local a não ser o reconhecimento enquanto cidade-satélite.
[17] Saneamento básico foi um problema por anos e anos nas satélites.

“favelas” em Brasília e começa a se criar estratégias de erradicação, onde se buscava erradicar as populações de candangos e a comunidade criada por eles para marginalizá-los em locais que logo seriam esquecidos por aqueles que diziam estar trazendo algum tipo de solução. É assim que nasce a Campanha de Erradicação de Invasões – CEI e é fundada a Ceilândia em 1971[18] (TAVARES, 2009, p. 28).

Derntl também ressalta esse caráter, em que destaca que as cidades-satélites deveriam ser autossuficientes e não se tornarem dependentes e força de trabalho do Plano Piloto (DERNTL, 2016, p. 371), o que infelizmente aconteceu e acontece até hoje. A construção de cada uma das cidades-satélites (que hoje são denominadas “Regiões Administrativas de Brasília”) foram construídas a partir de problemáticas semelhantes às que criaram Taguatinga e Ceilândia ao longo dos anos, com exceção de algumas outras RA’s que serão investimento de empreendimentos imobiliários para receber uma nova classe média fruto do serviço público e até mesmo uma elite que decide ocupar as beiras do Lago Paranoá, uma região de alta especulação imobiliária[19].

Com isso, podemos perceber que as periferias na cidade foram pensadas como uma real prática de segregação, mas com um alvo em específico: a população candanga, majoritariamente negra e de classe baixa, mantida dessa forma de geração para geração pelo próprio Estado para que não deixe de ser a oferta de trabalho do Plano Piloto e mantenha tal dependência.

> Brasília expressa de modo mais claro e agudo do que outras metrópoles brasileiras a disparidade entre centro e áreas periféricas. Embora muitas das cidades-satélites – denominação agora proibida por lei – desempenhem o papel de centros locais, o Plano Piloto concentra, menos de 10% dos moradores do Distrito Federal, mas 70% dos seus empregos. O índice de desigualdade social é maior em Brasília do que no Rio de Janeiro ou São Paulo (DERNTL, 2016, p. 377).

Do ponto de vista de quem é nascido e criado em Brasília, digo então o seguinte: há uma divisão muito clara em quem pode e deve ocupar o Plano Piloto com *liberdade* como se pertencesse ali independente de sua condição financeira e quem é visto como força de trabalho/prestador de serviço ou visitante (estudante e afins), só podendo ocupar esse espaço físico se for em alguma dessas condições. Logo, a elite e classe média branca

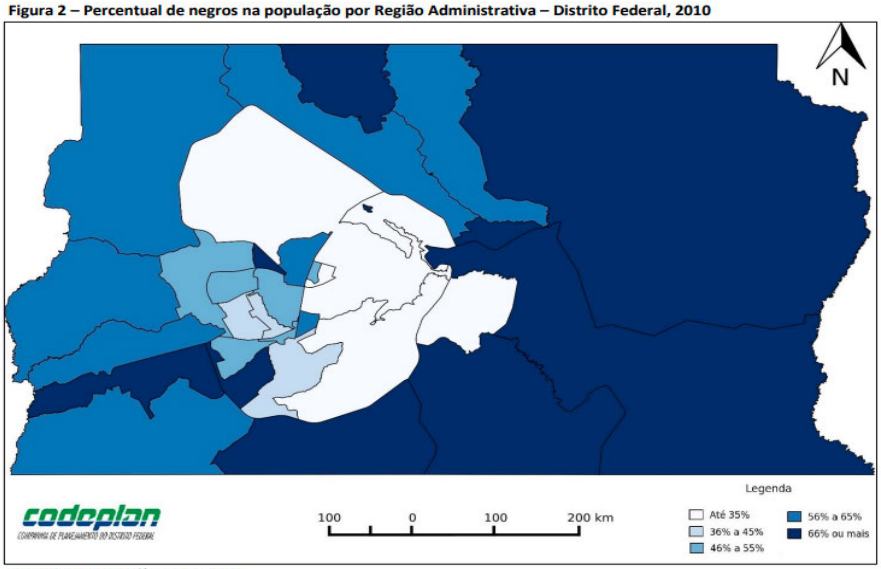
[18] Anteriormente Vila do Iapi.

[19] As regiões do Lago Sul e Norte são ocupadas principalmente pela grande elite de Brasília, às beiras do Lago Paranoá (lago artificial feito na cidade devido ao intenso clima seco do Cerrado), teve sua ocupação feita de forma ilegal por muitos anos até que de fato inicia-se o processo de regularização dos terrenos da região. Hoje é muito ocupada por políticos, como o Governador do DF e um dos filhos do atual presidente do país (link disponível nas referências). <

da cidade se apropriaram fortemente desses espaços de modo a gerar situações que deixam claro que “esse lugar é nosso”, no sentido de reforçar de fato que pessoas não-brancas e de classe baixa só estão lá para “servir” ao plano e não o *vivenciar*.

Em uma de nossas conversas, Conceição me diz que mesmo tendo alguns locais no centro que a fazem se sentir bem em se deslocar da periferia para lá por motivo de lazer, estes ainda a fazem se sentir como um objeto de reafirmação da desconstrução daquele local, como se fosse algo extraordinário acolher e respeitar pessoas negras e periféricas (acontece que para os locais no centro, isso de fato é extraordinário). Esse tipo de comportamento vai se repetir ainda nas extensões do centro, como os lagos (Lago Norte e Sul) que são ocupados majoritariamente por uma elite branca e que tem próximo de si, bairros periféricos como São Sebastião (próximo ao presídio de Brasília – a Papuda), Itapoã, Sobradinho e Fercal. O trabalho da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) de dezembro de 2014 é importante para nos dar um norte sobre esse tipo de situação na capital federal, uma vez que são esses índices que nos permitem ter uma real noção sobre a situação das desigualdades no país inclusive para casos de políticas públicas e evidenciar ainda mais que populações são afetadas por um sistema de opressão:

Figura 2 – Percentual de negros na população por Região Administrativa – Distrito Federal, 2010



Fonte: Censo Demográfico - IBGE, 2010
Elaboração: Codeplan

A participação de negros nas populações feminina e masculina de cada RA. Nota-se que, entre as mulheres, há mais negras nas seguintes localidades: SCIA/Estrutural (76,8%), Fercal (71,9%), Varjão e São Sebastião (ambos com 68,1%) e Itapoã (67,2%). Estas RAs, incluindo o SIA, lideram a proporção de negros na população masculina: SCIA/Estrutural (78,5%), Fercal (71,6%), SIA (71%), São Sebastião (70,8%), Varjão (70,1%) e Itapoã (69,4%).

As RAs responsáveis pelos menores percentuais de negros na população masculina e de negras na população feminina são Lago Sul (20,2% e 20%), Sudoeste/Octogonal (25,8% e 25,6%), Lago Norte (29,4% e 27,5%), Brasília (31,3% e 30,3%) e Jardim Botânico (34,2% e 32,2%) (Figura 2).

Fig. 2 – Pequeno mapa de Brasília representando percentual de negros na população por Região Administrativa em 2010, seguido de pequeno texto trazendo os altos percentuais de pessoas negras nas periferias e baixo percentual de pessoas negras nos bairros mais bem estruturados e com presença da elite

Há uma movimentação extensiva entre os moradores dos bairros elitizados (que são basicamente dominados pela especulação imobiliária) e a força de agentes de "segurança" do DF de que existem sim certos transeuntes e até mesmo habitantes que devem ter a presença vigiada e questionada, seja em locais comerciais (um grande marco do Plano Piloto é a mistura de comércio e residenciais) ou residenciais. Não por acaso, isso pode ser facilmente observado quando falamos das formas de agir da polícia nas diferentes RA's da cidade e inclusive como as periferias são preferidas para *execuções* (no sentido de assassinar) diretas de pessoas com "atitudes suspeitas". Em estudo conduzido pela professora da UnB, Haydée Caruso, ela nos mostra esse fato:

> Tampouco entre os próprios jovens, as dinâmicas interativas deixam de ser marcadas por múltiplas violências. Ceilândia aparece nos dados oficiais como a cidade com o maior número absoluto de homicídios do Distrito Federal, especialmente entre jovens, do sexo masculino e negros, mesmo que esses números estejam em queda desde 2012. Neste caso, os jovens estão entre as principais vítimas e os principais autores. E se for um jovem negro, a probabilidade de ser uma vítima fatal é 3,37 vezes maior do que um jovem branco, considerando os dados de todo o Distrito Federal (Fonte: IVJ-Violência e Desigualdade Racial 2017) (CARUSO, 2018).

Tal análise feita na pesquisa também se faz presente nas falas de minhas interlocutoras, quando por exemplo, Conceição diz se sentir mais segura em ser abordada pela polícia no centro do que na periferia, afirmando que quando se está à margem, as abordagens além de mais agressivas se tornam também mais desonestas, estando cada vez mais sujeitas a práticas que contornem a lei. De certa forma, no Plano Piloto as pessoas morrem e na periferia são mortas.

1.2 - Mobilidade e criação de sujeitos

Essa realidade apresentada até aqui, é o que o projeto segregacionista executado em Brasília nos traz, uma manutenção dos status de desigualdade social com uma elite predominante no que se entende ser o "centro da cidade" e participando diretamente de toda dinâmica social que transforma a própria cidade e sua estrutura urbana em um mecanismo de perpetuação e prática de um colonialismo interno. Tal realidade nos mostra que assim como em diversos locais do país, grande parte da população negra não só está presente na periferia (enquanto moradores) como também de certa forma "serve" os centros das cidades como força de trabalho.

Aproveitando essa pequena introdução sobre a criação dos bairros periféricos de Brasília, trago aqui como se comporta a criação desses bairros no Brasil como um todo e o que necessariamente isso tem em relação com questões de raça, classe e gênero, possibilitando uma melhor compreensão do porque entender a cidade e suas mobilidades faz parte das afetações, violências e marginalizações que eu e meus interlocutores passamos diariamente em nossas vidas. Pensando nisso, trabalho com a produção de Marcelle Decothé e Monique Cruz (2021), que por mais que trate da realidade de mobilidade do Rio de Janeiro, trata perfeitamente bem da realidade de mobilidade, controle de populações e marginalização proposital que se faz presente em todo o país.

Decothé e Cruz (2021) trazem uma análise muito bem feita e que ao meu ver engloba perfeitamente as principais categorias que precisam ser debatidas quando o assunto é cidade e mobilidade no Brasil, e serão tocados alguns desses pontos a partir daqui em conjunto com outres autores para possibilitar o entendimento da dor, trauma e violências que são causadas pela estrutura e seus agentes. Gostaria de começar então trabalhando a ideia de militarização a partir do que elas propõem ser uma das bases para o entendimento de como essa relação entre opressão e mobilidade funciona, para elas, esse fenômeno seria um dos principais mecanismos de manutenção da ideia de que há um inimigo a ser combatido "territórios a serem controlados e mobilidade voltada basicamente para o trabalho, moldada a partir desse projeto de vigilância e controle" (DECOTHÉ; CRUZ, 2021, p. 123).

Essa realidade descrita pelas pesquisadoras está voltada principalmente para o estado do Rio de Janeiro, mas quão distante ela está da realidade das periferias de Brasília? Ao meu ver, nada. Desde 2019, por exemplo, o governo do Distrito Federal junto ao presidente Jair Bolsonaro vem investindo em uma forte militarização das escolas públicas do DF, principalmente aquelas que se encontram nas periferias, causando uma forte onda de repressão, abuso de poder, violência e abandono escolar, bem como exoneração de docentes e diretores/as por discordância com as práticas tirânicas e violentas dos policiais militares. O Sindicato dos Professores no Distrito Federal (SINPRO-DF) observou essas condutas em texto publicado por Júlia Barros em 09/05/2022, lá ela traz algumas das denúncias que aconteceram em relação à essa gestão militarizada e como tal ação do governador está alinhada com os interesses de privatização da educação pública do DF.

Sobre essa questão de acesso à cidade, é importante tratar do forte movimento que houve anos atrás, encabeçado pelo antropólogo Paíque Santarém, pelo passe livre estudantil. Tal movimento visava a isenção de tarifa de transportes públicos para estudantes do DF (independentemente do nível de ensino) e é incalculável a diferença que tem feito na perspectiva de muitos jovens da periferia que podem frequentar o ensino superior por causa desse direito garantido. Esse caso entra direto com o debate de acesso à cidade[20], principalmente quando falamos sobre o quão limitado é o transporte público na cidade, ainda mais no trajeto periferia-centro, parece até que estão tentando limitar esse acesso.

Trato desse assunto, mesmo que brevemente, pois é necessário dizer que Brasília é uma cidade feita para carros. Com suas vias longas e largas, comportam um grande volume de automóveis e dão prioridade a isso, de certa forma, Brasília é uma beleza se você tem um carro próprio. Dito isso, observemos como a linha de metrô do DF se mantém há mais de 10 anos e curiosamente liga a periferia ao centro para servir de força de trabalho:

Fig. 3 – pequeno mapa utilizado pelo próprio Metrô DF para guiar suas estações, que no caso, passam somente por 6 das 27 Regiões Administrativas da cidade.

Vendo isso, percebemos o seguinte: das 27 regiões administrativas, somente 6 delas são contempladas pelo metrô. Isso é menos de ¼ da totalidade dos nossos bairros, que também não são contemplados inteiramente pelas linhas de ônibus e governo após governos nesses mais de 10 anos temos ouvido que haverá uma expansão do metrô, mas todas as obras realizadas em relação ao transporte contemplaram somente as formas automotivas ou principalmente a mobilidade dentro do Plano Piloto.

[20] Algo discutido pelo movimento é inclusive sobre o direito de mobilidades dos jovens para além das aulas, buscar garantir que esse direito seja pleno e permita que a periferia transite pela cidade para se divertir, visitar e não somente trabalhar ou estudar, coisa que a elite não tem nenhum interesse que aconteça.

É então que vemos falas como a do Deputado Distrital eleito, Max Maciel (do PSOL), que há anos trabalha junto com a periferia de Brasília tentando levar sua voz à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) e hoje como deputado nos trouxe essa fala em entrevista que foi ao ar dia 04/01/2022 no SBT Brasília:

> "Importante entender que quando estamos debatendo transporte, é pra além da questão do ônibus. Nós temos que debater o transporte numa perspectiva de crise energética, então envolve clima, envolve sociedade, envolve direito à cidade, envolve uma nova perspectiva de redução das desigualdades nesse processo. Você tem horários que não são pré-estabelecidos, então por exemplo, tem um trabalhador noturno dos bares dos eventos, Felipe Malta, que ele sai 2:30 da manhã e ele não tem como voltar pra casa. Se você tem um fluxo de pessoas que transita por um determinado horário, por exemplo, os estudantes da UnB [pausa] têm dificuldade de sair da UnB depois das 22h45 porque basicamente os ônibus que rodam dentro da universidade rodam até 22h25 [pausa] ou seja, se eu tenho e sei que os estudantes podem ficar até meia noite na universidade por vários motivos, nós temos que garantir que essas pessoas tenham tranquilidade de chegar em casa."[21]

Esse tipo de planejamento nos mostra justamente a realidade que é debatida por Decothé e Cruz: o Estado vê uma necessidade de tratar as periferias como território e populações a serem vigiadas e contidas, não permitindo que se tornem uma ameaça para o "centro"[22], onde o Estado vê a necessidade de protegê-las e isso vai diretamente com o que veremos em Foucault e Mbembe sobre a criação de inimigos através da subjetivação e definições de hierarquias pautadas em raça, gênero e classe.

Devemos então trabalhar a dimensão do *biopoder* e *biopolítica* iniciados principalmente por Foucault, mas através de uma obra que a desenvolve de forma a considerar as relações de poder impostas pelas hierarquizações controladas pelo Estado, que seria justamente a de Mbembe.

> Uma outra consequência deste desenvolvimento do biopoder é a importância crescente assumida pela atuação da norma, à expensas do sistema jurídico da lei. A lei não pode deixar de ser armada e sua arma por excelência é a morte; aos que transgridam, ela responde, pelo menos como último recurso, cio mesa ameaça absoluta. A lei sempre se refere ao gládio. Mas um poder que tem a tarefa de se encarregar da vida terá necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos (FOUCAULT, 1999, p. 135)

Essa tese trazida por Foucault é a nossa realidade e se mostra cada vez mais presente através de teses como a de Abdias Nascimento (2016) sobre o genocídio da população negra brasileira em curso desde a época colonial e a intensa argumentação de Achille Mbembe (2018) sobre os projetos e práticas de necropolítica (a qual as teorias de

---

[21] Link da postagem disponível nas referências.

[22] O que chega a ser engraçado, uma vez que sem a periferia o centro não é nada, ou como diz Max Maciel: "a periferia é o centro!".

Foucault são a base para entendê-la). A relação de poder que nos caracteriza como um tipo de ameaça biossocial diante do Estado e nação brasileiros é diretamente ligada a esse projeto de genocídio e aos estereótipos sociais ainda perpetuados sobre a população negra e pobre, nos colocando então em um local de subalternidade feito para jamais poder sair.

Mbembe então nos traz que essencialmente quando se fala de biopoder e de direito de matar do Estado, estamos falando de raça e racismo sendo utilziadas categorias de regulação e controle sobre corpos específicos (MBEMBE, 2018, p. 18), o que nos deixa claro então quem são esses povos vigiados e tidos como inimigos do Estado que vemos em Mbembe e em Brasília. Ele então nos traz que:

> A percepção da existência do Outro como um atentado contra minha vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria meu potencial de vida e segurança, é este, penso eu, um dos muito imaginários de soberania, característico tanto da primeira quanto da última modernidade. (MBEMBE, 2018, p. 20)

Na minha leitura, não há a possibilidade de discutir o que Tavares, Derntl, Decothé e Cruz trouxeram tão bem sobre a realidade da mobilidade e construção das periferias no Brasil sem incluir essa teoria tão bem cunhada por Mbembe e Foucault. Essa administração é tomada então por fronteiras raciais, que determinam quem pode e deve ser vigiado/punido/eliminado e quem deve ser protegido, como traz uma das minhas interlocutoras: a presença da polícia na periferia tem um caráter muito punitivista, vigilante, enquanto no centro da cidade há um sentimento de mais segurança, de que a polícia não seria truculenta ali da mesma forma que é na periferia. Para alguns isso pode parecer absurdo, mas em julho de 2021 mesmo houve a divulgação de um vídeo onde um policial militar orienta seus colegas em como proteger e cuidar da população de um bairro nobre de Brasília, ressaltando sobre a importância daquela região e das pessoas que ali habitam por serem empresários/as grandes e que suas propriedades privadas também eram de grande importância[23], enquanto já vimos aqui com o exemplo das escolas, que até a população mais jovem deve ser vigiada para que não se torne uma ameaça ao centro.

Esse "controle de corpos" que observamos no Estado brasileiro e acaba por se refletir muito intensamente no DF nos permite dialogar diretamente com toda a questão que envolve a ideia de liberdade e a forma como o próprio direito de ir e vir vem sendo violado há séculos, e isso tudo culmina nas tentativas de eliminação da população negra (NASCIMENTO, 2016, p. 86-88) de sequer ser alcançado pelo olhar da branquitude, os

[23] Link da reportagem se encontra nas referências.

encarceramentos em massa, uma justiça burguesa e um Estado colonial só poderiam resulta nisso. Algumas dessas questões ficam bem mais evidentes nos trabalhos de Guilherme Oliveira Lemos, uma vez que vai de encontro com algumas das análises que faço e pela grande competência com suas análises e observações sobre as similaridades da segregação realizada no *apartheid* sul-africano e a construção de uma capital moderna para o Brasil.

> Na África do Sul, onde as teorias e discussões raciais de caráter eugênico prevaleceram, a divisão de seres humanos foi assumida nas políticas de Estado – diferentes identidades raciais forjadas para determinação de espaços. Africans, indians, whites e coloureds foram estereotipados no âmbito público e estatal, como destaca Diana Mafe (2013). Com essas identidades já circunscritas, as leis de permanência do centro e os passes de acesso tornaram-se exequíveis. As distâncias criadas entre Johanesburgo e Soweto obedecem a uma ordem física e imaginária; o poder do segregacionismo reside na sua potência de criar ao mesmo tempo fronteiras e sub-humanidades. O planejamento urbano do apartheid é executado pensando no tipo de corpo objeto/abjeto que ali deve permanecer. Não por acaso, o segundo item do Group Areas Act (1950) irá tipificar esses tipos corpóreos.
>
> No Brasil, tanto a historiografia quanto o senso comum trataram essa exclusão pelo viés social e optaram pelo ocultamento do processo de formação da cidade modernista intimamente conectado com a normatização e o racismo. James Holston (2010) entende que a estratificação era definida por meio dos conceitos "pioneiro" e "candango", sendo pioneiro todo aquele funcionário de estado escolarizado e candango o trabalhador não escolarizado e pobre. Porém, se analisarmos o conceito e sua etimologia na história, perceberemos que essa separação contém um aspecto racial, passado desapercebidamente graças à ideia de nação miscigenada. (OLIVEIRA LEMOS, 2018, p. 09)

Lemos trata ainda em algumas partes de seu trabalho sobre como o racismo ambiental se faz presente na cidade, e ainda mais, como essa narrativa muda de tempos em tempos conforme se transita pela cidade. Um exemplo muito claro disso é quando ele ressalta a forma que a ideia de "preservação ambiental" é muito utilizada em discursos que envolvem a recusa, por parte do governo local, de criar novas rodovias, aumento de transporte, criação de novas praças e centros culturais, mas quando se trata de bairros nobres essa narrativa é totalmente abandonada e até mesmo bairros inteiramente novos nascem para abrigar a elite (LEMOS, 2022, p. 30-31) , como foi o caso do Noroeste, construído em cima de terra indígena.

Nesse último ano, o racismo ambiental perpetuado pelo GDF ficou ainda mais escancarado e tomou as páginas de notícias no início do ano. Em reportagem no de Ana Clara Alves para o G1-DF no dia 26/03/2023: "Racismo Ambiental: foto comparando quantidade de árvores em duas regiões de Brasília viraliza nas redes sociais", a foto em questão era essa:

Fig. 4 – Montagem de Raphael Sebba que mostra o Sol Nascente (bairro periférico) à esquerda e o Lago Sul (bairro mais elitizado do país) à direita.

A reportagem ainda nos mostra de que, de acordo com a Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital), nenhuma árvore foi plantada no Sol Nascente pelo governo, enquanto mais de mil árvores foram plantadas no Lago Sul em menos de um ano. De acordo com a especialista Rita Santos, presente na reportagem:

> O planejamento urbano, como previsto nas normativas brasileiras, é participativo e democrático. Nesse sentido, deveria ser para todos e com todos. A realidade da desigualdade racial é o que afeta o acesso. A maioria da população que reside nesses lugares é negra e isso ocorre não por uma questão econômica, mas porque o racismo dificulta o acesso da população negra aos direitos fundamentais [...] O conceito de racismo ambiental evidencia como a degradação ambiental impacta mais intensamente as populações étnico-racializadas.[24]

[24]Link da reportagem e imagem se encontra nas referências.

Retomo então questões trabalhadas por Decothé e Cruz que visam fortalecer a ideia de que ser uma pessoa negra em uma cidade como Brasília, seja morando na periferia e transitando pelos bairros nobres por motivos de lazer, trabalho ou estudos, ou até mesmo habitando enquanto morador/a desses bairros é uma vivência de violências constantes, onde a força policial é somente uma pequena parcela disso, mas que exemplifica bem como esse ato de militarizar o imaginário cultural e convencer a sociedade que estamos em guerra constante com certos indivíduos é a base real para desencadear todas as afetações negativas que serão aqui trabalhadas a partir das vivências de interlocutores e minhas. Importante trazer também que se o biopoder desempenhado pelo Estado e seus agentes se pauta fortemente no racismo, estamos então falando de uma *branquitude* no controle dessas violências, dores e traumas, que é uma das coisas a serem observadas aqui: a racialização também existe para a branquitude, mas de forma a mantê-la no poder e por assim dizer, mantê-la no controle dessas relações.

Com essas múltiplas realidades de pessoas negras que habitam e transitam por Brasília, seu centro e suas periferias lidando com constantes amostras de violências sistêmicas, observo há alguns anos que cada vez mais corpos negros parecem não ser bem vindos ao Plano Piloto e suas instituições, até mesmo a Universidade de Brasília[25], como bem podemos lembrar do "Caso Ari", que em 2003 o discente negro Arivaldo de Lima Alves foi vítima de um ataque racista protagonizado por docentes do Instituto de Ciências Sociais, coisa que infelizmente se repetiu quando ele volta 20 anos depois para a mesma Universidade, convidado para um evento por discentes negros que atualmente enxergam seu caso como uma prova de resistência à branquitude do departamento. Sendo assim, procuro identificar o quanto esse sentimento e vivência que ocorre nos cantos da cidade têm afetado as construções afetivas, de masculinidade e feminilidade das pessoas negras aqui que há décadas vêm sendo colocadas enquanto uma ameaça biossocial à comunidade que se orgulha em ser brasiliense.

Dentro dessa questão, há algo importante sobre como alguns de meus interlocutores se sentem com relação à cidade e as vivências que têm nela. Como já dito anteriormente, Ângela me conta que enxerga o Plano Piloto como um lugar muito inseguro para ela, tanto enquanto mulher como enquanto pessoa negra. Ela me relata ainda que essa falta de segurança faz com que ela não queira sair de casa (local em que

[25] Caso pode ser lido em link disponível nas referências.

se sente segura) com medo dos “olhares” que irá receber, fazendo com que ela se sinta constantemente acuada e sentindo a necessidade de se esconder desses olhares, tendo em conta sempre que “não posso chamar atenção”. Percebo então esse esforço proposital vindo de população e agentes do Estado para que pessoas como nós sintamos isso e que não queiramos estar lá.

Capítulo 2 – "A cor sempre chega primeiro" - da construção do ser negro

2.1 O grande encontro: a branquitude e o processo de racialização como parte de se constituir negro no Brasil

Há uma percepção no Ocidente, como o conhecemos, que a história dos povos não-ocidentais e racializados é iniciada a partir do encontro com a branquitude e seus esforços de dominação no processo de colonização e conflitos (PANTOJA, 2006, p. 81). Tendo isso como um esforço que se consolidou em toda nossa estrutura educacional e que coloca nos currículos esse encontro como fundante para registros históricos da existência dessas populações é um dos fatores que é usado constantemente como instrumento para reafirmar algum tipo de apagamento da humanidade, historicidade e cultura dessas populações, deixando assim a ideia de que as alterações que sofreram durante esse encontro são na verdade seu estado nativo, ou melhor, o momento em que passam a ser humanos.

Seguindo essa linha, nesse capítulo pretendo abordar as características e consequências desse encontro entre branquitude e povos racializados como um fato "fundante" da nação brasileira como a conhecemos e vivenciamos hoje. Para entendermos melhor como se formam ideais de nação, é importante entendermos que a situação de Brasil que temos e conhecemos é de um país que em tantos anos de colonização não efetivou uma ruptura real com esse processo, gerando uma situação atual de forte *colonialismo interno*. Isso nos diz uma coisa: a elite que se pôs no poder no tal "descobrimento" do nosso território, não mudou de cara, de classe, de raça e muito menos de intenção, se transferindo até hoje para uma elite que visa a dominação e exploração de povos hierarquizados como *inferiores*.

Para pôr de uma forma melhor, trago Thomas Hylland Eriksen e Partha Chatterjee. Eriksen em seu trabalho "*Ethnicity and nationalism: Anthropological perspectives*" (1993), faz um bom debate sobre o surgimento da ideia de etnicidade e suas interações com o conceito de raça, por exemplo, e a partir disso vem a discorrer sobre as noções que envolvem a construção da ideia de nacionalismo e como esses projetos se dão em determinados cenários, principalmente no período posterior às duas guerras mundiais, que dentre territórios dominados e remanejados acabaram por reconfigurar fronteiras

geográficas e de identidade principalmente na Europa (1993, p. 2-7) – coisa que já havia ocorrido também fora do continente durante suas investidas coloniais.

O autor, ao construir algumas formas de se interpretar o nascimento do nacionalismo, nos mostra que esse ideal se solidifica através de uma uma política de legitimação do Estado e para isso, precisa ser aceito de forma natural e orgânica, normalmente de um jeito que apele para um sentimento de pertencer àquele ideal, tendo então o êxito necessário em conquistar as ditas "massas" que não fazem parte dessa "soberania popular" imaginada (1993, p. 119-121). Considerando essas ideias entendemos então que "nação" é um projeto ideológico que visa forjar uma relação com um Estado que serve à sua nação, mas não podemos esquecer que justamente por ser algo idealizado pela elite no poder, não é um Estado que serve à todes.

Parte desse processo analisado e descrito por Eriksen, vai partir então desse movimento de se forjar um sentimento por uma de pertencimento, que envolvem a a criação de várias características que consigam consolidar tais ideais em comum daquele povo, em busca de uma coesão entre símbolos culturais, língua e outros artifícios (1993, p. 143-144), de forma a tratar tudo a partir de assimilação e até mesmo compilação de diversos grupos étnicos em uma só identidade, apagando não somente a origem e etnicidade desses grupos, mas também apropriando-se para criar a falsa ideia de uma unidade cultural. É aqui que pergunto: te parece familiar?

Algo a se notar é que esse ímpeto de se criar uma identidade única e homogênea para consolidação de uma nação se deu muito presente em países que sofreram com a colonização e suas consequências de genocídio dos povos nativos e escravização de populações inferiorizadas. E como já trazido anteriormente, um momento em que as elites no poder buscam a dominação dessas nações, há claramente esse desejo pela definição de quem será tratado como "o outro", que na experiência da população negra tanto no Brasil como em outros países da América, esse "outro" representa uma ameaça à soberania nacional e precisa ser *combatido*. Todo esse tipo de fenômeno social também é observado pelo antropólogo indiano Partha Chatterjee (2004). Segundo o teórico, esse mecanismo é usado para a tentativa de criação de uma origem única para uma *sociedade civil* (aquela que é pertencente aos ideais defendidos pela construção da nação) que vai se distanciar e se diferenciar de uma *sociedade política* (não pertencente ao mito imaginado para "unificação" da nação), que se tornarão alvos então de tudo que podemos observar hoje como políticas voltadas para a população marginalizada socialmente como uma forma de

contenção, manutenção e genocídio dessas populações para ao mesmo tempo que mantém um controle com fins de não permitir qualquer perturbação à ordem social (revoluções, protestos e afins), também garantem somente o mínimo do mínimo para dificultar a ascensão dessa população à elite do poder (CHATTERJEE, 2004).

Dito isso, é impossível falar sobre como se formam os ideais de nação no Brasil sem trazermos Kabengele Munanga (2020), que trata justamente desse embate incansável entre nossa identidade nacional e a identidade negra. O que o antropólogo brasileiro-congolês nos traz nessa sua obra é uma profunda reflexão sobre os processos históricos e sociais que permitiram que culturalmente fosse criada, consolidada e reproduzida uma *identidade brasileira*, sendo esse processo nada pacífico e nada silencioso.

> A ideia de uma nova etnia nacional traduz a de uma unidade que restou de um processo continuado e violento de unificação política por meio de supressão das identidades étnicas discrepantes e de opressão e repressão das tendências virtualmente separatistas, inclusive dos movimentos sociais que lutavam para edificar uma sociedade mais aberta e solidária.
>
> O surgimento de uma etnia brasileira, capaz de envolver e acolher a gente variada que no País se juntou, passa tanto pela anulação das identificações étnicas de índios, africanos e europeus quanto pela indiferenciação entre as várias formas de mestiçagem. (MUNANGA, 2020, p. 100)

Munanga nos mostra que, a teoria pensada por Eriksen sobre as investidas assimilacionistas está presente no Brasil e elas ocorrem de forma extremamente violenta, com pressões exercidas não só pelo Estado, mas pela população em si, tratando nativos brasileiros e negros/as como ameaças e nos empurrando cada vez mais para aquilo que é um dos principais regentes dessa identidade nacional que se pretende à hegemonia: o branqueamento (MUNANGA, 2020, p. 101). Esse ponto da questão das políticas de branqueamento e seu efeito na população negra é essencial para desenvolvimento e perpetuação de estratégias de controle de corpos e a experiência da pessoa negra no Brasil ao entender que há um limite para sua vida ser vivida.

As teses de Munanga e Chatterjee se conectam justamente nessa seara: na análise sobre como o Estado moderno nascido em países que foram alvos da colonização têm a prática recorrente de criar um ideal de nação "unida" através do apagamento étnico e histórico dos povos que ali habitam (CHATTERJEE, 2004, p.71), no Brasil, um mecanismo forte dessa prática é o ideal de que somos uma democracia racial. Algo que acho que diferencia Abdias Nascimento de alguns teóricos é que em suas obras não há somente uma análise, mas assim como esses outros dois autores, há uma denúncia junto do que ele produz. É então que ele nos demonstra que a ideia de democracia racial no

Brasil não é somente uma falácia, mas um projeto que tinha como sua principal tese a miscigenação como instrumento para a *eliminação* da população negra através da exploração sexual da própria mulher negra (NASCIMENTO, 2016, p. 84), sempre em busca de colonizar também os corpos e lhes acostumar com as máscaras brancas.

Os esforços que levaram a dominância da Europa sobre países dos continentes africano e americano são regados de violências que vão muito além da física e que irão repercutir em práticas como as expostas no parágrafo anterior. Para que esse processo ganhasse a força que ganhou, era necessário que tivesse apoio, força humana e diversas manifestações de poder que vão além da bélica e econômica, a colonização contou com mecanismos elaborados de desumanização, animalização, sexualização e abuso com base principalmente na misoginia e na *racialização*, como um fenômeno que estaria somente fundando aquilo que seria responsável por diversos conflitos vividos ainda hoje pelos descendentes daqueles que primeiro foram escravizados. Como nos traz Karl Monsma (2013):

> Wade[26] afirma que as diferenças físicas que percebemos como relevantes para a classificação racial são aqueles que diferenciam os europeus dos vários povos por eles conquistados, subjugados ou colonizados desde o início da expansão imperial da Europa no século XV. Ou seja, a racialização do mundo e o racismo são produtos do colonialismo e do imperialismo da Europa e das "novas Europas", ou colônias de assentamento. (MONSMA, 2013, p. 04)

Especificamente em Fanon (2008), ele trata de algo que muito me chamou atenção: sobre a dor, alienação e adoecimento emocional e psíquico que são causados aos negros martinicanos dado o "grande encontro" com o branco e sua branquitude (FANON, 2008). Nessa obra, o autor traz diversas discussões sobre essa relação da pessoa negra na Martinica com o branco (normalmente de origem francesa). Nos traz a relação do homem negro com a mulher branca, outrora nos traz a relação da mulher negra com o homem negro e enriquece esse debate sobre como de fato a questão do gênero as influencia, mas a racialização não deixa de ser o cerne dessas relações. Ao dialogar sobre isso a partir de seu ponto de vista de análise por dentro da psiquiatria, Fanon enfatiza essa esfera do constante adoecimento que a população preta se encontra principalmente por um motivo: quer tornar-se/sentir-se humana quando ser humano se equivale a ser branco: "O negro quer ser branco. O branco incita-se a assumir a condição de ser humano" (FANON, 2008, p. 27). Essa visão fruto da racialização coloca automaticamente os

[26] Faz referência aos escritos de Peter Wade (1997).

brancos como os humanos capazes de civilizar e domesticar os povos escravizados como seus animais de estimação, ainda sem desenvolvimento nenhum e somente capaz de servir, nunca podendo se tornar o "senhor" independente do que faça, a estrutura foi construída para mantê-lo ali ou garantir sua morte.

Aqui temos contato com parte do processo que discuto em dias atuais: a desumanização da população negra e a visão eurocêntrica de que, assim como objetos, temos função na grande engrenagem que gira a história do Ocidente: servi-los. A partir do momento em que se cria um ideal de humanidade que diz respeito somente a branquitude entendemos o contexto em que a eles firmam seu pacto com a manutenção constante de um sistema que dura séculos, em que o negro e outros povos racializados deverão ser mantidos de forma inferior na hierarquia social. Essa estrutura, como nos mostra Cida Bento (2022) vem sendo bem eficaz ao que se propõe:

> Vemos aqui a habitual e repetitiva associação da situação contemporânea dos negros com o legado da escravidão. Tudo se explica por uma herança que os negros trariam da escravidão. Ao observador atento não escapa, entretanto, uma manifestação do legado de sinhazinha que, mesmo deleitando-se na praia, não pôde se ocupar de providenciar, ela mesma, uma água de coco, tendo que se valer do serviço de um negro (BENTO, 2022, p. 31)

A autora ainda observa como o fato do *pacto da branquitude* em se fortalecer constantemente é algo repetido em nossa história, desde os momentos em que seus antepassados europeus pisaram no território indígena que veio se tornar o Brasil até os dias de hoje, há um esforço constante pela manutenção das relações de poder que permitem que a hierarquização racial ocupe todos os campos possíveis da sociedade e impeça uma real emancipação das populações racializadas (BENTO, 2022, p. 30). Sendo assim, ela define como um conjunto de mecanismos e práticas de pessoas brancas que visam continuar beneficiando socialmente a população branca e sua branquitude e alimentar uma cadeia de regalias instituídas pela sociedade racializada em que vivemos, ou seja, de forma a manter como está essa hierarquia que vem desde a colonização (BENTO, 2020).

Por sua vez, essa desumanização por si só vai gerar diversos outros fenômenos de hierarquia social que também irão culminar em associações presentes do negro/a no Brasil. A animalização e sexualização que cai sobre a população negra no Brasil são consequências diretas disso, afinal, se não éramos considerados humanos e isso se relacionava com a ideia eurocêntrica de que somos atrasados em termos de civilização (darwinismo social), a associação direta é com animais, certo? Essa associação é

responsável também pelas comparações entre nós e os primatas até hoje, assim como pela ideia de que essa animalização é uma manifestação de um poder sexual primitivo, selvagem e incontrolável, como nos traz Deivison Nkosi Faustino (2014):

> Quando não é invisibilizado, o negro é representado como contraponto antiético do humano. A sua aparição, quando autorizada, é reduzida a uma dimensão corpórea, emotiva ou ameaçadora, tal como um King Kong descontrolado: tão grande, tão bruto, tão negro, com mãos rústicas e exacerbados instintos libidinais em sua busca desenfreada pela mocinha (ultrafeminina) de tez claramente virginal e corpo frágil (NKOSI FAUSTINO, 2014, p. 83)

Ângela me conta dos primeiros aos últimos encontros sobre como ser uma mulher negra e bissexual em Brasília é motivo de se viver uma insegurança quase que diária e ao mesmo tempo ter sua liberdade cerceada. Quando abordamos essa questão, me relatou que locais públicos eram os maiores locais de desconforto para ela, por não conseguir transitar em local algum sem sentir que estivesse sendo observada por ser mulher ou por representar algum tipo de ameaça à segurança das pessoas. Citou um dos exemplos clássicos para a maioria das pessoas pretas: o shopping, aquele lugar que gira em torno do capitalismo, do consumo e dos bens privados, que precisa ser protegido a qualquer momento por *qualquer* pessoa que possa oferecer um *perfil* de ameaça àquelas propriedades privadas, e já trouxe aqui o que é o principal definidor desse perfil, a raça.

A partir desse relato de Ângela, percebemos como a questão de intersecção de raça e gênero ocorrem de formas diferentes e ao mesmo tempo, onde há uma questão de sexualização e que faz seu corpo ser notado, assim como a cor de sua pele, que ela mesma reconhece que *"chega antes de qualquer coisa"* inclusive da definição de seu corpo como um corpo feminino. Essa conversa com ela, me traz uma confusão que como homem negro sempre acabo pensando sobre e irei tratar sobre isso futuramente aqui, mas é basicamente o pensamento "essa pessoa mudou de calçada porque sou um homem, negro ou porque sou um homem negro?".

Ofertando um ponto de vista levemente diferente sobre essa visão de Ângela, Conceição me conta um pouco sobre sua relação com a cidade e diz ter um ponto de vista um pouco *"diferente do comum"* quando se diz respeito às vivências no Plano Piloto. Ela me conta que no breve período de sua vida que foi residente do bairro, sentiu que lá havia mais segurança (principalmente enquanto mulher) do que na periferia que tinha morado anteriormente, mas não de forma geral, só que sentia ter uma abordagem mais "civilizada" da força policial naquele local, além de também sentir uma presença maior de viaturas e

afins. Seja isso uma realidade mesmo ou não, é uma questão da forma como ela se sentia enquanto habitava aquele local, entendendo que talvez tivesse a ver com a eficácia da força policial em proteger a elite, ou seja, sente que no centro a polícia estava ali para proteger, enquanto na periferia está ali para combater. Essa visão de Conceição vai de encontro com algumas teorias e evidências que veremos também aqui, a começar pelo já citado Partha Chatterjee e sua análise das diferentes formas de governar do Estado.

Ao mesmo tempo, Conceição nos traz uma nova leitura nessa coisa de ser transeunte no Plano Piloto, que é um desconforto ligado ao *não acolhimento* e a uma ideia de *totem* de sua figura enquanto mulher preta, perguntada sobre isso ela me diz que:

CN - Então se eu vou em qualquer lugar, eu não me sinto desconfortável, que é o sentimento que talvez mais me venha em relação a lugares mais centrais e que não tão, tão descentralizados como a periferia, entendeu? Essa sensação de incômodo assim, de desconforto, de não me sentir confortável naquele ambiente porque sempre a minha presença vai tá fora da curva do que se geralmente tem ali, entendeu? [...] existem em lugares como o Plano Piloto, lugares de esquerda... sei lá, menos... como se fala? Você entendeu né? [risos] sei lá, um samba na Asa Norte, boteco *nome do local*, mas que fica na Asa Norte

[comentário meu sobre locais no Plano que destoam um pouco da proposta elitista e acabam atraindo mais as pessoas da periferia]

CN - Sim, sim é nisso que eu quero falar. Eu acho que nesses lugares o desconforto é muito menor, tipo assim, não é tão desconfortável, porém... às vezes me vem uma sensação de que as pessoas querem te atrair praquele lugar pra mostrar que ali é descolado, entendeu? Tipo assim, a gente tá na Asa Norte, mas olha só a gente... entendeu? Faz não sei o que, não sei o que lá... ah vem a galera da Ceilândia, de Taguatinga pra cá, sabe? Tem gente negra aqui, a outra ali além de negra, é gorda (fazendo referência a ela mesma)! Então assim, você fica num lugar meio de totem, sabe assim? Pra validar que aquele lugar ali é descolado..."

Logo, Conceição nos traz essa outra faceta sobre como existem sim locais do centro que vão criar ambientes mais "toleráveis" à nossa presença, mas muitas vezes só porque existe essa possibilidade de criar uma certa opinião pública desses locais que acaba atraindo um público mais central ao saber que seus pares, ou de modo geral, são bem-vindos ali. Essa questão também alimenta uma dinâmica de deslocamento que é muito comum e conhecida pelos jovens brasilienses: pessoas do centro quase nunca se deslocam para a periferia por motivos de lazer, mas buscam alternativas mais "amigáveis" ao periférico para justificar um lazer no centro.

Voltando rapidamente aos relatos de Ângela, ela me traz como esse sentimento de seu corpo negro estar sendo observado todo momento em que sai de casa, acaba prejudicando sua vida social inclusive quando se trata de visitar certos locais da cidade. Ela me diz que existem sim locais que pelo fato de já ter sofrido com violências raciais, não se sente confortável mais em visitar, tanto pelo trauma que isso deixou como pelo

fato de sentir que não tem a liberdade de transitar por esses locais como pessoas brancas tem. Nesse sentido, ela me traz uma fala muito importante ao ser perguntada o quanto se sente segura e livre sendo quem é, e que aqui transcrevo suas palavras na íntegra:

AG - Nossa, não... apenas não [risos de nervoso] e é tipo, um pensamento de todo momento essa insegurança. Eu tava até pensando sobre o meu meio, porque tento muito me deixar protegida na minha bolha segura e já falei isso com você, que só ando com pessoas negras e que vão entender o que é ser eu, tanto que ontem eu saí e sumi por um tempo, uns 40 minutos... e meus amigos negros ficaram "você é maluca? Você é uma mulher negra na UnB de noite, tem noção disso?". Então é sempre uma preocupação.

AG - [sobre a questão da liberdade] entra, entra total na questão de insegurança e às vezes eu sinto como se tivesse que escolher um desses [características de quem é] para expressar no momento que eu vou tá mais segura. Tipo, não é em todos os espaços que eu posso ser a Ângela negona, ou a Ângela feminina, ou a Ângela bissexual

Esse tipo de acontecimento na vida da pessoa negra costuma ser bem recorrente. Ter que se vestir de inúmeras máscaras por saber que sua mera existência te põe em risco passa a ser uma prática extremamente adoecedora onde cada vez mais nos perdemos e passamos a cercear nossa própria liberdade com a ideia de que se manter vivo e longe de certos perigos vale até mais do que assumirmos a todo momento quem somos. Para isso, claro que entendemos que requer coragem, mas não buscar essa vivência não nos faz covardes, mas sim sobreviventes. Percebo então o quanto isso vai nos afetando cada vez mais psicologicamente e o tanto que isso se apresenta na nossa própria aceitação da negritude que nos pertence, podendo ser inclusive um processo que não só nos leve a ter repulsa por quem somos, mas também a servir de incentivo para "limpar" essa nossa herança negra, é como diz Fanon (2008): *a alienação psíquica do negro*. Ainda dentro dessa questão, gostaria de citar rapidamente Lia Vainer e seu trabalho "Famílias interraciais – tensões entre cor e amor" (2023):

> O psicanalista Jurandir Freire Costa aponta que a violência racista estabelece, por meio do preconceito de cor, uma relação persecutória entre o sujeito negro e seu corpo, desmantelando um dos componetentes fundamenteis para a saúde psíquica na construção de sua subjetividade, a saber: é necessário que o corpo seja predominantemtente vivido e pensado como local e fonte de vida e prazer (SCHUCMAN, 2023, p. 80).

É nesse ponto que chegamos, da eficácia que as ideias de branqueamento têm no Brasil e do fato de meus interlocutores relatarem de forma uníssona: o contato com a branquitude desde o início de suas vidas é responsável por problemáticas que lidam hoje nas suas construções de afeto, sexualidades e até mesmo de relações sociais como um todo. Com Nilma Lino Gomes (2019), podemos ver em entrevistas realizadas por ela com pessoas e famílias pretas que esse senso comum da *sujeira e maldição* em ser negro ainda se faz presente e não é tão pequeno quanto gostaríamos que fosse, frases de familiares de

seus interlocutores como: “A gente tem que melhorar a raça. Por isso é que eu opto por mulheres claras, de cabelo bom” (GOMES, 2019, p. 136) não são tão incomuns assim.

Como Fanon já analisava bem essa divisão que ocorria na população negra martinicana daqueles que ainda se orgulhavam da sua negritude e aqueles que queriam se afastar dela, Gomes trabalha isso muito bem nessa publicação que foi citado aqui, a pedagoga e ex-Ministra mineira, observa esse fenômeno no país em que a negação dos traços que representam a negritude estão fortemente conectados a esse auto-ódio incentivado pelos ideais eugenistas que tanto fizeram sucesso no país e o tanto que isso afeta, como eu disse no início, nossas percepções sobre nós mesmos, o “outro” e o que é nosso ideal para se relacionar afetivamente (GOMES, 2019).

> Pois, afinal de contas, é preciso embranquecer a raça; todas as martinicanas o sabem, o dizem, o repetem. Embranquecer a raça, salvar a raça, mas não no sentido que poderíamos supor: não para preservar “a originalidade da porção do mundo onde elas cresceram”, mas para assegurar sua brancura. Cada vez que tentamos analisar certos comportamentos, não podemos evitar o aparecimento de fenômenos nauseabundos. [...] Algumas vezes, para desculpar um mau investimento, é obrigada a lançar mão de argumentos como este: “Fulano é negro, mas a miséria é mais negra do que ele.” Conhecemos muitas compatriotas, estudantes na França, que nos confessaram com toda a candura, uma candura toda branca, que não poderiam casar-se com um negro (ter escapado e voltar atrás? Ah, não, obrigada!) Aliás, acrescentavam, não é que neguemos ao negro qualquer valor, mas é melhor ser branco (FANON, 2008, p.57-58).

Vejo que esse é um tema a ser trabalhado aqui de forma extensa nos capítulos que estão por vir, pois sinto que para primeiro chegarmos ao ponto sobre as afetações que o racismo teve e tem nas sexualidades, masculinidades, feminilidades e emoções de quem compartilhou suas histórias comigo, devemos discutir primeiro o fato fundador do que ocorre em suas situações psico-emocionais a partir das situações propostas pela racialização e sexismo.

Procurei explorar um pouco sobre o que Fanon nos traz dessa dimensão do preto como *“escravo de sua inferioridade”,* uma vez que percebo ser esse um dos traumas iniciais de cada um de mexs interlocutorxs quando falamos de seus primeiros contatos com a branquitude e há um ideal comum de passarem a se entender como “não sendo o bastante” a partir dali, já que o referencial de tudo que seria belo, correto, eficiente, agradável e com sucesso estava socialmente definido como fora de seu alcance. Percebo então essa dimensão do aprisionamento, também trabalhada por Fanon, que acaba se

instaurando por *"conta própria"*[27] na vida de cada um de nós e que em muitos casos irá demorar até que se tenha uma emancipação eficiente.

> Qualquer que seja o domínio considerado, uma coisa nos impressionou: o preto, escravo de sua inferioridade, o branco, escravo de sua superioridade, ambos se comportam segundo uma linha de orientação neurótica. Assim, fomos levados a considerar a alienação deles conforme descrições psicanalíticas. O preto, no seu comportamento, assemelha-se a um tipo neurótico obsessional, ou, em outras palavras, ele se coloca em plena neurose situacional. Há no homem de cor uma tentativa de fugir à sua individualidade, de aniquilar seu estar-aqui. Todas as vezes que um homem de cor protesta, há alienação. Todas as vezes que um homem de cor reprova, há alienação. Veremos mais adiante, no capítulo VI, que o preto inferiorizado passa da insegurança humilhante à auto-acusação levada até o desespero. Freqüentemente a atitude do negro diante do branco, ou diante de um seu semelhante, reproduz quase que integralmente uma constelação delirante que toca o domínio do patológico (FANON, 2008, p. 66).

Temos então que esse "grande encontro" é responsável por diversas coisas, nenhuma delas é a democracia racial.

2.2 A construção do ser negro no Brasil - tomadas de consciência e estratégias de cooptação da branquitude

De primeira, já percebemos que muito que envolve a construção do ser negro é o sentimento de negação, negação de se entender como diferente daquilo que é visto como cultura e *identidade brasileiras*, mas essa ainda assim não é de todo tão maléfica como o sentimento de que ser negro no brasil, é de alguma forma, uma maldição. O que me chama a atenção nessas falas trabalhadas por ela e seus interlocutores é que muitos acabam citando exemplos concretos que circularam e circulam no Brasil e no mundo de mídia, obras (audiovisuais e literárias) e personalidades que os convenceram sobre a *necessidade* de uma prática embranquecedora, ou seja, houve reforços que invadiram seus imaginários culturais e efetivaram o ideal branco de nação.

> Embora houvesse uma resistência cultural tanto dos povos indígenas como dos alienígenas que aqui vieram ou foram trazidos pela força, suas identidades foram inibidas de manifestar-se em oposição à chamada cultura nacional. Esta inteligentemente, acabou por integrar as diversas resistências como símbolos da identidade nacional. Por outro lado, o processo de construção dessa identidade brasileira, na cabeça da elite pensante e política, deveria obedecer a uma ideologia hegemônica baseada no ideal do branqueamento ideal esse perseguido individualmente pelos negros e seus descendentes mestiços para escapar aos efeitos da discriminação racial, o que teve como consequência a falta de unidade, de solidariedade e de tomada de uma consciência coletiva,

[27] Digo por "conta própria" no sentido de que internalizamos isso tudo, mas é um processo que somos incentivados a acreditar desde a primeira infância e somos também bombardeados por informações e representações gráficas de todos esses ideais como forma de manutenção da superioridade branca.

> enquanto segmentos politicamente excluídos da participação política e da distribuição equitativa do produto social (MUNANGA, 2020, p. 101).

Algo que precisa ser discutido, ainda mais pelo momento que essa dissertação foi escrita, é sobre a figura do Rei do futebol, Edson Arantes do Nascimento (o Pelé). Por muito tempo, Pelé foi criticado por diversos núcleos e atuantes do movimento negro no Brasil pela sua então declarada "omissão" quando se diz de respeito ao antirracismo (que em sua época ainda caminhava a passos curtos no Brasil) e que hoje temos comprovadamente que sua figura transcendia certas questões, sendo impossível chamá-lo de omisso. O que acontece é que, Pelé sendo quem foi passou por diversas situações de racismo, tanto as que chegaram até ele como as que ele nem tomou conhecimento, mas não ter sido um ativista como Muhammad Ali não o faz de alguém que se calou ou sequer que não fez nada. Pelé, diferente de algumas personalidades inclusive do futebol hoje e na época, nunca escondeu ou negou sua negritude (como tratado pelo comentarista Paulo Vasconcellos Coelho[28]), sempre foi um homem negro retinto onde estivesse no mundo e negou sim processos de embranquecimento que tomavam o cenário cultural de antes e de hoje. Logo, ao não assumir uma atitude como a de OJ Simpson quando disse "I'm not black, I'm OJ[29]", ele por si só se torna uma referência de ascensão e protagonismo negro jamais antes vista (inclusive quando se torna ministro do esporte no governo FHC) no país e ainda tomando o cenário mundial (coisa que a figura de Leônidas da Silva demorou a alcançar).

A questão é, já discutimos aqui brevemente como fez parte de todo processo de colonização e formação da nação brasileira, o apagamento, aculturação, e esforço que as elites brancas europeias e brasileiras fizeram e *fazem* para consolidar cada vez mais o ideal de que se existe uma democracia racial, ao mesmo tempo em que se embranquece fortemente nosso imaginário cultural e social. Agora, como esses esforços refletem em nossa população negra quando se trata dessa construção do nosso "ser negro"? Já afirmo daqui: o ser negro no Brasil é plural, como sempre foi a presença das nações negras aqui dentro, assim como nossos povos nativos, há uma pluralidade em nossas práticas, vivências, visões e formas de lutar que habitam sim em uma unidade permeada pela raça, mas que não se limita por ela (raça é um fator determinante, mas não limitante).

---

[28] Relato com link disponível nas referências.

[29] Frase dita por OJ Simpson a Bryant Gumbel em entrevista em 1996.

É bem evidente que lidamos com a realidade de dois extremos nesse cenário sobre a realidade de se construir enquanto negro no Brasil (claro que os extremos contam com realidades em seu meio também): a de se orgulhar de fazer parte da população negra[30]; e a de entender que essa é uma característica a ser negada o quanto for possível para fugir da socialização cunhada em estereótipos que eles mesmo consideram ser reais sobre a cor de sua pele. Esses extremos são facilmente observáveis em cenários públicos e midiáticos como do futebol ou da música (principalmente no funk e rap)[31]. Trago ainda rapidamente, pois será caso de discussão no próximo capítulo, que esse traço de negação de sua própria negritude se faz presente fortemente nas construções de afetos, até porque se não há aceitação daquilo que somos, como é possível construir um afeto diante do semelhante[32]?

2.2.1 – O que fizeram de mim: a percepção do ser negro e as referências da branquitude

Nas conversas que conduzi com Jorge, Ângela e Conceição, procurei saber de cada um deles sua visão própria sobre como sua construção enquanto pessoa negra foi afetada pelos ideais da branquitude no brasil e as ideias e experiências, por mais que cheguem a convergir em certos pontos, passam por categorias um tanto diferentes e que nos permite perceber a quão ampla é a formação do *ser negro* no país, bem como também são amplas a atuação das violências raciais. Temos então que ideais de amor, família, sucesso, certo-errado, bonito-feio e outros foram deturpados e dominados pelos ideais reforçados e dominados por essa elite que tanto falo aqui, mas deixo que elus mesmos falem de suas experiências. Gostaria de comentar rapidamente sobre um sentimento que irá aparecer diversas vezes nas conversas com Ângela, principalmente no que envolve seu sentimento de liberdade em ser quem ela é: o medo. Não é a primeira e nem foi a última vez que ela trouxe esse sentimento que ela atribui a experiências passadas que envolvem tanto num geral o fato dela ser uma mulher negra e isso é uma distinção, uma vez que esse temor e esse medo de se mostrar quem é, se atribui muito ao fato de sua negritude e da rejeição social que a aceitação de seus traços negros traz. É então que ela

[30] Buscando aprofundamento, estudo e resgate dos acontecimentos históricos que marcaram nossa vida no país, inclusive entendo melhor do que se trata quando falamos de "cultura negra" e como essa engloba desde revoluções, manifestações culturais importantíssimas e até mesmo protagonismo em áreas científicas.
[31] Me refiro ao constante "estereótipo" que os atletas e artistas negros têm de sempre se relacionar de forma interracial e apresentar pouca consciência racial no que diz respeito a isso.
[32] Não por acaso, Fanon explora uma seara sobre o auto-ódio envolvendo raça, então essa característica se faz presente até mesmo em relacionamentos familiares, uma vez que ser negro é uma "maldição" passada de geração para geração

convoca essas memórias de um tempo mais remoto onde seu contato com a branquitude fez com que ela sentisse a necessidade de suprimir as manifestações de sua negritude, o que nos traz hoje pra o que ela entende como um medo e até mesmo um receio por ser algo que "foge da regra".

Junto de Jorge, decidi fazer o mesmo tipo de pergunta e elaboração, uma vez que o mesmo tipo de preocupação já havia aparecido nas minhas conversas com ele também:

JL - Bom, a primeira coisa que me vem à mente, é pensar como aquele primeiro contato (com a branquitude) que eu já tinha citado na minha infância, de perceber que a minha autoimagem foi afetada assim. Tipo, foi a partir desse encontro com outro que é branco e classe média que eu me vi como negro, pobre e periférico, né? E isso já tem uma hierarquização aí... então é isso, me senti inferiorizado, né? E assumi essa identidade, não sei, mas assumi essa posição de me enxergar assim, assim como meus pares também, né... como inferiores por conta de questão racial, de classe... eu assumi o discurso da branquitude, eu acredito. Acho que a principal é essa, e como isso vai reverberar na minha subjetividade durante toda minha vida [pausa e suspiro] vai atrapalhar minhas relações afetivas, o que vem também em questões de masculinidades, tipo, de dificuldade de demonstrar afeto e etc... porque esse contato é com a branquitude de classe média, cis (cisgênero), masculina... né? Então é todo um grupo que é transpassado assim... e que eu sinto que eu, como quase todas as pessoas do mundo também né, do **nosso** mundo, sofrem com essa imposição [pausa] E especificamente depois da universidade teve a inferiorização intelectual né?

MRV - Aham

JL - Que antes não era um problema pra mim, mas passou a ser... e eu sinto que eu parei de me cuidar assim enquanto pessoa, no sentido de descansar, de assistir futebol, de assistir vôlei, de sair com os amigos, de jogar vôlei na praça com meus amigos boiolas [risos] de sabe? Aproveitar a vida, sabe? [Jorge se mostra um tanto emocionado nesse relato, chega a esfregar os olhos e o nariz, mas não a manifestar lágrimas]" – Jorge em entrevista no dia 11/05/2022

Como veremos em outros de seus depoimentos, houve na vida de Jorge essa percepção de ser "um estranho no ninho" muito cedo, o que fez com ele escolhesse por um tempo essa opção de adaptabilidade, coisa muito comum na infância de pessoas negras, que basicamente se trata de lidar com aquilo que os diferencia dos demais (em termos de raça, classe, sexualidade e gênero) e comprar esse discurso em certa parte com o fim de não ser incomodado, ou melhor, de passar desapercebido por aqueles pertencentes no topo da hierarquia social.

Logo, acho importante trazer a visão de Mara Viveros Vigoya em "*As cores da masculinidade: experiências internacionais e práticas de poder na Nossa América*" (2018) sobre a leitura que tem de autores como Fanon e Du Bois em suas proposições justamente sobre essas construções que aqui trabalho, tanto é que a autora será melhor trabalhada em capítulo seguinte, uma vez que discutiremos mais sobre gênero e sexualidade.

> [...] No entanto, para as pessoas negras, afrontar o "olhar branco" é enfrentar uma experiência particular, a de ter uma "dupla consciência", como o expressou precocemente Du Bois no começo do século XX. Essa dupla consciência dá a estranha sensação "de estar sempre se olhando através dos olhos de um outro, de medir a alma própria com a medida de um mundo que os considera como um espetáculo, como uma diversão tingida de piedade desdenhosa" (Du Bois, 1953). [...] É um conhecimento de seu corpo não mais "na terceira pessoa, mas em tripla pessoa", responsável não só por seu corpo, mas por sua raça e por seus ancestrais, a partir da trama e da urdidura dos "mil detalhes, anedotas, relatos com os quais o olhar branco o teceu" (Fanon, 1952, p.90). (VIGOYA, 2018, p. 114-115)

É quando Jorge nos diz que *"eu assumi o discurso da branquitude"* que percebo o tanto que esses sentimentos de deslocamento, medo, temor, fazem parte de mecanismos de cooptação dessa classe para que continuemos caindo no auto-ódio e na busca incessante para se encaixar em uma sociedade que nos odeia, mas que pode fazer nossa vida mais "fácil" se engolirmos todas essas violências e aceitarmos que esse é de fato nosso local e papel a serem vividos. Agora uma dúvida que fica comigo e que infelizmente não pude sanar nessa pesquisa é: e pra branquitude, que mecanismos de cooptação os convencem de que devem nos odiar, nos combater e que o certo é a manutenção dessa desigualdade?

Aqui gostaria de trabalhar com um dos mais recentes trabalhos de Lia Vainer Schucman, "Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor" (2023). A psicóloga discute nessa pesquisa algumas das questões que envolvem a formação de identidade e do "ser negro" de interlocutoras com origem em famílias inter-raciais. Algumas dessas suas leituras eu considero como muito valiosas principalmente sobre o ponto de vista da psicologia e de questões que ela faz que pertencem às ideias de *como essas pessoas se sentem* e como o ambiente interno familiar tem bastante determinação em como se identificam. Dito isso, Schucman nos traz as situações em que ela observa que esse fato de existirem os lados branco e negro na família, leva alguma de suas interlocutoras a busca por acentuar esse lado branco e tê-lo como algo positivo de sua herança e aparência, em detrimento de um lado negro:

> Nas falas de Juliana e de Joana, percebe-se como a representação negativa e a negação do negro dentro de uma sociedade atuam de forma perversa sobre a própria subjetividade da vítima: a autodepreciação torna-se um dos mais fortes instrumentos de opressão sobre sujeitos pertencentes a grupos cuja imagem foi deteriorada. Portanto, os significados racistas produzidos em torno de uma identidade marcam suas vítimas de forma cruel, subjugando-as por meio de um sentimento de incapacidade, ódio e desprezo contra si mesmas. (SCHUCMAN, 2023, p. 45)

As falas que Schucman se refere são de interlocutoras que não só assumiram essa posição de tentar apagar seus traços negroides, como foram incentivadas por familiares a fazê-los, no caso de Juliana ela mesma reconhece o racismo da mãe e para autora "é marcante que ela, como filha, aponte nesse e em vários outros momentos como a negação por parte da mãe foi violenta para a própria percepção de si e para a aceitação de seu corpo" (SCHUCMAN, 2023, p. 41).

2.2.2 – O lugar que ocupamos em nossa própria negritude

Uma vez ouvi de um professor negro da antropologia que ser negro no Brasil é quase como lidar com táticas de guerra, nos marginalizam para terrenos inférteis onde temos que cavar nossa sobrevivência ou nossas covas, nos unimos de alguma forma ou simplesmente perecemos. Após ver que essa prática não deu certo, nos garantem o mínimo do mínimo para aqueles que "insistem" em se orgulhar e lutar pela sua negritude ou então "espólios" para aqueles que a rejeitarem, comprarem o ideal embranquecido que tanto precisa de fortalecimento. Até que aqueles "poucos" que sobram são tratados como os piores dos inimigos e combatidos com as mais violentas forças que o Estado detém, e se possível, fazer parecer que eles estão do lado certo e nós do lado errado. De forma bem resumida, é a esse tipo de coisa que resistimos no Brasil, ser negro e estar vivo é por si só contrariar uma estatística e eles sabem disso.

Em todas as situações, há um reforço que se repete, onde a branquitude e a estrutura sócio-urbana de Brasília se esforçam para consolidar de todas as formas: o lugar de vocês não é na mesma mesa que nós, mas sim no lixo (GONZALEZ, 2020). Pensamos então nesse tipo de reforço não por um pequeno período de tempo, mas por uma vida toda, e ainda observamos a partir de Lev Vigotsky como é comprovado a influência que experiências durante a infância são definidoras de nossas FPS (funções psicológicas superiores) e vão fundar medos, traumas, receios e ideais que muitas vezes demoram para serem justificados ou sequer notados (DANTAS; OLIVEIRA; TAILLE, 1992) , por pertencer à um acontecimento tão cedo na vida que diversas vezes se perde na memória. Para Jorge foi assim, quando perguntado sobre o que o moldou, me conta:

JL – Bom, eu acho que minha vivência... eu falei que joguei tênis, né? Quando era criança, ou não? Num clube de tênis

MRV – Sim, falou

JL – É... eu percebi que aquele choque de classes assim, moldou de certa forma o nível de

pessoa que eu queria pra mim, e quando eu falo “nível” falo bem nos moldes utilitaristas assim, tipo de status mesmo? Então... percebo que minha linha de solucionar pessoas afetivamente é muito alta, por pensar, por exemplo em como os outros vão avaliar a pessoa que eu estou. E eu sinto que a minha vivência entre classes quando criança, foi um determinante disso... de ver pessoas poderosíssimas enquanto eu admirava essas noções de poder e sinto que levei isso pra minha vida assim

MRV – Certo...

JL – E eu acho que isso é um pouco problemático, né? Porque não tô muito pautado na coisa da relação, mas como um **totem** pra mim, né? Que tipo, é alguém que eu vou ter como chaveiro[33] e mostrar pros outros, tipo assim: “olha! Eu sou interessante! Olha a pessoa linda, maravilhosa e inteligente que eu tenho me desejando [inaudível]”, sabe? Então pra mim isso é ruim [risos], mas é quem eu sou né...”

Jorge faz referência a um ponto interessante de sua história que é esse clube de tênis e que aparece por diversas vezes em suas narrativas. Esse clube era um local onde seu pai lecionava a prática desportiva e era majoritariamente frequentado pela elite de Brasília (uma vez que o tênis é um esporte majoritariamente das elites), local esse então que por causa do trabalho de seu pai, Jorge teve sua primeira interação com uma criança branca e elitizada, levando-o a perceber sobre si próprio que ele era negro e pertencia a uma classe social menos abastarda financeiramente, já causando esse sentimento de deslocamento sobre si e o não pertencimento àquele *tipo de lugar*: “*já sabia que era diferente, mesmo sem saber o que aquilo significava*”.

Percebo que há uma definição dele próprio desde muito cedo sobre esse entendimento, a partir de seu contato com a branquitude, que existia uma barreira, ou melhor, uma fronteira entre ele e aquelas outras crianças. É então que decidi abordar essa categoria das fronteiras e como essas funcionaram para distanciar a população negra de qualquer ideal propagado como hegemônico, ao mesmo tempo que nos aproximaram do desejo de pertencer a ele. O que algumas dessas experiências vividas por Jorge me trazem, é que vivemos em uma situação de constante renovação e reforço da existência dessas fronteiras, mas que principalmente, parece ser um ponto de “não retorno” em um imaginário tão sólido e fortalecido quase que diariamente. Dessa forma, trago a situação com as especificidades de Brasília, que não se distancia completamente das grandes metrópoles brasileiras (em termos de técnicas de marginalização e segregação), mas que talvez evidencie muito mais como o agir capitalista, a branquitude e forças de dominação andam de mãos dadas e até mesmo dependem um do outro para triunfar.

[33] Termo normalmente utilizado para designar alguém que você faz uso para se mostrar como conquista e esbanjar orgulho de se relacionar com uma pessoa bem sucedida ou famosa.

Vejo o tanto que tomadas de consciência como essa que Jorge sempre teve, são importantes para a pessoa negra em um contexto tão violento e segregador como o de Brasília. Tais tomadas de consciência não se resumem somente à nossas condições que envolvem o marcador racial, mas de gênero, sexualidade e classe também, uma vez que são esses momentos que nos ajudam a perceber não o local que pertencemos, mas o local que a elite no poder tem reservado pra nós, deixando bem claro que qualquer coisa a mais do que aquilo ali será considerada uma transgressão de seu projeto de dominação. Vemos aqui como esse processo de tomada de consciência pode ser muito violento e traumático também, ao mesmo tempo que se mostra libertador, assim como foi para Conceição:

MRV – Desde quando você se entende como uma pessoa preta? Assim, você tem alguma lembrança relacionada a você descobrindo que você é uma pessoa preta, mas não necessariamente tentando, mas descobrindo e olhando "sou uma mulher preta e nisso existe uma diferença na sociedade, eu me identificar assim" ...

CN – [suspiro prolongado] eu não sei se tem uma coisa assim, eu acho que tem um processo de entendimento em vários momentos da minha vida, é... mas acho que pensando assim na primeira, primeira coisa assim que talvez seja um marcador racial pra mim vem logo na infância, assim... quando eu tinha uns oito anos mais ou menos que talvez um pouco menos, sabia? Que a minha mãe, ela cortava meu cabelo, eu não podia ter o cabelo grande, nunca tive enquanto criança o cabelo grande, mas acho que nessa época eu tive talvez consciência disso, entendeu? Que eu tinha um cabelo que era de "menino", que era bem cortadinho bem curtinho mesmo e... e ela falava que cortava meu cabelo porque ela não tinha tempo de ficar cuidando do meu cabelo, mexendo no meu cabelo, que dava muito trabalho meu cabelo. Então tipo assim "não tenho tempo de cuidar de cabelo que nem o seu" era isso que ela dizia, entendeu? Seu cabelo é crespo, dá muito trabalho, não tenho tempo... acho que essa era uma coisa que tinha consciência de que me fazia diferente das outras crianças que eu estudava, da escola, enfim... das crianças brancas. É... eai eu acho que talvez também nesse contexto ainda escolar assim da infância é... essa - essa coisa do, da **rejeição** assim, tipo: ah é a festa junina e nenhum menino quer dançar comigo, entendeu? Mas assim, não necessariamente que isso, essas coisas que são grandes é... mágoas, dores, sabe? Mas percepções mesmo assim tipo, que todo mundo queria dançar com a fulaninha que era branca, cabelo liso, sei lá, é... então acho que nisso comecei a perceber que era diferente daquelas outras meninas e a diferença tava no fato de eu ser neg-preta. Ai eu acho que isso eai na adolescência acho que talvez é... muito também essa coisa da [pausa para pensar] tipo assim dessas consciência que não tava de forma nenhuma atendendo ao padrão de beleza que era esperado das menininhas adolescentes, entendeu? Porque eu já era gorda, eu já-era preta, eai tipo assim tinha... sentia que não me encaixava... eai sentia também que, aquelas [risos] não sei se já é pra eu ir falando todas essas coisas

MRV – não... pode ir, não, não tem essa não, você fala o que tiver sentindo vontade de falar [risos dela] se você acha que uma coisa se conecta com a outra é porque de fato se conecta, então... [risos]

CN – Tá [risos] então acho que tipo isso também fazia ter consciência de que eu era preta, entendeu? Então tipo, acho que talvez por não ser, não ter a pele tão clara essa consciência ela não tava tão distante, entendeu? Tipo assim de saber, que eu sou negra, sou velho... nenhum menino pediu pra ficar comigo e eles pedem pra ficar com todas as meninas, entendeu? É... então tipo nisso... deixa eu ver no que mais [pausa para pensar] ahn não sei acho que é isso assim, descobrir que você... assim despertar para o "eu sou negra" eu acho que são essas coisas, mas tem um outro momento acho marcante assim, na minha história talvez que é quando eu já tinha terminado a faculdade que fiz de 2007 a 2010 [...] eai eu fui da segunda turma do PROUNI na UNIP...

MRV – Aham, sim...

CN – É... eai ainda tipo assim a faculdade totalmente embranquecida e... eu fui, eu era pelo PROUNI e pelo sistema de cotas [risos] eai é... eu acho que tipo assim eu não consegui ter contato e nem desenvolver talvez uma consciência talvez é... pra pauta racial durante a faculdade. Não era uma coisa que eu tinha contato ou vivencia disso, entendeu? E dai isso só veio surgir ali um ano depois eu acho, quando eu me formei, comecei a trabalhar eaí eu decidi que ia parar de alisar meu cabelo, que até então eu alisava meu cabelo... foi ali em... 2010 eu já não queria mais, mas aí tinham várias questões, mas eu lembro que em 2011 eu parei de alisar meu cabelo eai fui cortando e cortando o cabelo tipo assim... nem existia **big chop** e essas coisas na época, mas tipo assim em 2012 eu já tinha tipo cortado meu cabelo todo e tirado a química dele, entendeu? Eai isso foi um fator bem relevante pra essa... é não sei se ainda descoberta, sabe? Mas é um aprofundamento talvez nesse sentido, tipo foi quando eu comecei a me interessar mais por saber, por estudar, por procurar eai tipo... talvez uma consciência assim, talvez isso... esse assunto meio que veio de uma forma bem mais palpável eai eu consegui de alguma forma ter maturidade ali já para lidar com ele, entendeu? Porque até então (3x) nessas coisas que eu to falando eu acho que era um, é... tipo assim eu conseguia perceber, mas talvez não tanto classificar, sabe assim? Direito o que tava acontecendo, mas ali por volta de 2011 eu acho que foi quando acendeu uma luzinha que aí tipo assim, eu comecei a querer estudar, ler, pesquisar, enfim... eai, ah! Eai eu comecei a me interessar muito por algumas músicas que também fizeram parte desse processo! Porque até então eu escutava muito, assim, mpb e tals, mas eu vim de uma adolescência metaleira [risos] eai era aquela adolescência metaleira periférica muito embranquecida ainda, entendeu? E as vezes eu olho pro passado e fico pensando “mas gente?” não entendo o que aconteceu, sabe? Porque eu-a minha, essa minha infância assim, infância ali de 10 pra 18 anos eu morava em Águas Lindas de Goiás nesse período e é uma cidade muito periférica [risos] mas assim, as minhas, meus amigos eram muito brancos então tipo assim eu não tinha muito contato com essas pessoas dentro desse meio com pessoas pretas, assim tinha, um ou outro, mas também bem embranquecida que nem eu era. Mas por exemplo assim, principalmente as meninas sabe? As meninas eram todas brancas e só eu era preta, e tinha meninos negros, mas é diferente também né? a relação... mas é isso que eu to dizendo, tipo assim, então eu acho que a adolescência talvez tenha sido de alguma forma, não teve espaço pra isso na adolescência porque eu tava nesse role muito fechado, sabe? Que não tinha espaço pra outras coisas... eai nessa época foi uma época que comecei a escutar rap, hip-hop, r&b eai eu fui lendo, pesquisando... eai eu comecei a também repensar tipo assim: gente porque eu não tenho tantos amigos negros? Preciso conhecer outras pessoas iguais a mim! Eai foi isso, eu acho...” Conceição em entrevista de 25/02/2022

Como podemos ver nesse depoimento de Conceição, todo esse processo de perceber que seu corpo negro era um marcador social foi carregado de fortes violências que vieram inclusive de dentro da família e de rejeições, ou como ela mesma trouxe em outros momentos, de uma solidão que até hoje se faz presente em determinados momentos. Algo que me chama atenção é essa percepção própria dele sobre a influência da branquitude nesse processo e como houve uma forte tentativa, como nos aponta a própria Nilma Lino Gomes (2019), de embranquecimento e negação da negritude como uma tentativa de encontrar pertencimento social e suprimir aquilo que a faz diferente, uma vez que tudo que tinha conhecido até o momento era negligência e rejeição.

Quando nos voltamos para o âmbito familiar, que é o principal âmbito social que buscamos referências na nossa identificação étnica racial, as coisas podem se complicar um tanto seja internamente como nos próprios integrantes da família. Schucman exemplifica bem esses conflitos como algo determinante, tanto porque suas interlocutoras

buscam não escolher lados quando há essa disputa entre os pais, que acabam muitas vezes escolhendo por elas.

> Nesse trecho, Janice classifica a filha como negra, pois é dos seios negros que ela foi alimentada, é nas rodas de samba que Amanda se sente feliz, é o lugar no qual ela se sente conectada com seus ancestrais. O pai, entretanto, é enfático em dizer que Amanda não sofre a violência do racismo e, por isso, não pode ser negra. Para ele, Amanda é branca. E, para Amanda, a resposta é: não sei. (SCHUCMAN, 2023, p. 60)

Essas questões que interferem na construção de uma identidade negra mais sólida, mesmo que às vezes ainda se chamando de parda, costuma partir principalmente do que a autora entende como sendo "mecanismos de negação" (SCHUCMAN, 2023). Estes podem se manifestar tanto em questões internas que envolvem o auto-ódio e os processos de entendimento da negritude como um tipo de maldição, bem como os referenciais negativos externos que o pai de Amanda reforça ao dizer que ela não teria sofrido o bastante para ser considerada negra, nos chamando atenção para essa ideia de que o que nos torna negros é o sofrimento, e não as referenciais positivas de pertencimento que sua mãe observa ou a busca por aceitar seus traços negróides e assumi-los ao invés de esconder-se por trás de uma falsa máscara branca.

2.3 Ser negro em Brasília: a cidade não é nossa

Observo que é impossível escapar da discussão do marcador de classe nesse momento, uma vez que Brasília teve suas periferias criadas como um processo imposto pela especulação imobiliária e o "boom" de servidores públicos que passaram a ocupar a capital após a sede do governo federal ser efetivamente transferida para cá, tornando esse sentimento de pertencer ou não a certo local ou grupo algo que envolve claramente uma intersecção de classe, raça e gênero. A forma como isso se deu fez com que a segregação racial fosse um projeto que definisse o plano urbanístico da cidade levando a um centro da cidade afastado por dezenas de quilômetros de sua periferia, que como também já abordado aqui, tem enfrentado há anos as dificuldades de acesso ao Plano Piloto por causa de um mal planejamento (proposital) de não expansão das linhas do metrô e de ônibus. Logo, vemos que esse projeto não se distancia quase em nada da segregação racial praticada na África do Sul, conhecida como *apartheid*. Tal faceta é muito bem trabalhada por Guilherme Lemos, que buscou entender as similaridades de ambos os processos que inclusive ocorreram em períodos muito próximos (historicamente falando).

> No plano de Londres, Abercrombie alertava sobre os problemas que a separação de grupos por renda poderia causar (DERNTL, 2020: 133). No entanto, a experiência desses planos nas colônias não foi a mesma da metrópole. Em Johanesburgo, as *new towns* já estavam divididas por raças desde a década de 1930 (pelo menos), quando as primeiras remoções deram origem à Orlando em Soweto. O apartheid, modelo de segregação racial e urbana, não foi uma invenção única dos africânders. A experiência da colonização britânica forneceu toda a estrutura para aplicação das divisões espaciais e legais entre africanos e brancos de ascendência europeia.
>
> No Brasil, a antiga capital colonial, imperial e federal, a cidade do Rio de Janeiro — bem como outras cidades no Centro-Oeste — era igualmente segregada. Com uma experiência secular de escravismo, os descendentes de africanos e povos originários se tornaram os habitantes dos morros e favelas à medida que a especulação imobiliária avançava pelos séculos XIX e XX (OLIVEIRA LEMOS, 2022, p. 211)

Não é à toa que já foi trabalhado aqui toda a questão que envolve o acesso à cidade e como funciona seu transporte público, mas é importante trazer de forma mais palpável o tamanho dessa disparidade que existe na cidade. Felizmente, foi atualizado o mapa da riqueza no Brasil pela Fundação Getúlio Vargas e podemos perceber que o DF não só é o distrito mais rico do Brasil, como seus bairros elitizados contém também a maior concentração de renda, e esses bairros contém uma população quase que inteiramente branca, como nos diz a CODEPLAN. Importante lembrarmos que nenhuma dessas realidades é acidental, são partes de projetos, de manutenção deles e do reforço cada vez maior de que o local da população negra é na periferia e não junto dos mais ricos.

Topo de Rankings Espaciais Diversos – Ordenados pela Renda Média da População

Unidades da Federação (Top 6 de 27)	Declarantes na População		Renda Média da População		Patrimômio Líquido Médio da População		Renda Média dos Declarantes		Patrimômio Líquido Médio dos Declarantes		2020
Brasil Total	14,93%	rank br	R$ 1.310	rank br	R$ 47.432	rank br	R$ 8.776	rank br	R$ 317.788	rank br	
DF	24,93%	1	R$ 3.148	1	R$ 94.684	1	R$ 12.627	1	R$ 379.832	2	
SP	22,06%	2	R$ 2.093	2	R$ 90.776	2	R$ 9.488	3	R$ 411.448	1	
RJ	17,70%	6	R$ 1.754	3	R$ 63.128	5	R$ 9.907	2	R$ 356.565	3	
RS	19,60%	4	R$ 1.673	4	R$ 64.113	3	R$ 8.537	5	R$ 327.161	5	
SC	20,43%	3	R$ 1.652	5	R$ 63.414	4	R$ 8.086	9	R$ 310.357	6	
PR	18,05%	5	R$ 1.559	6	R$ 63.098	6	R$ 8.639	4	R$ 349.662	4	
Capitais (Top 6 de 27)											
Florianópolis - SC	33,79%	1	R$ 4.215	1	R$ 168.989	*2*	R$ 12.474	*4*	R$ 500.161	*6*	
Porto Alegre - RS	30,45%	2	R$ 3.775	2	R$ 160.267	*3*	R$ 12.398	*5*	R$ 526.394	*2*	
Vitória - ES	28,81%	4	R$ 3.736	3	R$ 147.716	*5*	R$ 12.968	*2*	R$ 512.725	*5*	
São Paulo - SP	27,05%	5	R$ 3.542	4	R$ 188.165	*1*	R$ 13.092	*1*	R$ 695.521	*1*	
Curitiba - PR	30,41%	3	R$ 3.427	5	R$ 158.361	*4*	R$ 11.271	*9*	R$ 520.829	*4*	
Brasília - DF	24,93%	7	R$ 3.148	6	R$ 94.684	*8*	R$ 12.627	*3*	R$ 379.832	*8*	
Regiões Administrativas de Brasília (Top 3 de 31)		Rank BSB		Rank BSB		Rank BSB		Rank BSB		Rank BSB	
Lago Sul	58,53%	5	R$ 23.141	1	R$ 1.430.855	1	R$ 39.535	2	R$ 2.444.513	2	
Lago Norte	60,96%	3	R$ 12.582	2	R$ 505.713	5	R$ 20.637	5	R$ 829.515	5	
Jardim Botânico	65,34%	2	R$ 12.453	3	R$ 588.604	3	R$ 19.060	7	R$ 900.840	4	

Municípios (Top 8 de 5570)	Declarantes na População		Renda Média da População		Patrimônio Líquido Médio da População		Renda Média dos Declarantes		Patrimônio Líquido Médio dos Declarantes	
Nova Lima - MG	32,93%	7	R$ 8.897	1	R$ 475.065	2	R$ 27.017	3	R$ 1.442.584	6
Aporé - GO	12,26%	1520	R$ 8.109	2	R$ 836.994	1	R$ 66.125	1	R$ 6.824.968	1
Nova Alvorada - RS	16,08%	709	R$ 6.150	3	R$ 106.291	45	R$ 38.244	2	R$ 661.028	25
Santana de Parnaíba - SP	28,66%	17	R$ 5.791	4	R$ 296.995	3	R$ 20.210	6	R$ 1.036.434	13
São Caetano do Sul - SP	43,87%	1	R$ 4.698	5	R$ 222.475	6	R$ 10.709	47	R$ 507.098	49
Florianópolis - SC	33,79%	6	R$ 4.215	6	R$ 168.989	15	R$ 12.474	26	R$ 500.161	51
Niterói - RJ	34,14%	4	R$ 4.192	7	R$ 151.021	20	R$ 12.276	29	R$ 442.302	73
Douradina - PR	16,27%	672	R$ 4.074	8	R$ 170.016	14	R$ 25.037	4	R$ 1.044.957	12

Fonte: FGV Social/CPS a partir dos dados do IRPF 2020 e TCU/IBGE

FGV SOCIAL

Fig. 5 – Tabela de estudo da FGV publicado em 2023 que aponta o DF como a UF mais rica e 3 de suas RA como as com maior concentração de renda no país

A tabela acima, assim como o mapa mostrado no início, nos permite observar com os dois juntos como se dá a distribuição de renda em Brasília, mas também seu papel como uma das UF mais ricas do país e o tanto de concentração de renda que existe em seus bairros mais elitizados, constatando também o fato de existir literais abismos financeiros entre seus habitantes.

Portanto, o que estamos tratando aqui é sobre manutenção de instrumentos de controle que são necessários para que as noções que tendem à homogeneidade sejam possíveis de serem alcançadas, uma vez que qualquer ameaça aos seus ideais deve ser controlada ou eliminada. Por isso, Foucault e Mbembe se fazem presentes de forma a trabalhar essa conceituação de *biopoder* do primeiro e como isso não só está atrelado à ideia de *necropolítica* do segundo, como se faz presente de forma definidora no jeito que o Estado e a branquitude brasileira exercem seu controle sobre nossos corpos (debate também realizado por Oliveira Lemos).

Devemos entender que quando Foucault nos traz o conceito de biopoder, este está ligado diretamente a uma análise de como um soberano (figura de governança) se comportava em relação a seus governados e como essas formas mudaram e se desenvolveram através desse *biopoder*, ou seja, o poder sobre aqueles que estão sob sua governança, seu poder e suas decisões em volta do deixar morrer (FOUCAULT, 1997). O que temos então na realidade brasileira, como já vimos aqui, é justamente uma aplicação específica de biopoder através do "deixar morrer" quando se trata daquela população parte *da sociedade política*, como prevê Chatterjee. Algo a se notar sobre essa vida na sociedade política é que em vários momentos suas sobrevivências dependem de uma "violação da lei" (montar comunidades em terrenos públicos e até privados, "roubo" de alimentos, etc.), o que acaba que o Estado brasileiro reconhece isso e entende que não pode legitimar todas suas reivindicações de forma a controlar as outras comunidades marginalizadas que poderiam se sentir incentivados a violar a lei por isso, há um movimento de se definir quem estará à margem e controlar para que além de permanecer lá, não tenham força política para qualquer ameaça maior a nação, é a política dos governados (CHATTERJEE, 2004).

> [...]Para um poder desse tipo, a pena capital é, ao mesmo tempo, o limite, o escândalo e a contradição. Daí o fato de que não se pôde mantê-la a não ser invocando, nem tanto a enormidade do crime quanto a monstruosidade do criminoso, sua incorrigibilidade e a salvaguarda da sociedade. São mortos legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros. (FOUCAULT, p. 130, 1997)

Entramos na questão de trabalhar que esses que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros assim como um perigo social, têm raça, gênero, classe como todo aquele que não pertence à construção hegemônica de nenhuma dessas categorias e foi colocado em um espaço de subalternidade feito para jamais poder sair. Esse local de subalternidade seria definido por Maria Barroso Hoffmann (2009) como sendo de inferioridade criado por algum tipo de hierarquização que alerta uma necessidade daqueles que têm pertencimento de criar formas de lidar, mas não necessariamente incluir estes em sua investida excludente (BARROSO, 2009, p. 158-159).

Dentro dessa instância do biopoder e da biopolítica, o filósofo camaronês desenvolve sua principal análise que irá culminar na ideia de necropolítica, aplicação essa que se faz presente no Brasil há anos e que conhecemos como o genocídio negro e indígena em curso desde o processo de colonização, o que me faz chamar atenção para um divisor de águas nas formulações dos dois autores: por mais que Foucault leve em conta a questão racial, ele a trabalha em seu contexto europeu e não a partir das experiências de colonialismo como faz Mbembe, tal ponto é muito bem observador por Lemos:

> Se a atenção de Foucault é voltada para as experiências desse controle na Europa, pensando sobretudo nos eventos traumáticos da Segunda Guerra mundial, para Mbembe o recuo na referência temporal histórica se faz necessária pois, esses dispositivos de controle da morte, sempre estiveram presentes na vértebra dos Estados coloniais com o escravismo (OLIVEIRA LEMOS, 2022, p. 66).

Na seção *"O Biopoder e a relação de inimizade"* de seu livro, o autor percebe como uma das expressões da soberania, como o "direito de matar" (MBEMBE, 2018, p. 16) é importante para entendermos que o contingenciamento de ameaças à soberania estatal é feita através não somente da política dos governados, mas também da *construção de inimigos*, o que transforma o ideal de defesa em *combate*.

> [...] Na formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) "racismo" (MBEMBE, 2018, p. 17)

Dessa forma, vejo que é necessário entendermos que há 3 conceituações se esbarrando a todo momento quando discutimos essa confluências dos projetos genocidas nacionais e como se traduz na vida em Brasília: 1) colonialismo interno, que já trabalhado

aqui nos mostra a perpetuação e resiliência dos mecanismos de dominação e controle culminados desde aquele primeiro momento de invasão das "potências" brancas europeias; 2) o biopoder e biopolítica que foram trazidos como categoria capaz de analisar como essas estruturas coloniais são capazes de produzir inimizades e o sentimento nacional de que há uma população a ser combatida de forma a *deixá-la morrer* por quaisquer vias necessárias; 3) a necropolítica, como essa manifestação máxima de um atestado firme das forças do Estado de que as noções racistas trazidas pelo colonialismo continuam a ser o norte para uma política de combate capaz de *fazer morrer*. Ao traduzir isso para a cidade, cito novamente Guilherme Lemos: "As cidades modernas, planejadas para o bom funcionamento da vida humana – quer dizer, para o bom funcionamento daqueles considerados humanos – produzem uma cisão mortífera dos entes. Elas não são mais do que *necrópoles*" (OLIVEIRA LEMOS, 2022, p. 64)

2.3.1 – O agir temerário dos agentes do Estado e as fronteiras

Temos então que esse trabalho leva em conta o *fazer morrer* não só em seu estado físico e biológico, mas cultural, afetivo, psicológico e até mesmo amoroso, esse genocídio proporcionado pela situação de Brasil que temos atua em todos os âmbitos imagináveis e é por isso que essas afetações vão muito além de somente a cor da pele. A relação que foi construída com essa figura de pessoas negras e suas manifestações de cultura, sexualidade e vida com o Estado obedeceu na verdade a sua marginalização e então o reforço de que essa categoria era uma ameaça não somente ao padrão hegemônico e suas famílias (sexualização e relacionamentos interraciais), mas também por efeitos de estar à margem, tornara-se a face de uma ameaça criminosa a ser combatida pelos agentes legítimos do Estado, como trazem Adriana Vianna e Àngela Facundo (2015):

> Movimentam-se como corpos não confiáveis, trazendo em si a ambiguidade própria àqueles que podem ser simultaneamente tomados como vítimas ou sofredores de privação e como potencialmente perigosos. [...] carregando em seu transitar o constante perigo de borrar fronteiras, sejam elas as dos Estados nacionais, como no caso dos refugiados, sejam as de espaços urbanos peculiarmente tensos e ciosos de suas hierarquias, como no caso dos moradores de favela ou favelados do Rio de Janeiro (3). Em ambos os casos, a dimensão racial está fortemente presente como elemento que marca moral, política e administrativamente as pessoas e os territórios [...] Cabe não perder de vista que os corpos tomados como passíveis de serem mortos nas incursões policiais nas favelas são fundamentalmente corpos negros, tornados indiscerníveis uns dos outros a partir do cruzamento entre suas marcas raciais e espaciais. (VIANNA; FACUNDO, 2015, p. 46)

A partir desta forte citação de Vianna e Facundo, mesmo que seja sobre a realidade de periferias no Rio de Janeiro, não poderia deixar de fortalecer o fato de que: nas

periferias de todo o Brasil, independente de quão grande ou pequena seja sua cidade, o ódio e violência contra negros/as e pobres é o norte de toda ação policial. O que muitas vezes chega ao público comum como "violência injustificada", precisa ser tratado como esse projeto de necrópole em curso, de manutenção e fortalecimento dessas fronteiras, de um constante recado do Estado que de certa forma, estamos vivos porque ele e seus agentes permitem. Há uma reportagem sobre um dos inúmeros casos de violência policial contra negros na periferia do DF, vemos a vítima dizer "Eu quebrei minha confiança. Até hoje ando meio desconfiado, com medo de acontecer novamente, sempre com receio. Mas tem que seguir em frente né?"[34], o que é uma clara prova da força que esse agir (que ocorre desde a infância e só para na hora da morte) tem em nossas vidas.

A notícia mostra ainda que, de acordo com especialista em segurança pública, apesar da polícia do DF aparentar ser bem treinada e ter um olhar mais técnico sobre as situações, há um número gigantesco de "mau comportamento policial nas cidades-satélites", diz Isabel Figueiredo. Voltamos aos estudos conduzidos por Caruso, que leva em conta todos os marcadores sociais possíveis ao analisar os índices de violência no DF, quem os pratica, quem são seu foco e o desenrolar silencioso dessas problemáticas pelo Estado e GDF (governo do Distrito Federal), dessa forma observamos que quando a periferia concentra um foco de violência e homicídios atravessados por raça, classe, gênero e sexualidade (CARUSO; GARCIA-SILVA; LIMA, 2022). Esses estudos, além de mostrarem uma disparidade muito grande entre as periferias e os bairros mais elitizados, também nos ajudam a entender o porquê de Conceição ter tido essa visão de uma maior presença da polícia nas periferias e como isso acarreta também nesses momentos de racismo, além do reforço constante àquela população de que a população negra é algum tipo de ameaça, instaurando assim uma outra fronteira dentro de um espaço já marginalizado.

A partir desse ponto, trago aqui a grande disparidade entre casos de injúria racial registrados nos últimos 3 anos pela PCDF, que evidenciam a presença de muito mais casos ocorrendo tanto na periferia como no centro da cidade, um dos locais que mais tem uma população preta transeunte, principalmente por motivos de trabalho e educação. A primeira imagem mostra um gráfico do tipo "pizza" que irá dividir entre os anos de 2020, 2021 e 2022 o número total de ocorrências de injúria racial atendidas pela polícia, sendo

[34] Link da reportagem disponível nas referências.

que houve uma crescente nos casos até mesmo durante a pandemia. De forma complementar, podemos ver na tabela que vem a seguir o mesmo tipo de dados, mas agora dividindo-os pelos bairros da cidade, onde o Plano Piloto, Ceilândia e Taguatinga são onde mais temos casos, ou seja, no centro e na periferia, onde a população negra costuma trabalhar e viver.

	2020	2021	2022	TOTAL
RA 01_BRASÍLIA	50	79	93	**222**
RA 02_GAMA	23	28	40	**91**
RA 03_TAGUATINGA	31	63	66	**160**
RA 04_BRAZLÂNDIA	5	8	11	**24**
RA 05_SOBRADINHO	8	16	15	**39**
RA 06_PLANALTINA	23	34	28	**85**
RA 07_PARANOÁ	11	19	12	**42**
RA 08_NÚCLEO BANDEIRANTE	8	7	5	**20**
RA 09_CEILÂNDIA	45	72	72	**189**
RA 10_GUARÁ	25	19	33	**77**
RA 11_CRUZEIRO	2	6	5	**13**
RA 12_SAMAMBAIA	36	24	43	**103**
RA 13_SANTA MARIA	4	17	22	**43**
RA 14_SÃO SEBASTIÃO	12	17	19	**48**
RA 15_RECANTO DAS EMAS	16	25	20	**61**
RA 16_LAGO SUL	4	6	7	**17**
RA 17_RIACHO FUNDO	9	11	13	**33**
RA 18_LAGO NORTE	5	2	3	**10**
RA 19_CANDANGOLÂNDIA	7	1	1	**9**
RA 20_ÁGUAS CLARAS	19	30	18	**67**
RA 21_RIACHO FUNDO II	8	10	12	**30**
RA 22_SUDOESTE	5	8	9	**22**
RA 23_VARJÃO	1		1	**2**
RA 24_PARK WAY	4	1	2	**7**
RA 25_ESTRUTURAL	6	15	16	**37**
RA 26_SOBRADINHO II	15	25	11	**51**
RA 27_JARDIM BOTÂNICO	5	5	11	**21**
RA 28_ITAPOÃ	8	12	9	**29**
RA 29_SIA	2	2	7	**11**
RA 30_VICENTE PIRES	12	11	14	**37**
RA 31_FERCAL	2	2	4	**8**
RA 32_SOL NASCENTE/POR DO SOL	7	12	15	**34**
RA 33_ARNIQUEIRA	-	4	6	**10**
RA 98_NÃO INFORMADA	-	1	1	**2**
TOTAL	**418**	**592**	**644**	**1654**

Brasília/DF, 18 de janeiro de 2023.

Fig. 6 - tabela produzida pela PCDF onde contabiliza por RA quantos registros de injúria racial foram feitos entre 2020 e 2022.

Fig. 7 - gráfico em pizza produzido pela PCDF onde são contabilizados e comparados os números de registro de injúria racial no DF entre 2020 e 2022.

Juntar esses dados sobre a violência racial praticada pelas forças do Estado e pela própria sociedade civil é pra mostrar realmente o quão desafiante é a realidade vivida por pessoas racializadas no Brasil, inclusive quando estas representam as forças do Estado também. Em agosto de 2020, o delegado da Polícia Civil do DF, Ricardo Viana, foi vítima de ataques racistas por um outro cidadão em lanchonete no Lago Sul. O delegado foi chamado de “macaco” diversas vezes pelo racista, que tentou fugir do local quando soube que estava praticando o crime contra um policial, mas recebeu voz de prisão e foi conduzido para a delegacia. Nas palavras do delegado: "Até o momento não entendi porque tanto ódio em uma só pessoa. O pior é saber que este tem histórico de violência e já praticou fatos semelhantes com outros negros"[35]. O caso repercutiu amplamente na cidade e pode ser visto em diversos canais de notícias, os fatos aqui relatados, entretanto, foram compartilhados comigo em primeira mão por se tratar de ser meu parente.

Ao lidar com essa realidade, vemos o tanto que essa visão não é só uma mera reprodução do Estado, mas como essas fronteiras são constantemente reforçadas pela própria população através de seus olhares, suas rejeições e violências, que muitas vezes serão justificadas da mesma forma que as forças do Estado o fazem: você não pertence à vida.

[35] Acontecimento pode ser acessado em link presente nas referências.

Capítulo 3 – entre ser e não ser, seja: gênero e raça no contexto brasileiro

Até o momento trabalhamos alguns dos conceitos mais essenciais para essa dissertação, aqueles que giram em torno da racialização de sujeitos no Brasil, bem como as consequências dessa herança colonial (se tem herança, alguém sai privilegiado e esse privilégio é todo da branquitude que ocupa o poder no país) e as particularidades que envolvem Brasília, seu governo, seu planejamento e construção em cima de vidas negras e o tanto que isso se conecta numa exploração sem fim da população marginalizada que aqui habita.

Tendo trazido isso, acho importante adentrar nesse capítulo ressaltando algumas coisas que são base para o entendimento de como procuro abordar a questão da antropologia não só do gênero e das emoções aqui, mas também uma antropologia dos afetos a partir das experiências marcadas por gênero, raça e sexualidade, de forma a explorá-los como categoria de análise e de formação de traumas, alegrias e outros sentimentos que acompanham essas pontes.

Logo, trago aqui primeiramente a visão que bell hooks trabalha em toda sua série sobre amor e afetos[36], uma visão que explora o fato de que ao sermos socialmente construídos dentro de papéis de gênero previamente definidos de acordo com nosso contexto social de Brasil (no caso dela, nos EUA), nos leva a experienciar e vivenciar o amor, e por assim dizer, as emoções de forma incompleta, ou seja, da forma cunhada naquela sociedade e sua cultura (hooks, 2000). É importante reforçarmos cada vez mais o caráter social dessas construções, uma vez que não há nada biológico nessa diferenciação de como vamos vivenciar as emoções. Como hooks nos traz, existe *socialmente* um agir feminino de se buscar ou esperar ser amada, enquanto parte de sua socialização enquanto mulheres envolve justamente saber amar, como filhas, irmãs, mães e por aí vai, enquanto para o homem há normalmente esse local de ser amado, de receber amor (como filho, irmão e pai) e de prover de outras formas que não emocionais (hooks, 2000), ao menos é isso que o manual do gênero nos ensina, até que entram fatores a mais como a *raça e sexualidade*.

[36] A série que me refiro são os livros "Tudo sobre o amor: Novas perspectivas" (1999), "Salvation: Black People and Love" (2001), "Communion: The Female Search for Love" (2002) e "The will to change" (2004).

Tanto Schucman como Nascimento irão nos oferecer pontos de vista interessantes sobre essa questão dos afetos em intersecção com gênero e raça, e acho importante trazê-los por complementar algumas questões trazidas por hooks e que futuramente serão base para entender as construções de afetos apresentadas aqui. Algo que Abdias Nascimento nos traz muito bem é uma crítica bem fundamentada à ideia de democracia racial e de que o negro realmente é um ser livre nesse país, porém, ele também analisa de forma muito eficiente as várias heranças coloniais que perpetuamos, sendo uma delas a própria ideia de gênero e o patriarcado, bem como o fato de ter adotado uma sociabilidade amorosa em que homens e mulheres negros estariam impedidos de estabelecer uma estrutura familiar (NASCIMENTO, 2016, P. 73), fosse pela condição da escravidão ou até mesmo após ela.

Nesse sentido ainda, Schucman ainda junta alguns dos argumentos sobre a questão da democracia racial e nos chama atenção para o fato de que: "[...] é incontornável escapar da observação de que no Brasil é possível: 1) ser contra o racismo, 2) achar que o racismo é um mal que todos devem combater, 3) casar com negros e, ao mesmo tempo, 4) ser racista" (SCHUCMAN, 2023, p. 45).

Eu gosto muito desse trecho não só pela forma cômica que ela descreve a situação, mas porque isso é um retrato muito real das vivências afetivas das pessoas negras no país, ainda mais nesse caso onde ela descreve um casal inter-racial de homem negro com mulher branca, nos trazendo uma questão que será trabalhada aqui mais tarde, que é o fato da agência da branquitude se fazer em todas as esferas, inclusive quando se espera que a relação de poder seja pautada principalmente na questão de gênero e situações assim nos chama atenção para como raça pode se fazer presente em opressões do tipo. Esse é um dos cenários de vivências e construções afetivas da negritude brasileira.

O fato de que a raça muda muitas coisas quando falamos de construção de emoções e afetos no Brasil se apresenta muito bem em algumas das obras artísticas produzidas por músicos, pintores, escritores, cineastas e até dançarinos ao longo dos anos em nossa cultura negra, em especial, como foi possível ver no título do capítulo, um constante diálogo de nossos artistas com as categorias de ódio, amor, negligência, raiva e a procura incessante por paz e tranquilidade dentro do mundo dos afetos, paz essa que muitas vezes significa não ter a raça como um fator atravessador e capaz de produzir traumas.

Venho a perceber que pessoas negras ao redor do mundo estão sempre procurando formas de inventar e reinventar formas de amar através de atuação política como parte de nossa sobrevivência, ou então estamos sucumbindo às vontades da branquitude e aceitando formas de afeto centradas em uma experiência colonial que reforça constantemente relações de poder em nossos encontros, sejam através da raça ou do gênero. É nesse movimento de nos reinventar constantemente que mora alguns dos diálogos que irei trabalhar aqui, tanto do ponto de vista íntimo meu, como de meus interlocutores e dos artistas já citados, pois enquanto Baco Exu do Blues nos diz que "sente tanta raiva que amar parece errado"[37] (EXU DO BLUES, 2022) temos do outro lado um Rico Dalasam nos dizendo que "tudo que sei sobre amor eu inventei, e quando alguém se sente amado por mim, eu penso que deu certo o que eu precisei inventar"[38](DALASAM, 2022), comunicando para nós da comunidade negra que os escuta, que existem sim motivos para nossa descrença no amor e nos afetos e isso parte de uma experiência racializada, ao mesmo tempo que nos traz essa esperança que há espaço para nos reinventarmos e sermos essa referência para quem desejamos amar. É, para bell hooks, a retomada de uma *ética do amor* como uma política para nossa comunidade.

3.1 Na maré contra a normatividade: quando a raça é o ponto de partida

Para discutir então o que foi compartilhado comigo nas entrevistas e minhas análises sobre essas experiências de construção de *emoções, afetos e sexualidades*, é necessário discutir, como a categoria de gênero é apresentada aqui e como ela mesma é vivenciada por quem participou dessa pesquisa, ou seja: a partir de uma ótica negra e do entendimento da sua própria subalternidade quando se trata de construções normativas e ocidentais como o gênero. Sendo assim, trago aqui novamente a nigeriana Oyèrónkẹ́ Oyěwùmí junto de Judith Butler para explorarmos melhor essa questão da *construção* de gênero e suas hierarquias a partir da ótica do ocidente e de suas elites no poder.

Em 2015, Oyěwùmí nos apresenta uma obra onde desde o início ela discute de forma não só decolonial, mas também contra-colonial, nos trazendo muito bem que ela atribui a "aventureiros, etnógrafos coloniais, missionários e oficiais coloniais"[39] (OYEWÙMÍ, 2015, p. 1) muitas das leituras fabricadas sobre o povo Yoruba por povos

[37] Trecho de música "Sinto tanta raiva" de Diogo Moncorvo, o Baco Exu do Blues.
[38] Trecho da música "Guia de um amor cego" de Rico Dalasam.
[39] Tradução livre.

ocidentais que invadiram e colonizaram seus territórios. A socióloga nigeriana talvez seja uma das principais cientistas a trabalhar sobre a *invenção do gênero* em contextos coloniais, não de forma inédita, mas da forma que foi feita sua investigação abraçando inúmeras perspectivas que vão desde a produção de arte em períodos pré-coloniais até toda organização social de povos Yoruba que ela atesta firmemente: não eram feitos com base em gênero, mas sim senioridade (OYEWÙMÍ, 2015, p. 11). Essas teses trabalhadas pela autora são de extrema importância para que observemos como isso se relaciona com povos em diáspora como foi no Brasil, uma vez que os próprios Yoruba foram uma das nações escravizadas e trazidas para as Américas, ou seja, devemos considerar que em nossa própria realidade, o gênero como conhecemos é um simples instrumento taxonômico para manutenção de uma hierarquização social que, junto à categorias de classe, raça e sexualidade, criam uma teia complexa dessas relações de poder.

Junto às ideias trabalhadas pela autora, lembramos sempre como o negro nunca pertenceu às concepções universais, tão pouco pertence à humanidade. Dentro desses pensamentos que pesquisadoras como Oyěwùmí, Butler e tantas outras nos trazem sobre a necessidade de se repensar o gênero enquanto categoria universal, há a necessidade de se repensar aquilo que se firmou através de tal concepção. Sendo assim, para a socióloga nigeriana:

> De uma só vez, elas assumem tanto a categoria "mulher" e sua subordinação como universais. Mas gênero é antes de tudo uma construção sociocultural. Como ponto de partida da investigação, não podemos tomar como dado o que de fato precisamos investigar. Se o gênero predomina tão largamente na vida das mulheres brancas com a exclusão de outros fatores, temos que perguntar: por que gênero? Por 3 que não alguma outra categoria, como raça, por exemplo, que é vista como fundamental por afro-americanas. Porque gênero é socialmente construído, a categoria social "mulher" não é universal, e outras formas de opressão e igualdade estão presentes na sociedade, questões adicionais devem ser feitas: Por que gênero? [...]
>
> Muitos estudiosos têm criticado o gênero como um conceito universal e têm mostrado a medida em que ele é particular a políticas de mulheres anglófonas/americanas e brancas, especialmente nos Estados Unidos. Talvez a crítica mais importante de articulações feministas de gênero é aquela feita por uma série de estudiosas afro-americanas que insistem que nos Estados Unidos de forma alguma o gênero pode ser considerado fora da raça e da classe. (OYEWÙMÍ, 2000, p.2-3)

Logo, se estamos falando do sujeito e nesse momento o sujeito é negro/a/e, devemos levar em conta todas as formas que gênero e raça participam das nossas construções e entender que acabamos por ir contra uma corrente de normatividade dessas classificações sociais criadas e reforçadas pela branquitude, que tem como seu principal

objetivo nos manter à luz da subalternidade. Para tal, é mais do que necessário discutirmos Lélia Gonzalez. Ela nos traz, em muitos dos seus escritos, algumas das análises mais importantes sobre a realidade da mulher negra no Brasil, levando em conta os momentos pós-escravidão e sua inserção na sociedade. Ao entrar em contato com suas produções, algo fica muito claro sobre essa realidade: a mulher negra está na base de tudo aquilo que constitui a sociedade brasileira, logo, se ela se move, a estrutura se move com ela e é então que devemos chamar a atenção sobre até como dentro das partilhas de gênero entre outras mulheres (cis ou trans), a raça se faz presente como um marcador de diferença que busca a manutenção de toda essa cadeia de marginalização social (GONZALEZ, 2020, p. 42), inclusive no que diz respeito ao movimento feminista.

> [...] Aqui também se percebe a necessidade de tirar de cena a questão crucial: a libertação da mulher branca tem sido feita às custas da exploração da mulher negra.
>
> O espanto e/ou a indignação manifestados por diferentes setores feministas quando é explicitada a superexploração da mulher negra muitas vezes se expressam de maneira a considerar o nosso discurso, de mulheres negras, como uma forma de revanchismo ou de cobrança. Outro tipo de resposta que também denota os efeitos do racismo cultural, de um lado, e do revanchismo, de outro, é o que considera a nossa fala como sendo "emocional". O que não se percebe é que, no momento em que denunciamos as múltiplas formas de exploração do povo negro em geral e da mulher negra em particular, a emoção, por razões óbvias, está muito mais em quem nos ouve (GONZALEZ, 2020, p. 43).

É nesse sentido que acho importante ter discutido aqui anteriormente sobre o colonialismo interno, sua perpetuação e as ferramentas de manutenção usadas pelas elites no poder, tanto as que se refletem no Brasil como as que se refletem em Brasília. O que venho a discutir aqui neste capítulo seria justamente essa faceta de uma construção *"de nós para nós"* dentro dos campos de gênero, afeto e sexualidades, levando em conta que as construções trazidas pelo processo de colonização criaram nessas áreas, sujeitos subalternos e é nessa subalternidade que tentamos sobreviver e agir.

Agora, a construção dessas subalternidades passa por diversos processos, alguns dos que a gente já viu e outros que ainda veremos, mas Pinho (2004) entendeu que para poder analisar de forma justa os fenômenos que giram em torno das masculinidades negras no país, era necessário analisar o espaço que o corpo negro ocupa na história do país, portanto:

> Ora, acredito que corpo negro, como um "objeto cultural" deve ser analisado como acoplado à dinâmica geral das lutas discursivas, na medida em que sejamos capazes de reconduzi-lo ao seu contexto e à sua historicidade. "Ler" o corpo masculino é um desafio de um modo em geral, ler o corpo masculino negro obriga-nos a considerar a complexidade das determinações que, do ponto

> de vista do agente, orientam suas práticas de gênero, assim como suas *performances* de identidade. Lê-lo, por outro lado, pressupõe ainda a reposição dos contextos de interação significativos como contextos de dominação e disputa. Para nosso caso, este contexto não é outro se não aquele das desigualdades raciais, do racismo e do Problema Negro, desenvolvidos ao longo da história. Neste contexto, o corpo do *brau* exerce uma corporalidade subversiva, disruptiva, que investe contra os sentidos pacificadores para o homem, para o negro e para o corpo36 (PINHO, 2004 , p. 111).

A categoria de gênero, principalmente sua face negra, complica-se não só no próprio modelo hegemônico, mas também dentro das vivências sociais e da relação com o Estado. Quando se fala de masculinidades e feminilidades subalternas estamos falando também da população LGBTQIA+, por exemplo, a qual a relação com o Estado brasileiro não é nem um pouco respeitosa e há constantes investidas de cercear as liberdades dessa população que de certa forma continua sendo vista como uma ameaça aos padrões cristãos e conservadores instaurados na sociedade brasileira. Tais violências são tão normalizadas que não há como ignorar o ocorrido na Câmara dos Deputados em Brasília na celebração do Dia Internacional da Mulher, onde o deputado mais votado do país Nikolas Ferreira (PL-MG) foi extremamente violento com mulheres trans e proferiu essa declaração enquanto colocava uma peruca loira em tom de deboche: "Me sinto uma mulher, deputada Nicole, e tenho algo muito interessante para poder falar. As mulheres estão perdendo o seu espaço para homens que se sentem mulheres"[40] – transcrito na reportagem do portal Metrópoles do dia 08/03/2023. Tal fala ainda foi feita na presença de duas deputadas trans, Duda Salabert (PDT-MG) e Erika Hilton (PSol-SP).

Assim como algumas outras formas do *viver subalterno*, a construção de gênero e sexualidade de pessoas negras é envolvida de estereótipos e estruturas inferiorizantes e desumanizantes. Desde a abolição do sistema de escravidão no país a pessoa negra foi se construindo enquanto "cidadã" dentro desses padrões, até que esses ideais passaram a ressaltar a inferioridade perante a imagem do homem branco e a procura por se igualar à essa condição como trataram WadeW Nobles (2009) e Fanon (2008). É então que se surge cada vez mais necessidade de centrarmos tais categorias a partir de nossas experiências e vivências, de nós para nós e não partindo de uma construção criada e mantida pela branquitude, que não só não nos contempla, como também nos violenta sempre que tentamos nos aproximar dela com uma grande rejeição de que seus ideais não foram feitos pra "bicho".

[40]Episódio pode ser conferido em link presente nas referências.

3.1.1 Masculinidades negras e violências: de onde partimos e para onde vamos

Existem algumas coisas a serem trabalhadas e referenciadas quando falamos sobre a face negra das masculinidades, algumas dessas questões vão passar por sexualidades, pela comunidade LGBTQIA+ e até mesmo pela simplicidade da heteronormatividade. Logo, vamos começar pelo "início", onde Miriam Pillar Grossi nos propõe uma revisão teórica e Mara Viveiros Vigoya já nos introduz uma análise mais aprofundada da própria discussão que proponho aqui.

A primeira faz um breve apanhado de algumas das abordagens já utilizadas pela antropologia para entender a categoria de gênero como ponto de partida para se analisar a construção de masculinidades e feminilidades dentro de suas características ligadas à raça e sexualidade, por exemplo. É então que após definir o que já estamos trabalhando aqui (que gênero não é uma categoria universal e não deve ser trabalhada como tal), entramos para de fato discutir no contexto brasileiro o que é *ser masculino*. A autora nos traz a ligação que há entre o masculino e a atividade (sexual e outras formas de performance), que aqui nós consideramos "homens de verdade" quando há essa postura de ativo, até mesmo quando se trata de casais homossexuais que constantemente estão a ter que responder "quem é o homem e quem é a mulher" como uma representação de quem come (ativo) e quem é comido (passivo) (GROSSI, 2004, p. 6).

Dentro dessa primeira análise, Grossi nos traz uma faceta importante que conhecemos dessa masculinidade branca e heteronormativa: a agressividade. Temos que reconhecer, que nossa socialização gira em torno de inúmeros exemplos e formas disso, seja na cobrança por uma imposição ou nas brigas por dominância de espaço, há uma normalização de que a violência e a agressividade pertencem ao "mundo dos homens" como se fossem do nosso ***direito*** agir assim. Tal comportamento deve ser manejado conforme vamos crescendo, uma vez que em determinado momento essas manifestações se tornarão crimes. Entretanto, isso não impede a perpetuação dessas ações, se impedisse não seria necessário termos criado uma legislação sobre feminicídio.

> É impressionante observar como os meninos são vistos como agressivos (e olha que é uma escola infantil; a criança entra ali com 3 meses de idade e sai com 6/7 anos). Parece que se reforça nas práticas cotidianas a crença de que os meninos são hiperativos e, por sua vez, agressivos, batem nas meninas, etc. Isto é um problema na escola infantil; os meninos são vistos como hiperativos, hiperagressivos e parece que este não é um problema das meninas. Evidentemente que as professoras (e os pais) acreditam [...] que isto é uma característica natural (inata) do sexo masculino e não que se trata de um

> comportamento esperado e estimulado de meninos, que devem deste a tenra infância se comportar como pequenos homens (GROSSI, 2004, p. 7).

É essa *biologização* do gênero e seus comportamentos como algo *inato* de cada um que nos deixa à mercê dessas situações, onde os responsáveis enxergam que não há nada a ser feito justamente por ser "do homem". Portanto, trago as análises feitas por Vigoya, para que seja possível trabalhar aqui mais próxima a realidade da masculinidade racializada em sua face negra.

> A análise fenomenológica da branquidade e sua crítica às ilusões que os trabalhos sobre este tema engendram são algumas das reflexões mais interessantes e estimulantes para minha análise da masculinidade branca. [...] o fato de a branquidade ser um efeito da racialização - que leva a percebê-la como uma propriedade dos corpos -, não significa que seu efeito sobre os corpos seja menos concreto: a branquidade molda o que os corpos podem fazer ou não em sociedade (VIGOYA, 2008, p. 133).

O que Vigoya nos diz levando raça como um fator determinante tanto na vivência da negritude como da branquitude é um dos guias para que possamos entender os relatos trazidos aqui por mim e meus interlocutores como existentes nessa realidade que, como dito acima, é "*moldada por uma branquitude que decide o que os corpos podem fazer ou não em sociedade*"[41] (2008, p. 133). Reforço mais uma vez que, isso se fará presente para tudo que vem sendo e será apresentado aqui, pois não há a mínima possibilidade de considerar qualquer leitura sobre qualquer questão que envolva povos racializados no Brasil sem trabalhar como a branquitude os afeta e exerce controle do que entendemos como normatividade ou hegemônico.

Temos então um produto final onde o ideal é ser um homem que emana virilidade, assume o local de herói e provedor da família, de alguém que dita regras e ordens na sociedade, que é branco, cristão e heterossexual; o que também está atrelada à ideia de honra e da própria hierarquização de gêneros, superior a todos os outros e mais relevante na sociedade (GROSSI, 2004). Essa masculinidade se sustenta nas próprias ideias de dominação, de exemplar humano e evolução máxima da própria humanidade (por assim dizer, no próprio darwinismo social).

Quando Grossi nos traz sobre a naturalização da postura agressiva de homens, devemos identificar de forma muito clara: que homens são esses? Pois nesse momento devemos diferenciar naturalização e estereotipização. Fica claro quando entramos em contato com trabalhos de Osmundo Pinho e Deivison Nkosi Faustino, que a raça é um

[41] Destaque meu.

fator muito definidor dessa diferença, ainda mais quando vamos observar o perfil racial de quem é encarcerado por essas questões e quem permanece livre, quem é tratado como agressor ou bandido e quem é estudante ou trabalhador nas manchetes dos jornais. Nesse sentido, esperar que um homem seja agressivo por normalizar isso como algo inato é diferente de assumir que há uma representação de ameaça social e biológica naquele corpo, que muitas vezes é negro ou sexualmente não-normativo (no caso de pessoas trans e travestis).

> Qualquer aquisição intelectual exige uma perda do potencial sexual. O branco civilizado conserva a nostalgia irracional de épocas extraordinárias de permissividade sexual, cenas orgiásticas, estupros não sancionados, incestos não reprimidos. Essas fantasias, em certo sentido, respondem ao conceito de instinto vital de Freud. Projetando suas intenções no preto, o branco se comporta "como se" o preto as tivesse realmente. [...] O preto é fixado no genital, ou pelo menos aí foi fixado. Dois domínios: o intelectual e o sexual [...] O preto representa o perigo biológico. O judeu, o perigo intelectual (FANON, 2008, p. 143).

O que será trabalhado a partir daqui é o principal motivo de ter discutido sobre a formação do Brasil como nação e o tanto que isso se faz presente em Brasília, essa faceta é essencial para entendermos o local que homens e mulheres negros foram colocados na sociedade brasileira, ao mesmo tempo que é importante lembrarmos a influência do mito da democracia racial nesse processo.

É possível observar até aqui que tanto a construção das masculinidades[42] como a do próprio homem negro no Brasil estão sendo invadidas e tomadas por estruturas e mecanismos que buscam deslegitimar nossas existências de todas as formas e obrigar que seja seguido esse modelo de masculinidade pensada pela branquitude, o que também *deslegitima* (esse termo é importante por fazer alusão às questões de direitos políticos, como tratado por Butler) toda uma busca por um referencial que nos caiba, causando um intenso fluxo de estereótipos que se consolidam através de relações de poder durante todo esse processo. Trato então de alguns desses estereótipos e dessa *neurose*[43] entre hipersexualização (desejo) e uma ameaça (repulsa), onde ambas estão ligadas ao racismo, como nos traz Frantz Fanon (2008):

> O negro tem duas dimensões. Uma com seu semelhante e outra com o branco. Um negro comporta-se diferentemente com o branco e com outro negro. Não há dúvida de que esta cissiparidade é uma conseqüência direta da aventura colonial... E ninguém pensa em contestar que ela alimenta sua veia principal

[42] Sendo elas um conjunto de performances que constroem a ideia de masculino.

[43] Fazendo referência à Lélia Gonzalez quando ela trata da "*neurose cultural brasileira*" (GONZALEZ, 2020, p. 76).

> no coração das diversas teorias que fizeram do negro o meio do caminho no desenvolvimento do macaco até o homem. São evidências objetivas que dão conta da realidade (FANON, 2008, p. 33).

A perpetuação desses ideais que surgiram com a necessidade de provar que existia essa hierarquia que foi imposta – ou seja, uma tese fabricada - vão se adaptar às necessidades das elites atuais, transformando o negro em animal, o animal em vadio, marginal, criminoso e entre outras. Um exemplo forte de tal situação é a própria situação em que se encontrava a população negra escravizada recém liberta, largada para sobreviver sozinha sem nenhuma estrutura e refém de ações absurdas como a Lei da Vadiagem de 1941, como nos mostra Nkosi Faustino (2014).

Esse tipo de estereótipo criado é o que fundamenta uma das principais violências que caem sobre nós, que é esse fardo do "pênis sem o falo" (NKOSI FAUSTINO, 2014), ou simplesmente, o *negrão máquina sexual*. Essa incerteza interna, caracterizada principalmente pela alienação psíquica mencionada por Fanon, é o que deixa uma pulga atrás da orelha, né? O que de fato é nosso, característica nossa que enquanto comunidade, enquanto grupo racializado definimos como uma identidade negra masculina e o que é aquilo que disseram que nós somos[44]? Somos raivosos, ou somos amantes? Somos animais de fato ou somos tão humanos quanto aqueles que um dia nos escravizaram? Ocupamos o mesmo local que qualquer outra pessoa nessa sociedade brasileira ou estamos abaixo de alguém? Afinal, somos dignos de amor e de afeto ou estamos destinados a uma sexualização e abandono eternos? Infelizmente não para por aí e também não é nem o começo. O que é aquilo que nós, população negra definimos enquanto parte da nossa identidade cultural e construções como masculinidades e feminilidades, e o que é aquilo que foi definido pela branquitude no imaginário cultural coletivo como pertencente a nós?

É nesse ideal de uma eterna fuga deles que pode ser uma fuga de nós, que Faustino nos traz um outro olhar sobre as obras de Fanon e nos mostra como de fato, a comunidade negra masculina e cis pode se aproveitar desses estereótipos em determinados momentos para garantir algum tipo de vantagem em relações sexuais. Ele cita como um grande exemplo dessa façanha um vídeo popular da nossa cultura, a música *Kong* de Alexandre Pires e Mr. Catra (NKOSI FAUSTINO, 2014, p. 03). Junto a isso, Vigoya nos mostra que

[44] Tal pergunta surge justamente da base que Munanga (2018) nos oferece como já foi citado aqui. O trabalho de apagamento realizado pela branquitude foi tão bem feito que nos causa uma verdadeira confusão em distinguir o que é nosso e o que nos foi atribuído socialmente.

além da interseccionalidade, é necessário um olhar atento às masculinidades em suas tensões, violências, silêncios e tudo aquilo que se esconde por trás das morais. Dessa forma, ela nos ensina muito sobre como analisar o contexto das masculinidades em um sistema de opressão iniciado pelo colonialismo e aprofundado pelo capitalismo, não nos dá o direito de abrir mão da leitura já consolidada sobre gênero como um marcador de diferença, ou seja, é necessário trabalhar o contexto de raça e gênero juntos para que uma análise seja justa em nosso cenário[45](VIGOYA, 2018, p. 16).

Tendo dito isso, ainda me fica um questionamento que não garanto ser respondido aqui, mas quantas vezes nós homens negros (em nossa multiplicidade de existências), não abraçamos fortemente esses estereótipos em relação à potência sexual e animalização para nos "darmos bem" em situação que só se apresentou por causa desses ideais? Há uma reflexão a ser feita sobre como, de forma consciente ou não, também temos responsabilidade com *nós mesmos* em não utilizar dessas noções desumanizantes como se estivessem a "nosso favor", pois não estão. Tal fenômeno também foi observado por Vigoya:

> Eu podia entrever em muitos deles a satisfação de serem dotados de aptidões que pareciam conferir-lhes uma certa superioridade e constituíam, nesse sentido, atributos compensatórios para sua imagem no contexto colombiano, no qual ser negro equivale potencialmente a ser discriminado.
>
> Você não gosta que lhe cortejem? Não gosta de se sentir bajulada? [...] É algo genético, está no sangue, a gente é assim. O que acontece é que nós, Negros, temos o sabor. Disseram, definindo-se a si mesmo como o grupo situado no alto da escala quanto às potencialidades corporais. Falar isto assim era afirmar implicitamente que eles tinham, por fim, encontrado um terreno no qual os Brancos perdiam, o da dança e da música (VIGOYA, 2018, p. 109).

Essa condição trazida pela autora, é importante por nos levar em consideração o que poucos estudos sobre a masculinidade têm feito: sim existe uma estrutura que hierarquiza também os homens dentro de sua própria relação de poder e os marcadores sociais são essenciais para perceber isso, porém, isso não quer dizer que esses homens negros, LGBTQIAP+, indígenas e afins, não se aproveitem da estrutura que os garantem poder e nem dos próprios estereótipos que criam em torno de si. Lembro-me de uma das primeiras rodas de conversa sobre masculinidades negras que participei, foi no Centro

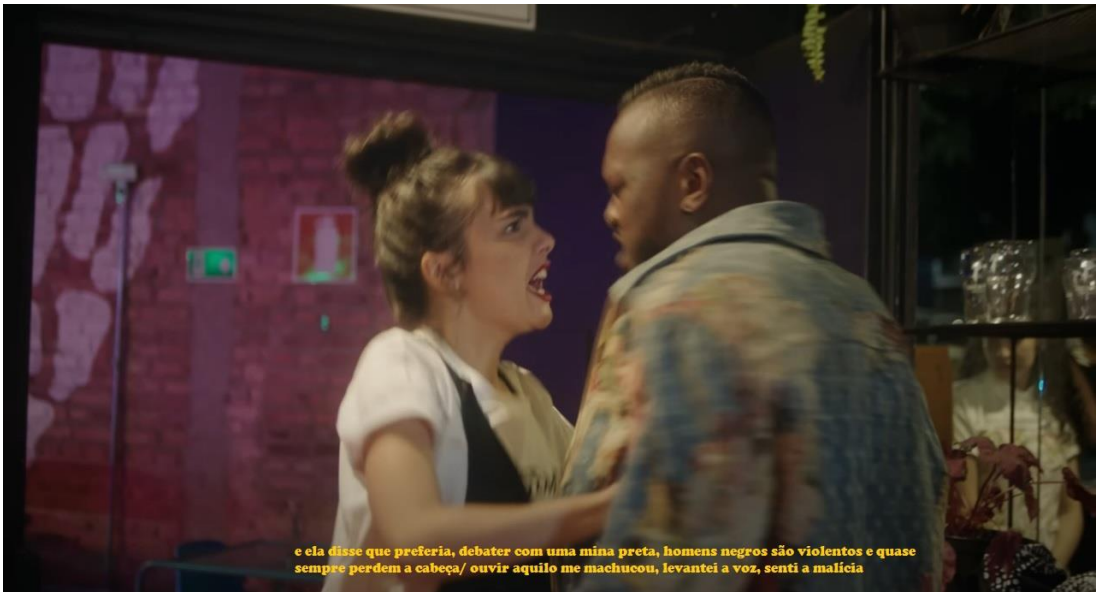
[45] Aqui é importante ressaltar que quando falo de um sistema de opressão centrado no gênero e nós homens, há ainda uma hierarquização social a ser levada em conta quando pensamos nas questões de sexualidade, população trans que mesmo estando também em análise sobre nossas construções, também há de se reconhecer que diariamente homens cis (mesmo marginalizados) fazem parte de uma perpetuação de violência e opressão dessas pessoas que constantemente se encontram mais ainda marginalizadas.

Acadêmico de Sociologia da UnB. Éramos pouco mais de 10 e de forma bem diversa (bissexuais, trans, cis, retintos e não-retintos, homossexuais e por aí vai) e foram poucos que não admitiram ter se aproveitado pelo menos uma vez do estereótipo do "negro fodedor" para se relacionar sexualmente com alguém que acreditava fortemente nessa premissa. Lembro que todos concordaram silenciosamente que sim, se aproveitaram de situações do tipo para ficar com pessoas que "gostam de um negão" ou algo do tipo, ao mesmo tempo que todos ali também estavam a perceber (alguns pela primeira vez) o tanto que isso era uma forma de traição à nossa própria humanidade. A realidade é então representada por um ideal de que nós, que vivemos na subalternidade, somos uma espécie de ameaça e devemos ser combatidos, os mecanismos para isso se encontram até nesses ideais propagados ao longo dos séculos, Vigoya mais uma vez analisa esse cenário muito bem quando diz:

> Assim, o homem negro pode ser representado como primitivo, dócil e afável, porque não representa uma ameaça para a masculinidade hegemônica ocidental (poderosa, autoritária e cheia de iniciativa) ou, ao contrário, como brutal e sexualmente insaciável por oposição ao homem branco, descrito desta vez como um cavalheiro civilizado e protetor. Em resumo, nas sociedades coloniais e pós-coloniais [...] um homem é viril na medida em que isso pode ser útil aos interesses da masculinidade hegemônica das classes dominantes (VIGOYA, 2018, p. 108).

Ao trazer algumas dessas reflexões é que então retomo aquele ponto inicial trabalhado por Grossi: sim, existem diversas naturalizações de comportamentos nocivos, agressivos e machistas que são tidos como "inatos" de homens, mas a partir do momento em que essa leitura existe, muita coisa muda o momento em que a raça entra na jogada. A música "conversa com uma menina branca" do rapper negro brasileiro Gustavo Pereira Marques (conhecido como Djonga), foi lançada em 2022 em seu último álbum de estúdio e traz uma proposta muito interessante sobre essa realidade dos comportamentos tidos como masculino, as agressividades que são "naturalizadas" e a diferença que se faz presente quando do outro lado, há um homem negro. Segue imagens do vídeo[46] produzido para a música, acompanhado das letras que se passam naquele momento:

[46] Link do vídeo estará referenciado ao final.



Figs. 8, 9 e 10 – Cenas do videoclipe da música citada.

A sequência de cenas onde o cantor é visto discutindo com uma mulher branca que o empurra, “foge” dele e de sua “agressividade” e depois aparece chamando a polícia que chega para o enquadrar, segue o final da letra:

> Na conversa com uma menina branca
> Eu falei que não era sobre ela
> Que se fosse individual
> Existia uns barraco
> E não tinha favela
> E ela disse que preferia
> Debater com uma mina preta
> Homens negros são violentos
> Quase sempre perdem a cabeça
> Ouvir aquilo me machucou
> Levantei a voz, senti a malícia (3x)
> A conversa com a mina branca acabou
> Com ela chamando a polícia (DJONGA, 2022)

Logo, uma leitura que eu sinto que falta a Grossi nesse contexto é que, apesar do dispositivo de gênero naturalizar sim certos comportamentos e colocá-los no escopo do “masculino”, quem de fato goza de forma plena desse privilégio de uma sociedade comandada por homens são aqueles que atendem à população ideal: homens cis, heteronormativos e brancos. Ainda assim, vejo com grande importância que seja trabalhada a questão da cumplicidade masculina e como ela se apresenta em diversos universos, até mesmo na subalternidade. Diferente do que muitos vêm fazendo nas redes sociais, não venho defender uma vitimização e inocência do homem negro como alguém incapaz de produzir violências de gênero pelo simples fato de sermos negros, mas sim cobrar uma observação que deve ser feita, na rua homens negros e brancos não ocupam o mesmo lugar, e tanto a sociedade quanto o Estado fazem questão de nos lembrar disso sempre que possível.

De qualquer forma, é necessário que sejam tratados alguns conceitos que vêm se fazendo presente para essas análises, um deles é a “casa dos homens”, trabalhado até por Grossi: “Para o autor[47], as casas dos homens da cultura ocidental são inúmeros lugares

[47] Ela fala de Daniel Welzer-Lang.

onde “se aprende a masculinidade”, como os lugares de práticas de esportes masculinos, pois o esporte é um desses lugares centrais da constituição da masculinidade” (GROSSI, 2004, p. 08). Assim como em diversas outras dinâmicas, gênero, sexualidades e raça vão sim invadir esses momentos de cumplicidade, mas nos deixando claro que o “ser homem” junto de outros homens é uma constante para que se fortaleçam esses laços. Dentro disso, esse espaço de cumplicidade masculina é de um grande reforço e manutenção da misoginia inclusive em ambientes LGBTQIAP+, o próprio declarado nojo à genitália entendida como “feminina” é um desses exemplos, podendo até mesmo ser transfóbico em vários momentos.

Portanto, quando falamos sobre esse espaço de cumplicidade, trago o que a própria professora Valeska Zanello (que também trabalha com alguns desses conceitos) nos mostra que é o “sentir-se à vontade” entre homens que dá espaço para manutenção e perpetuação dessas práticas misóginas, transfóbicas, homofóbicas e racistas. Esse espaço de conforto é necessário ser pensado da nossa ótica uma vez que aponta um “raro” momento de passividade na masculinidade hegemônica diante desses tipos de crimes e violências, esse tipo de análise se mostra verdadeira quando vemos quase que diariamente os casos de denúncia de assédios morais e sexuais de homens com mulheres que raramente são denunciados por homens e constantemente são praticados por nós. O que nos faz pensar que o status do “ativo” na masculinidade hegemônica e heteronormativa só se mostra presente como norma diante das relações de poder propostas pelos marcadores sociais, ou seja, diante de mulheres, pessoas LGBTQIAP+ ou pessoas racializadas, enquanto entre si há um acordo silencioso de cumplicidade (ZANELLO, 2018) que se baseia nessa passividade.

Ao mesmo tempo, aponto aqui um outro lado da moeda pra esse tipo de situação, que é o incentivo e pressão no ato de se construir as nossas noções de masculinidades de que homens/meninos não passam por situações de assédio ou até mesmo de violência sexual, que não haverá em nenhum momento uma situação em que vamos nos ver como hierarquizados em uma relação de poder capaz de nos colocar em um local de vulnerabilidade para que esses abusos aconteçam, o que nos leva não somente a uma situação de trauma como também a pensar que isso parcialmente é culpa de toda essa cultura perpetuada por uma ideia supremacista de que o masculino está no ápice do sexual e passar por situações do tipo são algum tipo de vantagem. Esse tipo de situação e visão me assusta em diversos campos não só pela questão que diz respeito à infância e menores

de idade, mas também o tanto que quando o corpo vai sendo considerado como "público" quando vamos adicionando cada vez mais marcadores sociais nessa equação, que por fim, acabam por significar cada vez mais subalternidade dentro de uma lógica de dominação heteronormativa, cis e branca.

AG - [...] acho que assim, pra além de mim tem a questão dos meus irmãos serem negros e vivo em um constante pensamento de "espero que eles não sejam abordados pela polícia" e "espero que caso isso aconteça, não aconteça o pior" (aqui ela se refere à morte mesmo), sabe? E também sobre mim no espaço público e as pessoas acharem que o meu corpo é público, desde meu cabelo até partes do meu corpo que as pessoas vivem tocando e isso me causa aflição [...]

MRV - Você acha que isso é uma vivência "exclusiva" para mulheres tanto cis quanto trans ou também existe no universo para homens pretos, também tanto cis quanto trans, essa ideia das pessoas acharem que o corpo da pessoa preta em suas múltiplas existências é público também?

AG - Aí eu acho que sim... ainda mais de relatos dos meus irmãos e de amigos negros meus, desde as coisas "menos piores" que é tipo "triscar no meu cabelo" ou então "pegar no meu pau porque estavam falando de pau grande", então é muito bizarro pensar que meus irmãos mais novos estão expostos a isso a qualquer momento... – Ângela em entrevista dia 10/05/2022

Logo, não tem como descartar essa realidade quando me disponho a analisar aqui essa construção de masculinidades e a ligação que isso tem com nossas construções de afetos, bem como na correlação que há com o agir da branquitude. Portanto, não é possível trazer essas questões sem levar em consideração tais características de nossas construções, ainda mais enquanto homens negros são principais alvos de acusações fundadas na racialização como seres que buscam naturalmente relações sexuais a qualquer custo como parte de nossa natureza. Como propõe Nkosi Faustino, o homem negro mesmo se encontra nesse constante local de uma forte associação animalística e definição por grande manifestação de virilidade (NKOSI FAUSTINO, 2014, p.90-91). Agora a questão é, esses ideais se manifestam fortemente na heteronormatividade, mas e quando a sexualidade do homem negro foge à essa norma? O autor também estuda essa possibilidade ao nos trazer como a homossexualidade de homens negros é uma variante necessária pra pensar essa formação de referenciais, pois a animalização e sexualização excessivas se mantém no mundo LGBTQIA+ (NKOSI FAUSTINO, 2014, p. 91-92), mas ao mesmo tempo já passa a se perder essa questão da virilidade e do referencial de que é um homem "como todos os outros".

Há toda uma carga que já existe na normatividade masculina sobre eficiência e necessidade de se provar o tempo todo que se transfere em uma carga maior quando se trata da negritude, bem como quando se trata de sexualidades não normativas. Esse ideal da eficiência é algo que constantemente enclausura a comunidade masculina em uma grande preocupação de não conseguir alcançá-la e ser ligada como um fracasso, pois em

uma situação como essa, não fracassa a pessoa, mas sim o homem e por assim dizer, sua honra e o próprio masculino estão em jogo. Nessa situação temos a menção a um "fracasso" dessa hegemoniedade através de cada vivência subalterna, e de certa forma, é exatamente isso que buscamos.

> […] O negro homossexual, tido como portador de um distúrbio moral, da alma ou da natureza, não é admitido nesse quadro. É incapacitado para salvar a raça, tanto quanto é incapacitado de proteger os mais fracos. Ao contrário, representa a covardia, a fraqueza, a fragilidade e mesmo uma traição ao estereótipo subumano assimilado pelo próprio homem negro. (LIMA; CERQUEIRA, 2012, p. 6).

Lembro-me bem de falas de um tio do meu pai em que dizia "pra ser gay, primeiro o preto fica louco, depois sim vira gay!". Há então essa ideia geral que o homem ao se descobrir homossexual deixa de ser homem em diversos espaços[48]. Em conversas Jorge, ele me relata que diversas vezes nos aplicativos de relacionamentos, sua figura como homem negro na comunidade é lida automaticamente como *ativo*[49], ou seja, aquele que fode e não que é fodido. Há um desconforto nessa associação porquê de fato nos mostra que os estereótipos do negro fodedor o acompanham até mesmo em delimitar quais devem ser suas manifestações sexuais e em qual caixa da comunidade ele está: o de fodedor. Entretanto, na visão de Jorge esse não é o único espaço que o negro homossexual/bissexual ou trans se encontra na comunidade. Ele ainda observa a questão da *oferta* de afeto que há para pessoas como ele, no sentido de que quando não é enquadrado automaticamente como ativo e pode se sentir seguro para não assumir esse papel, vai ser utilizado e visto como "depósito de porra", sem opção ou vontade de manterem algum tipo de relacionamento que não seja o simples *uso* sexual de seu corpo.

MRV - Com relação a isso assim... o quanto você compartilha desse medo (de morrer) por ser um homem preto e o quanto isso faz parte desse conjunto de ser um homem preto e gay?

JL - Eu sinto... assim... pra gays de uma forma geral, independente da raça, o Grindr[50] é a ferramenta mais prática, mas pra homossexuais negros isso é mais marcante porque sinto que é a única possibilidade de gozar mesmo, de ter acesso a relações sexuais porque vai muito naquilo do sigilo né? tipo, o caminho que você tem é ser o... eu posso falar palavras e expressões que a gente usa normalmente?

---

[48] Que é inclusive uma questão que observamos ser até uma manifestação de homofobia e de misoginia, já que diversas vezes a "falha" em ser homem que acompanha o estigma de ser homossexual, acaba sendo associada por muitos como "ser mulher". Não por acaso vemos muitas vezes pessoas heteronormativas questionando "que é a mulher?" para casais homoafetivos.

[49] As questões sobre a postura de ativo ou passivo em relações homoafetivas, em determinados momentos, vai muito além do ato sexual. Foi tratado aqui dentro dessa seara, pois era nesse sentido que meu interlocutor falava e que a leitura sobre sexualização cabia.

[50] Aplicativo de relacionamentos voltado para relações afetivo-sexuais entre homens cis e trans (apesar de ser mais presente na comunidade cis).

MRV - [risos] claro que pode, vai em frente!

JL - É que pra principalmente pra quem é passivo a gente é ***depósito de porra***, ou quando você é o ativo, você é o fodedor que come e vai embora. Você não tem nenhuma relação afetiva, e acho que é o único lugar que temos chance de ser desejados inclusive [...] sei que gays brancos têm a coisa do encontro assim e tal, mas pra nós é só essa coisa do sexual, e **quando** é né... quando você é considerado, porque acho que são dois opostos: quando você nem é considerado como atraente e quando você **só** é considerado como atraente e não considerado pra ter afeto...

Vejo que há uma cumplicidade nos comportamentos masculinos tanto na faceta hegemônica como na subalterna quando se trata da interseccionalidade de raça e gênero no tratamento de masculinidades com corpos negros, isso se deve ao fato de que, como já abordamos aqui inicialmente com Grossi (2004), há um entendimento na heteronormatividade que o feminino está necessariamente ligado à passividade e que muitas vezes vão se considerar homens "não-gays" se assumirem a posição de ativos. Essa visão e prática está ligada diretamente a uma lógica de hierarquização de gênero e na imposição de uma dominação através da incorporação desses papéis pré-definidos, sendo assim, isso nos leva a perceber que quando raça entra na jogada como mais um marcador social, há a realidade que muitos de nós enfrentamos (como é meu caso e de Jorge) que independente de assumir o papel de ativo ou passivo, vamos ser colocados no papel de servir e ser objetificado.

> Como já vimos no início, um homem de verdade no Brasil tem que controlar as suas nádegas para não ser penetrado, pois a penetração é significante de passividade, portanto de feminilidade. Este processo de feminilização do novo preso pela penetração anal faz com que ele se feminilize também, pois ele é obrigado a assumir tarefas consideradas femininas dentro da cela, como limpar, lavar e cozinhar para os "homens" da cela. Só escapam a esta violência aqueles que se protegem pelo uso da violência (ou seja, pela comprovação de sua "macheza"), ou, o que é mais comum hoje nas prisões, pela pertinência a uma organização de presos temida por sua violência contra os parentes fora da prisão (GROSSI, 2004, p. 09).

Essa análise de Grossi sobre a realidade que homens ocupam na prisão não se limita somente a ela e nos mostra uma outra questão que também venho tratando aqui e em outros trabalhos: a violência é uma parte *fundamental* para o reconhecimento e construção da masculinidade como conhecemos, a não ser pela sua face negra, onde a violência automaticamente é um ponto de não-humanidade. Tendo essa realidade onde uma violência é amplamente aceita, vista como característica (de forma positiva), pois o *homem de verdade* é capaz não só de prover, mas de proteger (daí o uso de violência e incentivo de porte de armas de fogo) é um dos fortes marcadores de uma ideia que tentam nos vender como pertencentes a todos, mas ao perceber que a população negra é das mais encarceradas no Brasil, entendemos que a branquitude imprime uma passibilidade em

vários de seus comportamentos em comum acordo com as instituições e a sociedade civil, enquanto isso só se mostra cada vez mais como algo a ser replicado por homens negros que vão constantemente dar de cara com essa fronteiras traçadas pela racialização da nossa sociedade, e nesse sentido, bell hooks nos traz que: "Estereótipos negativos sobre a natureza da masculinidade negra continuam a se sobrepor às identidades que os homens negros possam criar para si próprios" (hooks, 2022, p. 33).

Chegamos então em um local onde, não é mais tão incomum observar homens negros buscando se afastar de qualquer prática ou estereótipo que envolva a presença de uma violência ou animalização de nossas existências, enquanto o homem branco e cis aparece exaltando seu "direito" a essa violência como se fosse algo inerente da sua experiência enquanto homem, acaba que quem é lido como uma ameaça à sociedade somos nós. Essa questão não quer dizer que homens negros querem ter livre acesso à violência, muito pelo contrário, cresce o movimento na comunidade para que nossos corpos deixem de ser atrelados à violência ou à periculosidade, só nos é curioso que a face masculina branca não seja atrelada a isso, mas sim como bastiões de uma pureza e civilidade.

> Como aponta Hartman (1997), Fanon (2003) e outros, a negritude pode ser assim, no Ocidente, o objeto no qual os brancos vivem as utopias torturadas da libertação absoluta, da perda de si, da intensa corporeidade, do gozo extremo, do terror total em uma mesma orgia imaginária. Entretanto, pode representar o mesmo para os próprios negros? Tal como em Genet, pode "imaginar" o corpo negro enquanto promessa de liberdade corporal no contexto sadomasoquista do aprisionamento e da miséria física da cadeia? No entanto, a própria produção da subjetividade negra está amarrada por essas contradições e ambiguidades, entre a total despossessão do próprio corpo e sua reconquista por meio do gozo corporal, como desenvolve Hartman (1997) (PINHO, 2015, p. 233-234).

Dentro desse ponto, acho importante trazer que em um nicho muito fechado, mais fechado do que gostaríamos, existe junto aos movimentos feministas, negros e indígenas, um discurso e prática que visa essa revisão e atenção às masculinidades como algo já construído e as referências que vêm surgindo para os jovens, como têm sido os debates sobre esses fenômenos masculinistas dos redpill *e* incels. Esse nicho, felizmente aponta essas diferenciações de raça atreladas à categoria de gênero e masculinidades, fora o tanto que a masculinidade como ela é hoje em dia se torna cada vez mais um perigo para outras populações, inclusive a masculina, porém, em termos práticos e da vivência em sociedade e do próprio Estado, essa prática é nada mais do que isso: nichada. Para isso, trago alguns dados sobre violência e encarceramento no Brasil que confirmam justamente que há um

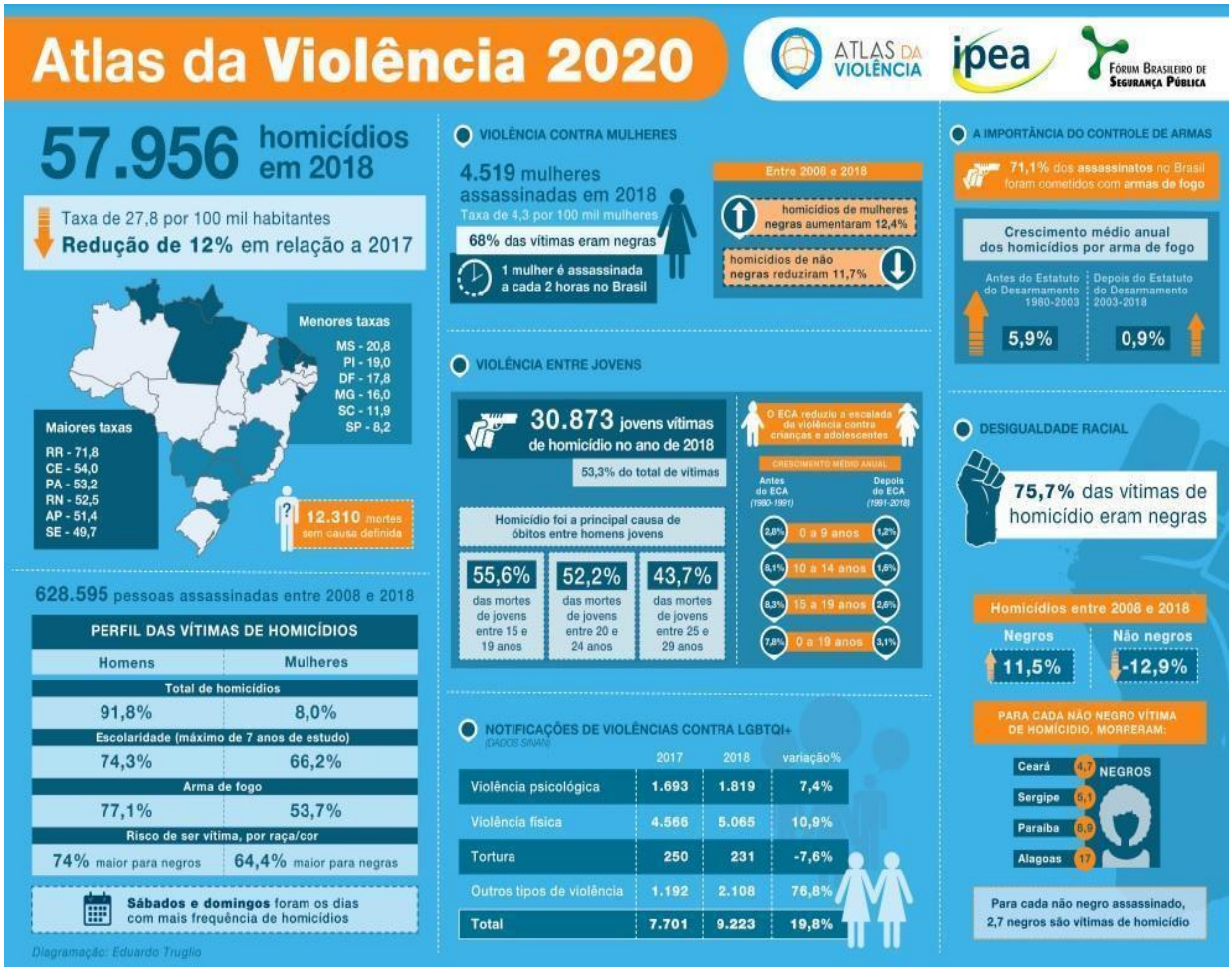
processo de perseguição e genocídio em curso, contra nós. Os dados a seguir são respectivamente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Atlas de Violência.

TABELA 15

Taxa de homicídios de negros e não negros por 100 mil habitantes e razão de risco relativo, por UF (2018)

	Taxa de homicídios por 100 mil habitantes		Razão de risco relativo
	Negros	Não negros	
Brasil	**37,8**	**13,9**	**2,7**
Acre	52,8	25,7	2,1
Alagoas	48,3	2,8	17,0
Amapá	58,3	16,9	3,4
Amazonas	44,7	15,7	2,8
Bahia	50,8	15,4	3,3
Ceará	69,5	14,7	4,7
Distrito Federal	22,5	9,9	2,3
Espírito Santo	39,1	8,7	4,5
Goiás	47,7	21,4	2,2
Maranhão	31,4	13,3	2,4
Mato Grosso	33,3	19,2	1,7
Mato Grosso do Sul	24,9	16,9	1,5
Minas Gerais	19,9	9,9	2,0
Pará	60,0	18,6	3,2
Paraíba	43,6	4,9	8,9
Paraná	17,7	23,1	0,8
Pernambuco	56,0	18,2	3,1
Piauí	20,3	7,0	2,9
Rio de Janeiro	50,6	20,6	2,5
Rio Grande do Norte	71,6	16,5	4,3
Rio Grande do Sul	28,4	22,2	1,3
Rondônia	29,1	21,9	1,3
Roraima	87,5	63,8	1,4
Santa Catarina	12,6	11,7	1,1
São Paulo	9,8	6,9	1,4
Sergipe	59,4	11,7	5,1
Tocantins	39,0	25,9	1,5

Fontes: Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica/IBGE e SIM/MS.
Elaboração: Diest/Ipea e FBSP.
Obs.: O número de negros foi obtido somando-se pardos e pretos, enquanto o de não negros se deu pela soma dos brancos, amarelos e indígenas; os *ignorados* não entraram nas contas.



Figs. 11 e 12 – Encarte e tabela dos Atlas de violência retratando dados coletados ao longo desses anos

Logo, temos a percepção que sim a violência é um constituinte da experiência que se tornar homem no Brasil e em boa parte do mundo, bem como é importante trabalhar com a categoria de classe e raça que nos permite enxergar como homens negros são os que mais matam e morrem, ao mesmo tempo que os pertencentes à comunidade LGBTQIAP+ se encontram nesse alto índice de vítimas de violência e homicídio. Tal realidade nos permite enxergar justamente que o problema deve ser adereçado como um problema das masculinidades, mas principalmente em sua construção hegemônica e o espaço que essa dá para a perpetuação de práticas masculinistas mais extremas, como os próprios ideais de "cura gay", redpill e incels que vão se aliar fortemente à outras ideologias extremistas e racistas.

Ressaltar tais leituras se faz importante aqui, uma vez que isso também serve como uma chamada de atenção para esse problema: a masculinidade perpetuada pela branquitude vem servindo como instrumento de cooptação de jovens de todas as classes e idades para uma falsa jornada de retomada da "força masculina" que teria se perdido

com o avanço dos movimentos feministas, o que é uma falácia antifeminista e fascista que busca fortalecer cada vez mais esse sentimento comunitário trazido por essa casa dos homens e oferecer um acolhimento que nada mais é do que uma narrativa que que apela aos instintos de proteção de nós com nós mesmos e de combate a qualquer movimentação ou teoria de igualdade de gênero, uma vez que seríamos esse "gênero superior".

Esses grupos são diversos, podendo variar em como agem, onde direcionam seu ódio (que pode ser racial, muitas das vezes), suas ideologias e afins, mas sempre se concentram de forma a concordar em uma questão: o ódio às mulheres (AMATO; FUCHS, 2022, p. 81). Se organizam de forma a orquestrar ataques virtuais ou no mundo afora, inclusive protagonizando alguns tiroteios que ocorreram em escolas nos últimos anos no país, agindo de forma extrema quando o assunto é defender seu direito de "ser homem" e o direito de agir como tal em suas piores versões: através da violência, de uma virilidade acentuada e invasiva.

Tal discurso não só é perigoso, como se alia a outras ideologias de supremacia e vão então se basear em ideais do tipo para proclamar um direito de se defender, ou melhor, defender sua honra que estaria sendo atacada por outros gêneros (que estariam buscando uma dominação social sobre a questão), e isso os legitimaria de certa forma a atacá-los, vê semelhança com algum discurso que já foi analisado e trazido aqui? Pois então, essa movimentação *masculinista* e seus mecanismos não são novos, da mesma forma que não é a primeira vez que uma parte da população negra se vê preocupada com o alcance que essa narrativa consegue ter em nossa comunidade e como o letramento racial para essa categoria de gênero é extremamente importante para esse entendimento de que quem prega por essa supremacia de gênero também compartilha de uma supremacia racial e ideais eugenistas, mas é sob a luz dessa inferioridade secular que nos colocaram que usurpam dessa dor para falsas promessas de inclusão e pertencimento.

> É importante ressaltar que, apesar de os masculinistas se organizarem de formas distintas e se movimentarem principalmente por meio do anonimato e em níveis distintos da internet (dos mais aos menos acessíveis diretamente por usuários comuns), as ideias contidas em seus discursos, pensamentos e expressões não ficam restritos a um espaço online. O ódio contra as mulheres e outras minorias políticas ganham força e terreno no corpo social como um todo, atravessando indivíduos, instituições, políticas públicas, governos e nos debates públicos. Aparece, por exemplo, nos discursos que sugerem que a luta por direitos de determinados movimentos (LGBT+, feministas, antirracistas, entre outros) seriam, na verdade, privilégios concedidos a esses mesmos grupos, pela ruptura que suas existências acabam produzindo nos pilares hegemônicos da cisheteronorma, da branquitude e da corponormatividade (AMATO; FUCHS, 2022, p. 81)

Sendo assim, vejo que é impossível discutir sobre o homem negro no Brasil, seja cis, trans LGBTQIAP+ ou heterossexual sem abordar essas questões de classe e do agir da branquitude, sobre sua dominância no poder e capacidade de moldar e influenciar toda e qualquer nuance dessas construções e vivências, bem como de traumatizar aqueles e aquelas que vivem na subalternidade, uma vez que tudo que envolve sua dominância é a violência. Como me traz Jorge:

JL - coisas que o encontro com a branquitude piorou na minha vida?

MRV - é… podem ter piorado, estragado… quando eu falo "estragado" é bem no sentido de assim, vamos dizer que você acompanha um artista e algo que esse ou essa artista fez tem relação com racismo ou com a branquitude e que estragou pra você, ou que em algum momento foi estragado por isso, alguma memória, sabe? Ou da forma que você mesmo colocou, que tenha sido afetado negativamente nesse sentido…

JL - bom, a primeira coisa que me vem à mente é aquele primeiro contato que eu sei que já tinha citado na infância, foi de entender que a minha autoimagem havia sido afetada assim nesse encontro com o "outro" que era branco e classe média, que eu me vi enquanto negro pobre e periférico, isso mesmo já tem uma hierarquização [...] e assim aceitei essa posição na inferioridade, assim como meus pares também (outras pessoas negras) como inferiores [...] assumi o discurso da branquitude nesse primeiro momento.

MRV - sim, sim

JL - acho que a principal é essa e como isso vai reverberar na minha subjetividade durante toda a minha vida, esse é o ponto inicial né… que vai atrapalhar minhas relações afetivas e o que vem também questões de masculinidade né, tipo, dificuldade de demonstrar afeto e etc. porque esse contato é com a branquitude de classe média, cis, masculina… todo um grupo que é transpassado [...] e eu sinto que parei de me cuidar como pessoa, de descansar, de assistir um filme, de assistir vôlei, de sair com os amigos e jogar vôlei na praça com meus amigos boiolas [risos] de aproveitar a vida, sabe? essa exigência que a branquidade trazia e que eu internalizei por me sentir inferior e que teria que compensar essa condição de "ser menor" e isso tudo auxiliou para que eu desenvolvesse Transtorno de Ansiedade (TAG). - Jorge em entrevista do dia 12/04/2022

Com base nisso que fora compartilhado por ele e por todas as outras questões aqui trabalhadas, é que percebo uma confluência entre nós (eu, participantes dessa pesquisa e outros) que a busca real tem sido pela construção de nossas próprias referências - de forma a rejeitar o que nos foi apresentado pelas máscaras brancas - que façam sentido não só para nossas vivências e realidade, mas também para a comunidade de forma geral. Então há uma preocupação de Jorge que sua prática de masculinidade seja não só voltada para a realidade de sua pele, mas que também faça sentido para seus pares trans e mulheres, bem como Ângela e Conceição enxergam que o feminismo liberal nunca lhes fará sentido enquanto continuar sendo racista com elas e mulheres indígenas, além do grande ativismo antimachista que aborda a masculinidade hegemônica e subalterna da mesma forma, ver seus irmãos mais jovens negros caírem nas violências da branquitude também as aterroriza e isso se estende de forma comunitária. Logo, a conclusão até então é que

estamos buscando ser nossa própria referência e servir de exemplo para o próximo, de forma a retomar aquela ética do amor e vivenciá-lo de uma forma que nossos sentimentos e afetos não sejam reféns da racialização.

3.1.2 – Os efeitos do sequestro das masculinidades pela branquitude

Bom, como discutimos e podemos perceber através do que foi trabalhado aqui, a realidade da construção de masculinidades no Brasil é tomada de características como a agressividade, violência, misoginia, homofobia/transfobia e racismo. Isso me leva a trazer então essas investigações pautadas em minha experiência própria, configurando assim o que insistem em chamar de autoetnografia, e de meu interlocutor, Jorge, bem como dados de pesquisas já existentes, notícias e obras artísticas que tragam a realidade do que venho trabalhando como o lado subalterno das masculinidades.

Desde os trabalhos guiados e produzidos por Pinho, bem como os Nkosi Faustino e o próprio Fanon, vejo a necessidade de ressaltar aqui, como bem trabalhado por Vigoya, que há uma dominância que visa fazer com toda e qualquer performance desse tipo seja guiada pelas suas normativas onde socialmente e biologicamente há uma superioridade do homem. Essas teses vão muito além só da questão de raça e da eugenia, mas são onde se apoiam principalmente para o cerceamento do direito de pessoas trans ao redor do mundo e vemos isso quase que diariamente nos esportes competitivos, onde pessoas trans são tratadas de forma excludente com base em argumentos que atacam a biologia de seus corpos[51] e muitas das vezes não se confirmam, revelando um puro preconceito e necessidade de *controle das narrativas* de grupos que se vêm atacados por uma subalternidade que eles mesmos criaram.

Sendo essa a realidade, pincelei algumas questões para que possamos de forma mais objetiva adereçar os efeitos e afetações que esse *aprisionamento branco* traz para essa crise das masculinidades que já dura décadas, bem como a forma que homens escolhem amar dentro de suas realidades masculinas. Quando falo de uma crise não é só no âmbito social em que observamos cada vez mais essa explosão de movimentos dissidentes como os incels e redpills, bem como as diárias violências como práticas masculinistas de feminicídios. Aqui observamos uma notícia que serve de exemplo para o que estou dizendo, a manchete diz "Exclusivo: Em clínica de 'restauração de

[51] Link de notícia sobre o caso presente nas referências.

sexualidade', Damares classifica homossexualidade como aberração" e uma foto da, hoje Senadora da República, Damares Alves (Republicanos - PR):

[52]

Fig. 13 – manchete de reportagem da Revista Forum que trata sobre a participação da Senadora Damares Alves em clínica de "restauração de sexualidade"

Logo, não posso desconectar que a masculinidade é mais uma daquelas categorias que são tratadas pela elite no poder como algo a ser dominado e controlado como forma de manutenção das relações de poder (aqui muito claramente de forma interseccional: raça, classe e sexualidade) e que qualquer coisa que seja minimamente desviante de sua normatividade vai ser considerada uma ameaça a ser combatida, ou como podemos ver: aberrações, demônios e animais. Sendo então, impossível desconectar todo projeto de construção de nação brasileira heternormativa, branca e cristã desse tipo de acontecimento, assim como é o planejamento segregado de Brasília.

Para além do universo da pessoa cis negra, ainda há uma discussão de como essas questões afetam a pessoa negra transexual que enfrentam toda uma gama a mais de estereótipos ligados à prostituição e afins que com certeza são definidoras para suas

[52] Link da matéria se encontra nas referências.

construções afetivas, sem contar toda essa fixação que existe na genital da pessoa preta (principalmente quando é falocêntrica) e que com certeza se manifesta como uma problemática como podemos ver a partir de Bruno Santana (2019).

> Identificando os motivos pelos quais pessoas negras trans sofrem diferentes formas de rejeição e marginalização nessa sociedade cis-heteronormativa, logo, aos homens negros cis é imposto que desempenhem uma masculinidade hegemônica heterossexual, ou seja, uma masculinidade normativa. Esta mesma lógica racista vai operar sobre os corpos dos homens negros trans, exigindo que performem uma masculinidade mais próxima da norma (SANTANA, 2019, p. 98).

Como já trazido aqui, a capital do país é a mais segregada do mundo[53]. Uma vez Jorge me afirmou que se sente mais seguro e livre para ser homossexual no Plano Piloto do que na periferia (onde habita), que por mais que seja um corpo negro transeunte e lido como um tipo de ameaça no centro, ainda assim sente algum tipo de respaldo ao transitar por lá, uma vez que a periferia é esquecida pelo Estado, a não ser quando quer ser utilizada de exemplo como um local perigoso. Vendo essa situação, Jorge também entende que seu corpo negro na periferia acaba por representar algo a ser vigiado tanto quanto no Plano Piloto, mas ao menos lá ele é "só mais um" corpo negro habitante.

Essa visão trazida por Jorge é uma consequência direta da forma que o Estado entende a periferia e sua população (majoritariamente negra), como esse lugar indesejável, inseguro, criminoso e invasor o que acaba por não ser nenhuma surpresa toda negligência que existe nesses locais quando se trata de segurança e infraestrutura. Tais questões se mostram nessa noção compartilhada por ele e inclusive no que diz respeito à sua sexualidade. Vemos que essa realidade vai se repetir como um espelho claríssimo da própria constituição de nossos afetos e desse local de negligência, insegurança e invasão, não é nosso local para ocupar um afeto respeitoso e dentro da normatividade.

Ao ouvir sobre essa experiência de Jorge na cidade, percebo o tanto que nossas experiências, por mais diferentes que sejam ainda ressoam no mesmo tipo de sentimento de deslocamento, insegurança e até mesmo medo. Me lembro de ser um jovem adolescente negro vivendo a pouco tempo em um dos bairros em ascensão na classe média de Brasília quando primeiro me apaixonei pela corrida, já que naquela época Águas Claras ainda não havia sido tomada pela especulação imobiliária e haviam muito menos prédios, permitindo que essa atividade fosse mais prazerosa do que é hoje. De qualquer

[53] Há apanhado sobre essa situação e o link se encontra nas referências.

forma, lembro de comentar com meus pais que queria um tênis para exercer essa atividade perto de casa e me sentia bem por eles confiarem que eu saísse sozinho de casa, porém, o tênis veio acompanhado de um enxoval de roupas para a prática, coisa que nunca havia reclamado ou sequer estranhado na época. Pouco tempo depois, já adulto, percebo que era um padrão de meu pai, um homem negro imerso em movimentos sociais desde sempre, fazer questão que eu sempre estivesse trajado de forma apropriada quando ocupasse as ruas, pois em um bairro ainda com uma população negra extremamente pequena na época (até hoje, na verdade), ele queria diminuir qualquer chance que existia de meu corpo (habitante, mas lido como transeunte – já que negros não habitavam essa região na época) ser interpretado como um criminoso em fuga ou algo do tipo, coisa que não funcionou a vida inteira já que a vida adulta me presenteou com algumas revistas policiais.

Pra ser muito sincero, meu pai ou meus familiares nunca foram muito de sentar para ter esse tipo de conversa comigo, mas a preocupação se mostrava nesse tipo de coisa e de forma inconsciente eu fui interpretando isso ao entender que eu não poderia andar de forma "largada" pelo próprio bairro que eu morava, uma vez que isso pode me deslocar ainda mais desse espaço e me aproximar do estereótipo que deve ser vigiado, mas a verdade é que esse estereótipo já deixou subjetividades como vestimentas e afins pra trás há muito tempo. Na própria Universidade de Brasília fui revistado por um agente da Polícia Militar que patrulhava de bicicleta pelo Campus Darcy Ribeiro em frente ao Pavilhão João Calmon, já atrasado para ministrar uma aula como monitor de uma disciplina, foi ali em frente à sala que fui revistado de forma humilhante, vestido de roupas sociais e apresentando minha carteira de estudante da Universidade, fui tratado como se não pertencesse àquele espaço, como se não pudesse estar ali para ser mais um estudante, mas para cometer algum crime.

Esses tipos de vivência nos colocam cada vez mais nesse sentimento de que não importa quem sejamos ou onde estamos na cidade, vamos sempre permanecer nesse status de indesejados, e isso, quando mirado nos afetos e nas masculinidades, é uma bomba. Estamos cada vez mais segregados por causa da racialização que é inerente a nós e a subalternidade é uma prisão que foi definida a partir do ideal de que há essa norma a ser seguida, uma norma que nunca vamos conseguir obedecer ou pertencer, e por assim dizer, nem queremos. Porém existe, e vai continuar existindo uma pressão para que sejamos "homens de verdade", *mesmo que nem possamos ocupar esse lugar*, seja pela nossa

sexualidade que não é uma escolha (e então sofremos além do preconceito, pressões como as abordadas na matéria da Revista Fórum) ou pela nossa cor, que não temos a liberdade social de transitar e habitar da mesma forma que homens cis brancos e raramente a mesma liberdade financeira de calçar seus sapatos. É uma questão de gênero, sexualidade, classe e raça: o molde criado pela branquitude foi propositalmente pensado para criar essa hierarquização.

Finalizo esse tópico, para enfim podermos entrar na questão sobre afetos e emoções, com a citação da Mestra Maria Luiza Marcelino[54], que me agraciou com vários saberes durante nossos contatos e esse foi mais um deles:

> Você olha pra uma criança ela já vem pro seu lado e já te olha assim, na defensiva, não que ela queira, mas ela tem um pavor tão grande na vida, tão revoltada que ela sente já na defensiva mesmo não sabendo explicar... é difícil você achar no olhar de uma criança negra o amor, você olha dentro do olho dela e vê só rancor, você já está vendo o que vai acontecer com ela lá na frente, quantas crianças eu vi e olhei pequeno e falei pra mãe eu tenho pena desse menino porque eu já vi que ia ser morto nas mãos dos outros e foram! Tem crianças ainda têm o orgulho de estar vivo eu tô vendo o destino deles é o que? É trágico!" (Maria Luiza Marcelino em entrevista realizada em 14/11/2018)

Penso então que se há uma alimentação constante dessa raiva, desse ódio, que se manifestam em questões como rejeições, abusos, violências de todas as formas imagináveis e uma verdadeira segregação nos empurrando cada vez mais para nos sentir que não há espaço para ocuparmos na sociedade brasileira que se diz tão democrática racialmente, como podemos achar fôlego para alimentar algum tipo de amor pelo que somos, representamos e buscamos ser? É o que tento (e espero) responder aqui.

3.2 – pra quem foi alimentado com ódio, até que você aprendeu a amar

Quando falamos de afetos, estamos tratando de uma relação interpessoal, portanto para que exista o afeto é necessário que haja uma relação seja lá qual for a configuração dela ou sequer se esse afeto é positivo ou negativo. Ao falar de emoções, estamos tratando justamente de uma categoria a ser analisada como algo a ser provocado por inúmeros motivos, sejam eles relacionais ou não. Abro então essa sessão para tentar agrupar algumas das visões que foram produzidas diante dos anos e nessa pesquisa sobre a experiência do negro no mundo dos afetos. Percebemos que quando se trata desse campo, estamos lidando com um terreno bem complicado, ainda mais dentro dessa esfera racial.

[54] Mestra dos Saberes Tradicionais pela UFMG, zeladora de um Terreiro de Umbanda centenário no interior de Minas Gerais e líder da Associação Quilombola Namastê de Ubá/MG.

Bem como em todas as outras relações em que essa categoria toma conta, há muita negligência, abandono, solidão e principalmente exploração.

Como trazido pela perspectiva de Fanon (2008) e até mesmo Faustino Nkosi (2014), há um problema na relação com o negro inclusive com ele mesmo, aqui puxo para a situação masculina, especificamente a vivência cis. Zanello (2018) nos traz uma importante visão sobre essa questão dos relacionamentos entre homens e mulheres (cis) e a situação de vivenciá-los em um sistema capitalista, algumas das observações dela são sobre a reprodução, traição, divórcio e herança, onde homens costumam tratar mulheres como propriedade principalmente para não deixar que seu patrimônio esteja em posse de outra pessoa que não ele ou um herdeiro legítimo (ZANELLO, 2018). Dentro dessa realidade, trago então uma das coisas que venho trabalhado ao longo dessa discussão: as relações interraciais dentro do contexto brasileiro.

Vemos a partir do trabalho de Schucman algumas das formas que a raça se faz presente na escolha de um parceiro ou parceira, nos trazendo uma noção interessante sobre um "mercado dos afetos" que posteriormente também trabalharei a partir de Zanello. Mas nesse momento, a autora nos traz que na configuração de relacionamentos inter-raciais observados por ela, foi possível notar que enquanto para o homem negro há uma ascensão social representada na união com uma mulher branca, temos um cenário de mulheres brancas que "escolhem" homens negros por não terem sido escolhidas por homens brancos dentro do padrão (SCHUCMAN, 2023, p. 42). Ao mesmo tempo, ela nos traz o questionamento:

> [...] perguntamos: como pessoas com o racismo tão enraizado tiveram abertura para se relacionar afetivamente e, até mesmo, amar companheiros, filhos e netos negros? O que nos parece, até agora, é que, ao se envolver afetivamente com negros, elas ficaram "cegas" para a cor e as raízes deles. É a isso que estamos chamando de negação [...]
>
> [...] é necessário não enxergar a cor para que seja possível se apaixonar (SCHUCMAN, 2023, p. 42-43)

Algo muito sólido (ou que pelo menos deveria ser) nas ciências sociais é a ideia de que se é impossível de fazer qualquer análise sobre Brasil que não envolva raça, mas que principalmente, leve em conta as interracialidades da pessoa racializada no país e os atravessamentos que a branquitude faz em nossas vidas (principal norte dessa pesquisa). Quando Grossi nos diz que uma boa parte da ideia de virilidade está ligada à capacidade física, à noção de impor sua vontade, proteger sua honra e garantir seus desejos, também estamos falando da capacidade de penetrar, ou seja, é uma visão altamente falocêntrica.

Entretanto, como muito bem observado por Faustino Nkosi, o homem negro é esse pênis sem o falo, é a genital sem seu lado humano, é a mais pura virilidade pois se associa ao animal e não à de fato sua representação masculina civilizada (FAUSTINO NKOSI, 2014). Ao partir para essa questão dos afetos, seja ele interracial ou não, a imagem do homem negro é desse falo que adentra alguém e que no caso da branquitude, que invade esse espaço racial, não é meramente uma relação sexual, mas uma sobreposição de uma raça taxada como inferior à uma raça que se fez superior. Por isso aquela visão apresentada na citação do trabalho de Faustino Nkosi, e também essa parte do poema de Taylor Seaberg, chamado de "the problems of interracial dating" (os problemas do namoro interracial - tradução livre) presente no canal Button Poetry desde 2016[55]:

> você será um truque de festa para os pais
>
> um de desaparecimento, eles esperam
>
> eles esperam que uma vez que esse experimento tiver acabado
>
> uma vez que eles colocarem o fim nessa coisa
>
> o nó será abandonado de vez
>
> e não haverá mais lama em seu campo de lírios
>
> que eles vêm crescendo há anos
>
> que eles foram tão cuidadosos para manter limpo
>
> e você está acabando com tudo com essa sujeira [...] (SEABERG, 2016)[56]

Há alguns anos que eu venho trabalhando com esse poema como uma boa representação sobre os sentimentos que a pessoa negra pode vir a enfrentar em seus relacionamentos românticos, nesse caso em específico, por se tratar de uma mulher negra namorando uma mulher branca e nos reafirmando algo que alguns cientistas sociais negros/as já vêm trabalhando tem tempo: a questão de raça é algo que permeia para além de gênero, classe e outros marcadores, justamente por ter momentos que esses outros não se farão presentes de forma tão clara, mas a cor da pele sim.

Trabalho tal ponto de como há dentro da esfera masculina negra, todo um grupo que é negligenciado no campo dos afetos e o tanto que isso não é levado a sério no mundo heteronormativo, até porque queixas desse tipo de coisa são vistas como algo não-masculino, e acaba que observamos de forma mais fácil esse fenômeno nas comunidades

[55] Link disponível nas referências.

[56] Tradução livre.

ainda mais subalternas, nesse caso, a LGBTQIAP+. Já trouxe aqui o relato de Jorge sobre a questão de diversas vezes se sentir um “depósito de porra” em seus relacionamentos, ele também compartilha comigo sobre como teve que passar por alguns processos para entender que ao colocar certos limites que envolviam esse descuido e sexualização muito atribuídos ao fato de ser negro, muitos relacionamentos deixaram de acontecer e isso acabou por mostrar que de fato seus interesses não estavam sendo compatíveis com quem só queria usá-lo como depósito.

Tendo vivido essa experiência ele me afirma que se viu de frente de um grande problema: ou se sujeitar a ser sexualizado sem acesso a nenhum afeto, mas acabar tendo algum tipo de relacionamento; ou se resguardar e não permitir que essa visão sobre seu corpo seja abusada, e se relacionar muito menos; logo, entendeu que para alguém como ele ter acesso a essas relações, na maioria das ocasiões teria que se submeter a um tratamento desumano e que reforça a ideia de que pessoas negras não foram feitas para os afetos, este estaria reservado para quem é o espelho da humanidade. Tal relato de Jorge me faz pensar até sobre como esse local de ter corpos usados está presente em nossas vidas em todas nossas relações, vão ter casos em que o gênero separa os núcleos de exploração (como o doméstico, por exemplo), mas a ideia de que o negro está isolado nesse local de sempre cumprir com algum serviço, é bem nítida para nós e muito bem trabalhado por Bento (2022). Nesse sentido, o depósito além de ser ligado ao prazer, também está no fato de ser imposto o lugar de se doar em termos de cuidado, carinho e serviços em troca de desprezo e objetificação, mais uma vez atribuindo papéis de gênero a questão do não-masculino e da raça também.

Aqui temos contato com um dos maiores mecanismos de perpetuação da desumanização da população negra como um todo e a visão eurocêntrica de que, assim como objetos, temos funções na grande engrenagem que gira a história do Ocidente: servi-los. É quando se justifica o ato de que alguns nasceram para servir e outros para serem servidos, e é nesse contexto em que a branquitude firma seu pacto com a manutenção constante de um sistema que dura séculos. Essa estrutura, como nos mostra Cida Bento (2022) vem sendo bem eficaz ao que se propõe:

> Vemos aqui a habitual e repetitiva associação da situação contemporânea dos negros com o legado da escravidão. Tudo se explica por uma herança que os negros trariam da escravidão. Ao observador atento não escapa, entretanto, uma manifestação do legado de sinhazinha que, mesmo deleitando-se na praia, não pôde se ocupar de providenciar, ela mesma, uma água de coco, tendo que se valer do serviço de um negro (BENTO, 2022, p. 31)

A autora ainda observa como a ação do fenômeno do pacto da branquitude em se fortalecer constantemente é algo repetido em nossa história, desde os momentos em que seus antepassados europeus pisaram no território indígena que veio se tornar o Brasil até os dias de hoje, há um esforço constante pela manutenção das relações de poder que permitem que a hierarquização racial ocupe todos os campos possíveis da sociedade e impeça uma real emancipação das populações racializadas (BENTO, 2022, p. 30). Esse tipo de situação, algumas vividas por mim e as que Jorge compartilha comigo, me levam a pensar que pessoas negras cis e trans trabalham com a categoria de "sobras" no afeto, o que nos sobrou foram majoritariamente caminhos de violência e exploração e alguns poucos que nos permitem respirar a vida, a maioria desses encontramos entre os nossos, mas nem sempre.

Para além do universo da pessoa cis negra, ainda vejo a necessidade de discutirmos como essa esfera é vivida pela pessoa negra transexual que enfrentam toda uma gama a mais de estereótipos ligados à prostituição e afins que com certeza são definidoras para suas construções afetivas, sem contar toda essa fixação que existe na genitália da pessoa preta (principalmente quando é falocêntrica) e que com certeza se manifesta como uma problemática como podemos ver a partir de Bruno Santana (2017).

> Começo a vivenciar na pele a transfobia a partir do momento em que meu corpo é visto como transgressor, ao passo que as mudanças corporais trazidas pelo uso da testosterona ficam mais evidentes, e passo a ser lido pelo outro como homem, "automaticamente o peso do racismo cai sobre mim e saiu do lugar de vítima e objeto de desejo (enquanto era lido socialmente como mulher), consequentemente para o lugar de ameaça (homem negro)" [...] (SANTANA, 2019, p. 99).

Essa percepção de Santana ainda se soma ao que vem experienciar quando passa a ser lido socialmente como um homem negro e vivencia o "outro lado" da sexualização, chamando atenção inclusive para as mesmas discussões trabalhadas por Pinho e Faustino Nkosi sobre a visão de virilidade e potência sexual que recai ao homem negro cis, tal vivência nova o leva a refletir sobre como esse tipo de coisa será personificada nele agora sendo ele um homem de vagina (SANTANA, 2019). Isso o preocupa, principalmente por observar que sua comunidade está caindo em outros estereótipos para validar sua masculinidade diante do cenário de transfobia que vivem repetidamente: "dentro da própria comunidade dos homens trans há essa hierarquia racial na qual homens negros trans precisam cumprir com as expectativas de masculinidade racializada para serem legitimados" (SANTANA, 2019, p.101), logo, estamos aprisionados e nos aprisionando

cada vez mais nessa neurose de estar entre a ameaça e o desejado sexual, que cabe a qualquer momento para qualquer homem negro, cis ou trans.

Quando trato dessa diferenciação de ocupação de pessoas negras em cada um desses planos, trago para refletir como esse local do afeto é constantemente trabalhado como não pertencente a nós, uma vez que nossa humanidade sequer é validada em determinados momentos, como seriam validados então o cultivo desses afetos? Entretanto, o próprio campo das emoções é algo que a branquitude se utiliza para nos despir de nossa humanidade, ser emocional demais é uma carga animalesca, não humana, não civilizada (uma vez que isso é atribuído à racionalidade), é a raiva, tesão, agressividade "descontrolados" que nos confirmam como essa ameaça social. Logo, não nos é permitido nem isso, sentir, pois seria mais um estereótipo sendo confirmado, mais um motivo para nos desumanizar, mais um motivo para nos negar o amor.

O que gostaria de deixar aqui como parte que considero importante na minha análise é que: da mesma forma que Santana enxerga nas transmasculinidades negras o potencial de se acabar de vez com referências brancas, cis e heteronormativas de masculinidade, eu vejo também um potencial comunitário de não só criar novos referenciais como esse que nos permita entender que uma luta antirracista só se faz eficiente quando se luta também contra qualquer preconceito de gênero e sexualidade, como também entender que é necessário buscar e *criar* referências de afeto (muitas vezes até em nossa ancestralidade) que não se permitam serem invadidas pela movimentação hegemônica de uma branquitude que busca nos convencer que não temos local no mundo dos afetos, nos levando a reproduzir as mesmas violências e chegando até mesmo a acreditar que nossa negritude pode ser sim algum tipo de maldição (GOMES, 2019).

É nesse momento que se separa mais uma vez, aqueles que sofrem da tal *alienação psíquica* que Fanon trata e os que procuram seguir seus próprios referenciais, mas lembrando sempre que se há uma alienação é porque há uma estrutura que investe ativamente em sua manutenção (FANON, 2008). Para pessoas como Angela, Jorge e até eu mesmo, esse contato cedo com a branquitude e seus ideais são motivo de muitos comportamentos compensatórios (FANON, 2008, p. 65). Dentro dessa seara, importante falar sobre um sentimento que foi muito citado entre meus interlocutores e que faz total sentido no ponto de vista que estamos trabalhando sobre a negritude aqui: a *vulnerabilidade*. Focando primeiramente no lado "masculino" da questão, já discutimos aqui bastante sobre o tal "manual de masculinidade" que nos é muito aplicado, bem como

o letramento racial que pode ou não fazer parte desse processo (é raro que seja) e que nos ensine enquanto homens negros, que não ocupamos esse mesmo local do homem branco. Quando partimos para o lado desse tipo de sentimento, observamos que a vulnerabilidade está no conglomerado de coisas que não é "masculino sentir", não faz parte da virilidade demonstrar qualquer tipo de fraqueza, isso pode vir a ferir sua honra, levando-o a ser interpretado como próximo do feminino ou de estar fazendo "coisas de mulher" (GROSSI, 2004), chorar, se sentir triste, não ser capaz de prover e até mesmo a ineficiência sexual são exemplos desse tipo de coisa.

Agora, quando estamos tratando de homens negros (em todas suas faces) estamos tratando também de uma ideia específica onde, pela desumanização, a ideia da eugenia é de que não processamos as emoções da mesma forma que outros seres humanos e por assim dizer, o negro seria mais forte e não chora, não sofre, só fode e serve. Então esse processo de se ver confortável em sentir, em transbordar as emoções, de se permitir ser vulnerável bate de frente com essas noções que são trazidas até nós desde muito cedo, até porque a "casca grossa" que criamos tem muito a ver com os mecanismos de sobrevivência ao racismo, e consequentemente bloqueamos qualquer outro sentimento que nos coloque em um local onde estaríamos desarmados. Temos aqui uma dupla agência da branquitude no nosso modo de viver: nas delimitações do que é ser homem, e na necessidade de que temos que nos fortalecer através da criação dessa casca para sobreviver ao racismo.

> As emoções, como elas são atribuídas, vividas e direcionadas de acordo com o corpo em questão sugerem indicativos de estratégia social para manter uma ordem vigente, desigual e injusta à vida negra. O medo, a repugnância, o ódio, a raiva ou mesmo o desejo sexual, tendo a pessoa negra como objeto de emoções, não são imparciais, tampouco inofensivos. Tais emoções têm forte relação com as hierarquias morais e são precedidas por pensamentos hierarquizantes, como o racismo e o sexismo. As emoções são, dessa forma, sociais e capazes de legitimar violências contra o corpo negro feminino (GOMES COSTA, 2018, p. 14).

De uma forma ou de outra, quanto mais marginalizado está o negro, mais o cerco se fecha ao seu redor e nos expõe a violências[57], levando a consequências como esses bloqueios emocionais. No final das contas, muitas dessas discussões e das nossas vivências se resumem bem à questão de liberdade. O negro e a negra no Brasil não foram verdadeiramente libertos, além do encarceramento em massa, ainda temos que nos ater

[57] A própria questão das periferias serem vistas dessa forma é um grande exemplo, que culpam inclusive na própria maldição da negritude e não nos projetos de segregação e marginalização causados por um Estado branco e burguês.

ao fato de termos a liberdade de nossos afetos e sexualidades cerceados pela branquitude que insiste na manutenção de seus referenciais e de seus privilégios sociais. Lidamos com a questão de celebrar todo e qualquer momento em que não somos preteridos em um relacionamento e uma cobrança interna de ter que sustentar qualquer coisa por esse evento ser *raro*.

Nesse sentido, lhes digo o que nos sobra: nos emancipar uns aos outros cada vez mais e não necessariamente negar o contato com a branquitude, mas entender que há um mundo deles que fazem questão de nos lembrar que não nos cabe, muitas vezes o amor mesmo faz parte disso e é duro viver dessa forma. Vale entendermos que qualquer relacionamento interracial, amoroso ou não, está sujeito a ter seus atravessamentos com a questão de raça, que a hierarquização racial não some da noite pro dia quando eu homem negro assumo um relacionamento com uma pessoa branca. Como diz meu querido Rico Dalasam em sua obra "Braille" (2020):

> Caro menino branco
>
> Esse nosso encontro pede a lucidez
>
> De saber o lugar que me encontro
>
> E você, por sua vez
>
> Se é pra andar ao meu lado, saiba que
>
> Alguém foi senhor
>
> Alguém foi escravo
>
> E, entre nós, esse espaço
>
> Pede alguns passos [...] (DALASAM, 2020)[58]

Vemos que Jorge constantemente é colocado nesse local de um corpo a ser utilizado com princípios sexuais, mas que principalmente, não recebe ativamente carinho ou cuidado. Essa esfera dos cuidados, das responsabilidades e afeto será melhor abordado à frente, mas já trago aqui o que venho discutindo há anos: a relação com o corpo negro raramente vai ser associada à um cuidado e responsabilidade que um corpo não racializado receberia. Estamos há séculos enclausurados nesse local de não-afeto, de ser reservado ao uso de nossa dimensão corpórea como "depósitos" de porra, prazer, violências e uma sexualização que só caberia de fato a um não-humano. Veja bem,

[58] Link presente nas referências.

quando falamos sobre a *hipersexualização* de corpos negros não é negando em nenhum momento que isso ocorra com mulheres não racializadas de forma geral, mas sim trazendo que é uma característica das relações (principalmente interraciais) fundá-la totalmente nessa questão e não ter o mínimo vislumbre de ocupar o espaço que as "madames" de antes sempre ocuparam, o da luz.

Esse cuidado básico reivindicado por Jorge e citado por Dalasam em sua música, é um que surge da ideia de que em nossas relações há o mínimo de amor, que o ato de gostar não seja somente um desejo e que a manutenção dessas relações não seja movida pela objetificação de um corpo traduzido em estereótipos. bell hooks traz um olhar muito sensível para essa questão:

> [...] a verdade de fato, que é um tabu quando verbalizada, é que esta é uma cultura que não ama os homens negros; eles não são amados por homens brancos, nem por mulheres brancas ou mulheres negras, nem por meninas e meninos. Sobretudo, a maioria dos homens negros não se ama. Como eles poderiam amar a si mesmos e uns aos outros, como poderia se esperar que eles amassem cercados de tanta inveja, desejo, ódio? Homens negros na cultura do patriarcado supremacista branco capitalista imperialista são temidos, não amados. Obviamente, parte da lavagem cerebral que ocorre em uma cultura de dominação é a confusão entre temor e amor (hooks, 2022, p. 32)

Nos vemos nessa prisão centenária de ter dificuldade de achar amor e afeto positivo até mesmo entre nós justamente por ter que lidar com tanto ódio em nossas vidas, ainda mais o caso de homens negros, que são a população mais morta pelo Estado. Como apresentado pelo portal Ponte Jornalismo em matéria assinada por Jennifer Mendonça no dia 28/06/2022: 99,2% das vítimas são homens e 84,1% são negras[59] e hooks também nos chama atenção para questão que: "Esse homem negro, um potencial rebelde, revolucionário, líder do povo, não deveria ter permissão para prosperar" (hooks, 2022, p. 34). Com isso, digo uma última questão: é importante reconhecer que o ódio que sofremos diariamente em toda nossa existência, não deve e nem pode nos resumir enquanto comunidade. Conquistar nossa comunidade e nos munir através do afeto e do amor não deve ser visto em nenhum momento como fraqueza, mas sim como hooks nos traz: devemos ver no amor a possibilidade de nutrir nossa comunidade de forma positiva em contrapartida à guerra de valores negativos que atribuem a nós. Há *força* no amor negro, principalmente quando praticamos ele com nós mesmos.

[59] Link disponível nas referências.

Capítulo 4 – Das feminilidades negras: com quantas violências se constrói um estereótipo?

Chegamos no ponto que considero uma das questões delicadas desse trabalho que é discutir com a categoria da construção de feminilidades negras afetadas pela branquitude. Por entender que sou um homem cis[60] busco trabalhar analiticamente a partir de minha pesquisa, leituras e também prestando atenção ao fato de que é necessário que algumas autoras façam parte do que aqui está sendo construído dada sua relevância indiscutível para esse debate sobre a construção dessas categorias no Brasil e no mundo.

Retomo uma das bases para essa discussão que é o debate conduzido por Butler sobre a construção do ideal de "mulheres" como um sujeito universal do feminismo e por assim dizer, um sujeito universal no campo da representação social e política. Percebo que essa visão trabalhada pela autora se encontra muito com o que também é trabalhado por Oyěwùmí, de forma a apontar essa construção universalista como algo Ocidental e que surge de um ponto de vista que deseja justamente definir quem se encaixa nessa categoria e quem terá representação política a partir dela. Ela ressalta então que "os sistemas jurídicos de poder produzem os sujeitos que subsequentemente passam a representar" (BUTLER, 2020, p. 18), em uma clara interpretação sobre os sistemas jurídicos de Foucault. Temos que estamos de frente com o caso da "invenção das mulheres" (OYEWÙMÍ, 2021) a partir de uma lógica ocidental e excludente, que irá refletir justamente na experiência de minhas interlocutoras e na marginalização e exploração de muitas outras mulheres no país.

Como observado em capítulos anteriores, a realidade brasileira e de muitas outras nações que tiveram que lidar com a colonização como parte da sua história, têm a presença de um poder com "função dual: jurídica e produtiva" (BUTLER, 2020, p. 19) e isso nos permite dialogar dentro dessa perspectiva sobre a *invenção de sujeitos* a partir de quem participa ativamente das relações de poder que enfrentamos diariamente, isto é, há um comum acordo entre o sistema e aqueles sujeitos que são legítimos de quem é de seu interesse que permaneça marginalizado ou não, e nos casos trazidos aqui, é notável como essas definições afetam a vivência, construções sociais e afetivas de cada um que está nessa *"sociedade política"* (CHATTERJEE, 2004).

[60] Do mesmo tipo que Vigoya tem no início de uma de suas obras quando discute sobre o fato de uma mulher estar trabalhando com as construções de masculinidades como ela estava.

Tal noção deve ser compreendida de forma a entendermos que não há como universalizar o sujeito mulher ou o sujeito homem, bem como não é possível universalizar o patriarcado, o próprio racismo e outros sistemas de opressão, ao fazê-lo estaríamos ignorando inúmeros fatores que são importantes até para combatê-los, pois para isso é necessário entender de forma plena (ou o mais próximo possível) do que essas relações de poder se alimentam e qual o contexto que perpetua tais marginalizações, como trabalhado por Butler:

> Esta forma de teorização feminista foi criticada por seus esforços de colonizar e se apropriar de culturas não ocidentais, instrumentalizando-as para confirmar noções marcadamente ocidentais de opressão, e também por tender a construir um *terceiro mundo* ou mesmo um *Oriente* em que a opressão de gênero é sutilmente explicada como sintomática de um barbarismo intrínseco e não ocidental" (2020, p. 21-22)

Essa citação é um ótimo momento para trazer a produção de Lila Abu-Lughod *"As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros"* (2012), afinal, desde o início trabalhamos justamente com essa perspectiva de que aqueles representados neste trabalho são os *"outros"* em uma relação de hierárquica de poder com *"eles"*.

Abu-Lughod trabalha neste artigo o ímpeto e envolvimento dos Estados Unidos nos conflitos do Oriente Médio, no que diz respeito ao momento, envolvia-se no Afeganistão na caça por Osama Bin Laden em sua "guerra ao terror". A antropóloga é requisitada em diversos programas de rádio e televisão como uma "especialista" para comentar e justificar as ações comandadas pelo país, acontece que muito do que envolve esses convites e a situação, é justamente formas de garantir através de uma especialista, que há motivo para os bombardeios ao Oriente Médio de forma que não pareça uma simples retaliação pelos ataques do 11 de setembro. É quando entra em cena essa narrativa de que um dos motivos para a invasão, além da guerra ao terror "seu discurso reforçava algumas divisões abismais, primariamente entre os "povos civilizados pelo mundo" (ABU-LUGHOD, 2012, p. 454) cujos corações se partiam pelas mulheres e pelas crianças do Afeganistão e os talibãs-e-os-terroristas, os monstros culturais que querem, como mencionou, "impor seus mundos sobre o resto de nós" (ABU-LUGHOD, 2012, p. 454).

Essa realidade analisada pela antropóloga palestina-estadunidense vai de encontro com boa parte do que se passa em nações que estão à mercê de uma intervenção imperialista de outras nações que achem necessário nos *civilizar a seu nível*, isto é, ocidentalizá-los de forma que cumpram os requisitos necessários para serem considerados

não mais uma nação "atrasada", não ironicamente, é assim que boa parte da elite no poder brasileira vê as populações que ocupam bairros periféricos ou que seguem o "perfil" de quem as ocupa. Vemos que todo esse movimento aparentemente solidário de um feminismo universal com uma intenção de um "bem superior" para todas as mulheres, afirmando saber o que é melhor para elas com base em ***seus*** conceitos de liberdade e de civilização de forma a justificar o genocídio cometido na região, como Abu-Lughod trabalha muito bem:

> Muitos que trabalharam com colonialismo britânico no sul asiático notaram o uso da questão feminina nas políticas coloniais em que intervenção no sati (a prática de viúvas de se autoimolarem nas piras funerárias de seus maridos), casamento infantil e outras práticas foram usados para justificar o domínio. Como Gayatri Chakravorty Spivak cinicamente colocou: homens brancos salvando mulheres marrons de homens marrons. O registro histórico é cheio de casos similares, inclusive no Oriente Médio. Em Women and Gender in Islam, o que Leila Ahmed5 chamou de "feminismo colonial" estava firmemente funcionando. Essa era uma preocupação seletiva a respeito da situação das mulheres egípcias que focava no véu como um signo de opressão, mas não dava qualquer apoio à educação feminina e era professada em alta voz pelo mesmo inglês, Lord Cromer, que se opusera ao sufrágio feminino em seu país (ABU-LUGHOD, 2012, p.454).

Quando a autora ressalta essa questão sobre homens brancos salvarem mulheres marrons de homens marrons, entramos em um tema de extrema delicadeza que é essa situação que já comentamos aqui sobre homens negros no Brasil serem lidos como uma das maiores ameaças que já caminharam na sociedade e que até mesmo nossos pares devem ser protegidos de nós com uma ação genocida e policial, não necessariamente por sermos homens, mas por sermos homens negros. O perigo está na cor da pele e esse fato faz com que essa desculpa seja somente isso, uma desculpa de forma a legitimar tais ações genocidas, já que a realidade é que nenhuma pessoa negra está a salvo quando se trata do terrorismo da força policial do Estado brasileiro. Afinal a segurança pública serve internamente à elite no poder, como noticiado no portal "Pragmatismo Político" em 29/05/2022, Norberto Florindo Junior (Policial Militar expulso da corporação em 2009 e hoje professor de cursinho preparatório para policiais) afirma "Filho de peixinho, peixinho é. Uma vagabunda criminosa só vai gerar o quê? Um vagabundinho criminoso. Por isso que quando eu entrava *chacinando* eu matava todo mundo. Mãe, filho, bebê. Foda-se. Eu já elimino o mal na fonte. Vou deixar o diabo crescer?"[61]. Por tal questão, trago um infográfico do Atlas da Violência que nos mostra um pouco sobre a violência

[61] Link que conta o acontecido disponível nas referências - destaques meus.

contra pessoas negras no Brasil e em especial, uma seção que trata sobre a violência de gênero de forma interseccional com raça:

Fig. 14 – Encarte do Atlas da Violência de 2022 que aponta dados gerais sobre a violência contra pessoas negras no país.

Acima podemos ver que em 2021, mulheres negras foram 62% das vítimas de feminicídio, 70,7% das vítimas de outras mortes e violências intencionais e 52,2% das vítimas de estupro e estupro de vulnerável, além das outras estatísticas que envolvem outras formas de violência como assédios e afins. Para além desses índices de assassinatos e violências explícitas, não podemos ver uma fala de um ex-policial como esse e ignorar que tal comentário nos demonstra que basta ser uma pessoa negra para que o estigma de ser uma ameaça à sociedade esteja presente, *não é exclusivo para nós homens*, para isso basta ver o caso de Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro assassinada pela milícia por meter o dedo na ferida que boa parte dos representantes não tem coragem de fazer.

Entretanto, também há um outro lado quando observamos as estatísticas sobre encarceramento feminino no país e percebemos, de acordo com dados do INFOPEN[62] em 2022, 66% da população feminina encarcerada até aquele momento é negra ou parda, tendo que levar em conta ainda uma subnotificação por não se ter informação sobre cor de pele/raça/etnia de mais de 10 mil dessas pessoas. Ainda nessa questão, vemos que de acordo com o portal do Observatório de Desigualdades do Governo do Estado de Minas em análise de dados do SISDEPEN (Secretaria Nacional de Políticas Penais) e do ITTC (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania), uma boa parte das encarceradas além de serem jovens negras ou pardas e de classe menos abastarda, já foram vítimas de violências sexuais, físicas e psicológicas.

Sendo assim, acho que Butler nos diz muito bem quando escreve que: "Se alguém é uma mulher, isso certamente não é tudo o que alguém é; [...] se tornou impossível separar a noção de "gênero" das intersecções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida" (2020, p. 21), coisa que Patricia Hill Collins já prevê como uma necessidade a ser adotada do ponto de vista analítico e prático, principalmente quando se trata da realidade de mulheres negras:

> Nas décadas de 1960 e 1970, as ativistas negras estadunidenses enfrentaram o quebra-cabeça que fazia suas necessidades relativas a trabalho, educação, emprego e acesso à saúde simplesmente fracassarem nos movimentos sociais antirracistas, no feminismo e nos sindicatos que defendiam os direitos da classe trabalhadora. Cada um desses movimentos sociais privilegiou uma categoria de análise e ação em detrimento de outras: por exemplo, raça no movimento em favor dos direitos civis; gênero no movimento feminista; classe no movimento sindical. Considerando que as afro-americanas eram também negras, mulheres e trabalhadoras, o uso de lentes monofocais para abordar a desigualdade social deixou pouco espaço para os complexos problemas sociais que elas enfrentam. As questões específicas que afligem as mulheres negras permaneciam relegadas dentro dos movimentos, porque nenhum movimento social iria ou poderia abordar sozinho todos os tipos de discriminação que elas sofriam. As mulheres negras usaram a interseccionalidade como ferramenta analítica em resposta a esses desafios (HILL COLLINS, 2021, p. 18).

Esse termo está presente em toda essa dissertação, pois devemos nos basear na interseccionalidade para uma melhor leitura de mundo do social, pois não existe a possibilidade de se utilizar uma lente monofocal quando se trata de uma análise do tipo. A partir disso, gostaria ainda de ressaltar a participação da branquitude (pois é ela que nomeamos quando falamos de Ocidente e relações de poder) no que diz respeito àquilo

[62] Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias ciclo Nacional de Junho de 2022 – link disponível nas referências.

que será fonte de uma violência constante no movimento de adoção de certas referências que minhas interlocutoras tiveram para construção de suas identidades como mulheres negras e também a presença de tais forças nas idealizações de seus afetos e do local que gostariam de ocupar no mundo, até darem de cara com a fronteira erguida pela racialização.

MRV – um tempo atrás, você falou do desejo que você tinha de reverter, tentar reverter, ou de acabar, apagar ou remover alguns dos "estragos" que seu contato com a branquitude causaram né? [...] Qual que você me diria assim, agora passado um tempo que a gente conversou sobre certas coisas e você me revelou que refletiu sobre algumas coisas [...] e queria saber se você consegue identificar e me dizer quais que são esses estragos assim que seu contato com a branquitude causaram na sua vida e que você gostaria de reverter...

AG – Eu fico pensando muito que é no desenvolvimento tardio de quem eu sou, não de quem eu deveria ser para eles, só que eu tenho 20 anos então não sei se é tão tardio assim [risos] mas eu vejo em comparação com outras meninas brancas que talvez seja...

MRV – então uma questão de que você sente que tardou um pouco pra você se descobrir através da sua identidade...

AG – Isso!

MRV – [...] certo, e são coisas que têm haver com sua negritude? De tipo...

AG – Ah, total! De tipo, até de traços de personalidade assim, de eu sentia muito que eu não podia experimentar, agir de certas formas, porque eu tinha que ficar ali invisível pra ninguém fazer comentários maldosos sobre mim... aquilo que a gente conversou em uma reunião de não agir conforme os estereótipos que eles esperam? E aí eu não pude muito experimentar, tipo assim, de ver que era aquilo mesmo que eu queria e tal, mas mais na infância e pré-adolescência. E até questões de autoestima assim, tipo por exemplo, questão de maquiagem muito nessa ideia de tentar passar desapercebida acaba que é algo muito da feminilidade e foi super tardio pra mim, buscar isso. E não tipo Kardashian de modificar meu rosto ou algo assim, mas de me descobrir mesmo...

MRV – Certo... e o que você acha que hoje faz parte desses seus traços de feminilidade enquanto uma mulher preta que se diferencia do que você tentou se encaixar ao longo da sua infância e adolescência assim, que que você percebe não só de diferente, mas do que fazia parte dessa sua construção e o que se faz presente nessa coisa tardia assim?

AG – É... acho que tipo assim, não sei se mesmo, que por eu ser uma mina de pele clara eu sempre ouvi "você até que é bonita, você é clarinha!". E pegava muito pra mim daquela feminilidade delicada, de você ser branca rosada e eu tinha muita questão de não pegar sol, de não escurecer a minha pele e hoje em dia já é algo que eu consigo... se eu tô desbotada já vou logo pegar um sol [risos] e até de roupa também, de... deixa eu ver como vou formular isso... é eu acho dessa questão de não ter medo mais de me mostrar e de me ver, sabe? E eu sempre tentava ser o mais discreta possível [...] mas hoje eu já consegui mudar isso [pausa para atender a porta]. E não sei se é pelo momento que tô vivendo agora, mas tô me permitindo vivenciar e experimentar mais as coisas

MRV – Sei...

Dessa forma, a realidade que mulheres negras cis ou trans enfrentam é justamente uma que passa por diversos marcadores sociais e irão resultar no que costumam chamar de "base da pirâmide" na sociedade, em um sentido de que toda ela está montada nas costas de quem foi colocada esse lugar. Teremos junto dessas vivências a formação de

outros estereótipos que juntos da intersecção de gênero, classe e sexualidade vão agir de formas muito específicas fazendo-as transitar entre ameaças, animalizações, serviçais e objetos (dentre muitos outros), de uma forma sempre desumanizante e com base na racialização que lhes foi atribuída. Por enquanto gostaria de ressaltar essa faceta do serviço e das ameaças a partir de um breve compartilhamento de Ângela:

AG – É algo que eu penso muito, naquela frase... que é tipo assim: ser um negro consciente na América é estar em constante estado de raiva e acho que também em constante estado de medo, porque tipo a qualquer momento pode acontecer o pior com você e se não acontecer o pior, vai acontecer o menos pior e isso é algo que me deixa muito ansiosa e está constantemente na minha cabeça.

A partir dessa fala, vemos que, a ideia de "o que é ser uma mulher negra" dessas pessoas foi invadida por uma idealização branca que, dado o local que ocupa em sociedade, se colocou como mais um dos processos que ditam a ***"forma de ser"*** e deliberadamente roubam, como bem nos mostra Ângela, a liberdade de pessoas racializadas de sequer se permitirem viver certas coisas, com o profundo medo de se provar dentro dos estereótipos que as aprisionam e ainda mais, sentir que estaria "dando motivo" para uma branquitude que já as odeia, justificar ainda mais esse ódio a partir daquilo que eles acham ser plausível para violentá-las. Esse é um ponto sensível, uma vez que não é comum serem socializadas de forma a crer que é culpa delas quando uma violência as encontra, seja de gênero ou de raça, é comum que em um sistema que gira em torno de relações pautadas em hierarquias, isentar aqueles que tem poder e culpar as vítimas. É uma personalização da culpa para que a estrutura e seus agentes saiam ilesos, a ideia de democracia racial contribui muito pra isso (NASCIMENTO, 2016, p. 74).

Nos encontramos mais uma vez com a questão de que tanto a cidade, quanto as relações de poder que a regem, vão estar cerceando a liberdade e nos levando a pensar quem tem de fato direito a ela, como nos diz Ângela:

MRV – [...] e a gente observa que pessoas brancas têm acesso a certas vivências e a gente não, pra você é... que sentimento te causa ver esse tipo de coisa? Esse entendimento que você já chegou a comentar algumas vezes sobre ele, esse entendimento de que as coisas têm uma barreira pra mim, que se eu fizer, se eu atravessar essa barreira algo de ruim vai acontecer pra mim que não aconteceria com pessoas brancas... como faz você se sentir assim?

AG – Nossa e me traz muito medo, tipo assim eu sou uma pessoa muito medrosa e isso me blinda de estar em certos lugares e de ocupar vários espaços. Tipo, eu amo a Ermida[63] pra mim é tipo, o melhor lugar de Brasília, só que é um lugar muito branco, tem muita gente branca lá [...] a primeira vez que fui lá, eu fui com umas meninas brancas, só tinha eu de negona eai okay

[63] Se refere à Ermida Dom Bosco, ponto turístico da cidade que fica localizada próxima de um bairro de elite, bem como de um bairro periférico, mas que é majoritariamente frequentado pela elite da cidade que inclusive tem residências ao lado do local à beira do Lago Paranoá.

beleza foi tranquilo, não reparei nada. Só que da última vez que eu fui, fui com 2 amigas negona, muito negonas, as três negonas juntas e eu tava me sentindo muito bem, só que eu sou muito lerda pra perceber quando estão me olhando, tipo sempre, só que dessa vez eu percebi porque era escancarado a gente andava e absolutamente todos os branquelos olhavam pra gente e isso me deixou muito insegura... e é um lugar que eu gostaria muito de ir sozinha, por exemplo, mas é um rolê que eu não daria sozinha e não pela insegurança de "ai vai acontecer alguma coisa comigo, vão me roubar ou sei lá", é porque muita gente branca me olhando sei lá... me causa uma agonia pensar nisso e eu me privo de estar em um lugar que eu gosto por causa desses olhares. Eu sinto raiva também, mas gostaria de sentir mais raiva ao ponto de reagir porque nesse lugar de medo eu também cesso minha reação e eu penso "não vou reagir com essa pessoa porque senão ela vai me chamar de negra raivosa, vai chamar a polícia e vai dar merda pra mim"

Essa faceta sobre mulheres negras e seu "temperamento raivoso" como um estereótipo é algo que incomoda a comunidade e não é de hoje, Gonzalez trabalha isso em entrevistas ainda na década de 80 e a pesquisadora e ativista Winnie Bueno ao ver esse estereótipo recaindo sobre uma mulher negra participante do Big Brother Brasil 23 se pronunciou em nota na Revista Gama do portal UOL:

> Quebro uma promessa feita a mim mesma de assistir ao programa sem produzir conteúdo nenhum sobre ele porque estou profundamente incomodada com o fato de que qualquer ação de discordância, descontentamento ou não submissão por parte das mulheres negras do elenco é considerada "grosseria", "falta de educação" ou "agressividade" (BUENO, 2023)[64].

Não será a primeira vez que estereótipos sobre a mulher negra e o homem negro se cruzam através da raça e da nossa origem nesse país. Percebemos então que, apesar de também serem vistas como extremamente emocionais, sexuais, "quentes" e raivosas , não lhes são legitimados sentimentos como o sofrimento, a sensibilidade, vulnerabilidade, fraqueza, há inclusive o cansativo estereótipo da "mulher negra guerreira" que mesmo parecendo um elogio, acaba por fornecer uma imagem de naturalização do sofrimento e necessidade de "passar por cima de qualquer obstáculo" que as fronteiras de raça e gênero possam colocar em suas vidas, o que além de desgastante é mais uma forma de normalizar violências.

É possível enxergar como essas definições são capazes de isolar populações marginalizadas em um imaginário que a elite no poder entende como "nosso lugar" e nossa "utilidade" para uma sociedade governada por essa branquitude brasileira. No caso das mulheres negras, um dos locais é justamente esse de alguém que está acostumada a vencer desafios (impostos pela branquitude e pela misoginia) e de ocupar o espaço de alguém que tem como característica inerente a ela o serviço. Ângela me conta que nessa confusão recorrente de não saber reconhecer o que é de origem dela e o que foi imposto

[64] Link disponível nas referências.

a ela por algum estereótipo que lhe foi projetado, que se vê em uma grande crise nessa ideia de "oferecer cuidado". Ela entende que o cuidado é algo quase que inerente ligado ao feminino e à feminilidade e que raras vezes serão cobrados de quem ocupa o "masculino", para além disso a situação ainda se funde à ocupação de mulheres negras serem obrigadas a estar em locais de oferecer serviços e isso interferir, no caso tanto de Ângela como de Conceição, em sua própria construção de feminilidade ao tentar descobrir se de fato gostam de cuidar e de atos de serviço como uma demonstração de afeto ou se foi só mais um dos lugares que aprisionaram ela a partir de estereótipos criados antes mesmo de sua existência, como me diz Ângela, esse local de "Tia Nastácia":

MRV - [...] eai, eu queria saber se dentro dessa questão que você colocou algumas das expectativas que os outros têm sobre você enquanto uma mulher preta, lembro que você até comentou muito e a gente até aprofundou esse assunto em relação à coisa da estética né que você mencionou sobre "ah as pessoas esperavam que eu fosse uma mulher preta mais perto do padrão é... americano né, com corpo assim, cabelo assim né e essas coisas assim"... e eu queria saber se existe alguma expectativa ou padrão que você coloca sobre você mesma, enquanto a pessoa que você busca se tornar ou a pessoa que você é e se existe alguma expectativa que você mesma coloca em você assim. Pode ser tanto no sentido de uma expectativa criada pelo exterior, pelo outro, né? Como uma influência sobre você ou também uma expectativa própria sua, quem eu quero ser e de onde vem esse projeto de Ângela né? Quem "eu" quero ser enquanto pessoa, enquanto mulher preta e afins [...]

AG – Nossa eu acho que tem muito, porque... assim primeiro tem um momento de você reconhecer tipo: eu sou uma pessoa no meio de todas essas influências ao meu redor e de tudo que esperam de mim e de que me colocam por eu ser quem eu sou, eaí tem o lugar pelo menos pra mim, de me livrar de tudo isso porque eu não vou deixar esses estereótipos dessas coisas me pegarem[1]. Até o momento que eu pensei que tipo: será que eu to me perdendo nisso? Tentando me afastar tanto que eu to me afastando de mim mesma? Porque talvez não sejam os estereótipos, mas sim que eu sou mesmo... e eu acho que já falei disso em umas outras reuniões, de muito o lugar do cuidado pra mim... porque o cuidado é muito uma linguagem afetiva minha, só que aí no momento que eu tive o pensamento de: enquanto eu, uma mina preta, gorda que era colocada sempre no lugar de "a mãe do rolê", a "tia Anastácia" que cuida de todo mundo, sei lá, sei lá o que, eu me afastei total disso porque eu não me via bem nesse lugar de não cuidar das pessoas, porque eu gosto disso... mas eu também to tentando achar um equilíbrio nisso, entre não ser quem eles esperam (os brancos) e também não correr pra tão longe de quem eu sou. – Ângela em entrevista de 21/04/2022

Inclusive, felizmente temos hoje pesquisadores que nos trazem análises mais assertivas sobre essa construção de personagem da "Tia Nastácia" está diretamente ligada aos estereótipos da mucama (GONZALEZ, 2019) onde nenhum de seus esforços é reconhecido, mas ao mesmo tempo seu status de ter sido adotada como agregada de uma família branca te traz algum tipo de humanidade e valida sua existência como alguém que faz parte da trama da obra (LAJOLO, 1998).

Em minha análise e sincera opinião, o que há de mais cruel nessa convivência com a branquitude é justamente quando esses efeitos de desqualificação social começam a ser

internalizados por nós[65] até o momento que passamos buscar legitimação através daqueles que primeiro nos desumanizaram e então ficamos perdidos em um campo delicado que é entender o que é que de fato faz parte de quem somos e o que foi depositado sobre nós através de estereótipos de raça, gênero e classe. A delicadeza desse local está nesta nuance de não nos deixar levar pelas construções e expectativas da branquitude sobre nós e acabar nos anulando somente para não atender àquilo que depositaram em nós, essa problemática é vivida constantemente tanto por Conceição e Jorge quanto por Ângela.

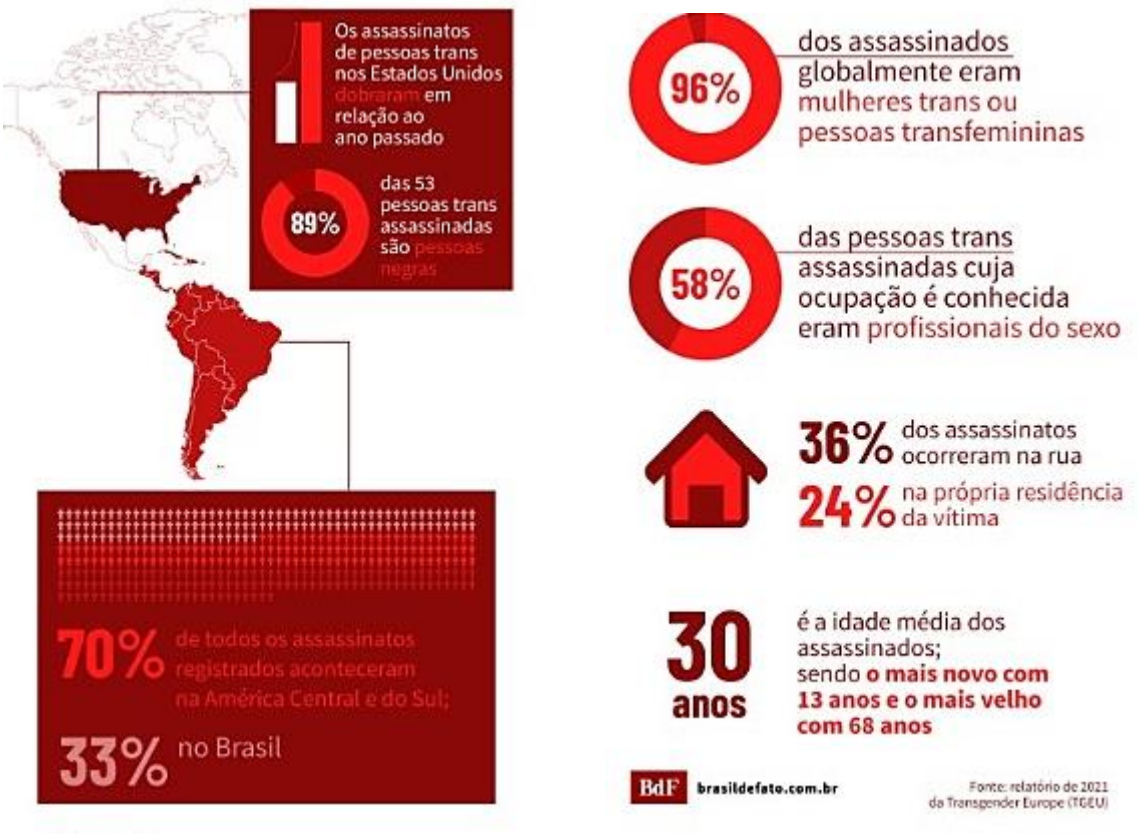
É dentro dessas queixas sobre a percepção e tomada de consciência de pessoas negras sobre o agir da branquitude em nossas construções socioculturais que podem nos fazer rejeitar até mesmo aquilo que é visto como cultura afro-brasileira, questão que busco aqui investigar e analisar como nos afeta e como faz parte de nossas afetações, logo, trago também junto de Lélia alguns pensamentos sobre a relação da mulher brasileira com esse Estado brasileiro que é comandado e controlado pela branquitude. Bom, tanto ela quanto Beatriz Nascimento concordam que é histórica essa cumplicidade da nossa nação em contribuir e permitir que nossa população seja reduzida à estereótipos.

> A história oficial, assim como o discurso pedagógico internalizado por nossas crianças, fala do brasileiro como um ser "cordial" e afirma que a história do nosso povo é um modelo de soluções pacíficas para todas as tensões ou conflitos que nela tenham surgido. Por aí se pode imaginar o tipo de estereótipos difundidos a respeito do negro: passividade, infantilidade, incapacidade intelectual, aceitação tranquila da escravidão etc. (afinal, como disse Aristóteles, existem pessoas que nasceram para dirigir e outras para serem dirigidas). Assim como a história do povo brasileiro foi outra, o mesmo acontece com o povo negro especialmente. Ele sempre buscou formas de resistência contra a situação subumana em que foi lançado (GONZALEZ, 2019, p.50)

Declaro com toda a certeza que não sou o único que me irrito quando me encontro com pertencentes à elite (principalmente à tal "elite intelectual" branca) que entoam e reafirmam esse caráter "pacífico" de como as questões raciais foram e são tratadas no país. Como dito por Nascimento, por muito tempo o branco evitou tratar o negro a partir da perspectiva de raça no país (2021, p. 41) de forma que não permitisse nem mesmo a sociologia a avançar nas discussões mais que necessárias para políticas públicas no país (que vieram a avançar somente no século seguinte). Nada tem de pacífico na forma como tratam nossa comunidade, mas principalmente assusta diariamente tamanhas formas de violências (inclusive de nossos irmãos homens negros) contra as mulheres cis, trans e LGBTIAP+ que fazem parte dela. Tanto não tem nada de pacífico (dado os levantamentos

[65] Como visto em Wade Noble e Frantz Fanon.

sobre violência que já trouxe aqui) com a população negra brasileira, que quando se trata desse recorte envolvendo gênero e sexualidade, entramos em um buraco bem mais fundo, não só na questão dos altíssimos níveis de feminicídio no país e o fato de mulheres negras fazerem mais que a maioria[66] das assassinadas nesses casos, como o fato do Brasil ser constantemente apontado como o país que mais mata e *deixa morrer* pessoas LGBTQIAP+ no mundo, estatística que também é afetada pelo fator racial (como mostra a ilustração a seguir).



[67]

Fig. 15 – ilustração produzida pelo portal BrasildeFato de relatório sobre violência contra pessoas trans em 2021

Essas são "só" alguns dos dados que se cruzam com os relatos de minhas interlocutoras sobre as violências vividas nesse país e no mundo. Porém, por mais que a violência e o racismo encontrem todos nós, é importante que lembremos sempre da grande Audre Lorde quando ela nos diz: "mulheres negras não são um grande tonel de leite achocolatado homogêneo. Temos muitas faces diferentes e não precisamos nos

[66] Link com os índices está nas referências.
[67] Links do portal e do relatório disponíveis nas referências.

tornar idênticas para trabalharmos juntas" (LORDE, 2021, p. 13). Lorde, como uma mulher negra e lésbica, nos traz uma vivência muito interessante de ser lida por trabalhar justamente essa interseccionalidade de gênero, raça e sexualidade de forma que é uma das primeiras intelectuais e ativistas a nos apresentar a ideia de que não se faz a luta pela libertação da raça sem abraçar os outros marcadores sociais, eles também fazem parte de nossa comunidade e aqueles que vêm atrás deles, virão atrás de nós também (LORDE, 2021).

A autora enfrenta uma realidade do movimento negro nos Estados Unidos estar fortemente ligado a setores do cristianismo, muitos liderados por pessoas negras como foi o caso do próprio Dr. Martin Luther King Jr., por isso há uma grande frente de homofobia nesses espaços que, ao serem reconhecidas por ela, foram prontamente questionadas ao afirmar que sua identidade como mulher lésbica não lhes importou em nenhum momento que ela assumiu a frente da luta contra o racismo e ajudou estudantes e negros em todo o país a resistir a opressão estatal: "vocês, entretanto, não sabiam disso, porque não nos identificamos, e é por isso que hoje vocês podem dizer que lésbicas e gays negros nada têm a ver com as lutas do povo negro" (LORDE, 2021, p. 18), afinal, a sexualidade não se identifica pela cor da pele, não é mesmo?

Em consonância com Gonzalez, Nilma Lino Gomes e outras pensadoras, Lorde nos traz uma visão sobre qualquer que luta que envolva garantir direitos a pessoas negras ser pensada *a partir da comunidade* e em conjunto com todos/as/es que fazem parte dela. A autora chega a chamar atenção para a preocupação que tem com os homens negros, ressaltando que também somos alvo de violências e que o ódio que alimenta uma luta contra o machismo deve se atentar à questão de raça até nisso (LORDE, 2021, p.15). Assim como tratei a origem da homofobia como uma variante do próprio machismo, a autora chama atenção de que a população negra de lá deveria abandonar a falsa ideia de que a presença de LGBTs na luta negra a desqualifica ou a enfraquece de qualquer forma:

> Assim como estereótipos racistas são o problema de pessoas brancas que acreditam neles, os estereótipos homofóbicos também são o problema dos heterossexuais que acreditam neles [...] não sou eu nem vocês quem deve dar conta desses estereótipos, eles são barreiras terríveis e um desperdício para o nosso trabalho conjunto. Não sou uma inimiga (LORDE, 2021, p. 20)

Temos então que algo que é necessário ser combatido dentro da própria comunidade são as manutenções de relações de poder principalmente em pautadas em gênero e sexualidade. Dessa forma, é necessário principalmente homens negros cis

entendam de uma vez por todas que não se constrói uma luta antiracista sem também agir dessa forma contra o machismo, misoginia e LGBTfobia, até porque afundo percebemos que todas essas manifestações de ódio têm um *background* fortemente supremacista, não é à toa que Lorde trabalha com o conceito de "heterossexismo", que para ela seria: "crença na superioridade inerente a um padrão de relação afetiva, o que implicaria seu direito à dominância" (LORDE, 2021, p.14).

4.1 – sexismo, racialização e desamparo

Gonzalez nos traz em diversos momentos de suas obras, descrições bem detalhadas que só poderiam vir de alguém que ocupa o lugar dela. Essas notas sobre a forma como a mulher negra foi recebida na sociedade brasileira após o período escravocrata nos alertam sobre coisas que ainda viriam a se intensificar conforme o Brasil fosse passar pelas crises que passou e a forma que a população negra, principalmente as mulheres, seriam o principal alvo de exploração pela branquitude no poder, bem como no período colonial. Observamos mais uma vez sobre como não tivemos um real processo de *ruptura* com esse período da formação de nosso país e como o sistema se ajusta o quanto for necessário para que continuemos ocupando o mesmo local de sempre perante eles: o lixo (GONZALEZ, 2020). Dentre seus escritos, ela nos traz:

> Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão [...] Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da "inferioridade" que lhe seriam peculiares. Tudo isso acrescido pelo problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem de enfrentar. Antes de ir para o trabalho, tem que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimentação para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas dos filhos mais velhos com os cuidados dos mais novos (as meninas, de um modo geral, encarregam-se da casa e do cuidado dos irmãos mais novos) [...] (GONZALEZ, 2020, p. 58)

Para a autora, não há como desconsiderar o sucesso do mito da democracia racial em qualquer situação que envolve raça no país, pois para cada pessoa racializada que se vê encurralada pelo sistema capitalista a enfrentar tais realidades laborais como a prostituição, o crime ou a violência, há toda uma estrutura discriminatória alimentada pela branquitude que convence a sociedade que tais caminhos foram escolhidos por ser "natural dessa gente", ou como Lélia nos traz: "branco correndo é atleta, negro correndo é ladrão; O preto, quando não suja na entrada, suja na saída" (GONZALEZ, 20209, p. 76).

Com isso, gostaria de chegar a um ponto que venho trabalhando desde o início: quando eu busco, assim como muitos dos pensadores e pensadoras trazidos aqui, trabalhar a influência e efeito da branquitude nas construções sociais e afetivas da população negra brasileira, eu penso que é necessário enxergar a ideia de "branquitude" como representação direta do colonialismo e do Estado brasileiro, pois sem ocupar esse espaço de poder nenhuma dessas afetações teriam eficácia o bastante para criação, manutenção e perpetuação de estereótipos capazes de marginalizar e explorar mulheres negras durante toda a história**.** Por isso, entendemos que a questão de exploração baseada em gênero e ainda mais em intersecção com o fator racial são assuntos de uma luta anticapitalista, bem como antirracista. Conceição infelizmente viveu esse tipo de afetação de forma muito marcante e que junto de outros traumas, acabou consolidando uma violência ainda maior para uma criança negra:

CN – [...] eai eu acho que quando eu tinha 6 anos minha mãe me buscou e eu vim morar aqui no DF, eai eu acho que vem uma experiência de tipo... de chegar aqui de não ter um contexto de rede de apoio entendeu? Não tinha amiguinho não tinha nada... e a minha mãe trabalhava na casa de uma senhora e morava no quartinho de empregada, e eu morava nesse quartinho de empregada com ela la na Asa Sul. Então a gente dividia uma beliche que a gente dormia ali, eai eu estudava numa escolinha ali perto eai ela me levava lá e eu voltava [...] eu acho que assim, sempre fui uma criança bem sensível [risos] então tipo assim, minha mãe me deixava na escola, se ela atrasava de me buscar cinco minutos eu já voltava chorando desesperadamente achando que ela tinha me esquecido, que não ia vir me buscar, eai eu ficava sozinha lá naquele apartamento que essa senhora morava e às vezes ela saía pra ir no mercado e eu ficava chorando achando que ela tinha sumido, ou o que tinha acontecido... tipo assim, é... eu era fragilizada emocionalmente por conta desse contexto[68] assim. Eai ali eu tinha muito, os contatos que eu tive eram todos de pessoas brancas né? E assim todos nessa posição hierárquica, de tipo assim, serem os patrões, aí era a neta dessa mulher que era minha amiguinha, entendeu?

MRV – Entendi...

CN – Então eram relações que, é... eu acho que aconteciam pela circunstância, entendeu? Tipo assim, eu tava ali, a outra criança tava ali e a gente acabava brincando, interagindo... mas não sinto que essas relações tinham algum afeto envolvido, entendeu? É... eai eu não sei assim... me sentia meio solitária eu acho, nesse período [...] aí assim eu tenho algumas lembranças de escola eai estudando ali na Asa Sul, na escola pública, mas ali na Asa Sul. Os ambientes eram sempre muito embranquecidos, então eu não conhecia outras crianças negras, entendeu? Eai ao mesmo tempo quando eu voltava pra família, tinha uma resistência das minhas primas e tal porque eu era "metida", era "não sei o que", aí eu lembro que minhas tias falavam assim: "porque a Conceição tá convivendo demais com aquele povo rico!", sabe assim?

MRV – Aham [risos]

CN – Aí não sei, era uma coisa de assim, não ser aceita lá no ambiente de rico e nem no ambiente de origem... – Conceição em entrevista de 16/03/2022

Fanon (2008) nos traz muito essa questão sobre a convivência com a branquitude fazer com que não sejamos mais reconhecidos em nosso local de origem e muito menos

[68] Contexto de abandono parental na primeira infância.

reconhecido como pertencente ao mesmo local que os brancos (FANON, 2008). Quando a gente observa que isso é uma realidade tanto dentro da família como na socialização de forma geral, algumas coisas tendem a virar e a noção de ter se perdido é uma delas. Uma das coisas que acontece enquanto comunidade é essa visão de que habitar ou conviver com pessoas brancas necessariamente vai nos afastar de nossa negritude, gerando esse sentimento que a família de Conceição teve, de que ela já não era tão igual a eles assim. Esse determinismo é muito perigoso por se apropriar de algo que de fato é real, que é essa invasão que a branquitude tem no nosso imaginário cultural como pessoas, comunidade e nação, entretanto não é o bastante para uma afirmação do tipo, se embranquecer é um processo que passa pelo ódio à própria raça e à sua origem e o mero contato com o "outro" não é capaz disso.

Ainda assim, essa experiência de solidão e, como ela mesma me diz, de se sentir "apartada" quando habitou o Plano Piloto é uma que faz parte da estratégia da elite. Esse sentimento é justamente uma consequência de pertencer a algum lugar, que naquele momento era definido pelo trabalho de sua mãe como doméstica de famílias brancas, o que muito cedo já buscava definir para ela que esse era o local que ela ocupa e aprisioná-la ali, da mesma forma que aconteceu com Ângela quando sua professora lhe disse que se não estudasse, seu destino era trabalhar como "moça da limpeza", pois era esse lugar que lhe era reservado, o que já previa Gonzalez:

> É então que vamos perceber que nesse período, que vem de 1888 para cá, as grandes promessas da campanha abolicionista não se realizaram; aquelas promessas de que o negro pode ser doutor, que pode ser isto e aquilo, que pode pretender uma ascensão social, nada disso aconteceu. Porque, efetivamente, vamos verificar os mecanismos jurídicos criados pela República positivista brasileira, no sentido de manutenção do negro na condição de trabalhador não qualificado e alijado do centro da produção econômica. Não é por acaso que essa população acabou por ser atirada na periferia do sistema de produção que se instalou no país, um modo de produção capitalista, e a população negra, o conjunto dos trabalhadores negros, vai constituir uma espécie de exército de reserva ou até mesmo a população marginal crescente, que só tem acesso em termos de trabalho à periferia do sistema, ou seja: aos setores satelitizados da economia brasileira (GONZALEZ, 2019, p. 248)

É interessante que faça uma declaração aqui como forma de deixar claro algumas das questões trabalhadas nesse momento. Quando tanto eu, quanto Gonzalez, Nascimento e outras/os chamamos atenção para essa questão de que o negro enquanto povo foi colocado no lixo e em termos do sistema capitalista, marginalizado de forma a seguir somente servindo à elite, não significa que os trabalhos que estão presentes nesse escopo não sejam dignos ou qualquer coisa do tipo, mas sim que existe uma grande diferença

entre qualquer pessoa estar a mercê de ocupar esse lugar e a realidade brasileira onde quem ocupa esse lugar são, majoritariamente, pessoas racializadas. Fora a relação que existe nessa ocupação para com o período colonial, como apontado acima. O problema não é o tipo de trabalho, mas sim que ele fora destinado para ser um local de aprisionamento para uma população específica, de forma a ser mais um mecanismo de manutenção das hierarquias sociais através da luta de classes.

Tal como Jorge, Conceição começa a perceber momentos de violência e diferença social ainda nova, quando morando com sua mãe no centro da cidade por causa de sua ocupação como doméstica de uma família branca, entende que ela e a filha da patroa de sua mãe não ocupam o mesmo local e nem sequer conseguem compartilhar experiências. Essa acaba por ser uma realidade um tanto cruel, principalmente para crianças negras que são de origem periférica, mas por motivos de trabalho dos pais ou da escola, acabam por frequentar o Plano Piloto com frequência e dar de cara com essa fronteira racial que vai causar uma cisão em quem é visto como "pertencente" daquele espaço e quem não é.

Esse tipo de contato é um que, constantemente, é relatado por nós como traumatizante. Me lembro de crescer até meus oito anos de idade em uma quadra residencial do Plano Piloto na casa que era da minha avó materna, em frente à nossa casa tinha uma quadra pública de futebol de salão que de tarde era ponto de encontro entre estudantes de uma escola da rede pública muito conhecida na região, o Elefante Branco. Foram inúmeras vezes, incontáveis vezes, que desde que me entendo por gente vejo essa quadra ser alvo de ação policial revistando, ameaçando e violentando jovens negros e negras que por ali ficavam depois de sua aula, afinal, eram sinal de alguma ameaça àquele "bairro nobre". Muitas das vezes que isso ocorreu, eram denúncias vazias dos próprios moradores dali. Como tratado em matéria do Correio Braziliense em 18/04/2023 "A cada 48 horas, três pessoas sofreram racismo ou injúria racial no DF em 2023", sendo que: "O Plano Piloto concentra 103 das ocorrências, seguido por Taguatinga (69) e Ceilândia (68)"[69].

É essa realidade que nos faz repetir diversas vezes o quanto a capital é segregada e quanto o racismo ambiental se faz presente nessas interações, o corpo negro não pode, em paz e harmonia, habitar sequer os bairros mais periféricos sem sofrer com violências,

[69] Link com as estatísticas está presente nas referências.

imagina nos bairros mais nobres? A verdade é que quando trato de gênero, estou tratando dentro de seu recorte racial principalmente voltado para as mulheres negras, porém jamais me permitindo esquecer a forma violenta e genocida que as opressões presentes nessas múltiplas realidades étnicas e de sexualidade. Digo isso porque, como bem trabalhado por todas essas autoras acima citadas, majoritariamente em nosso país quem está sujeito a ser mantido em uma situação de marginalização constante há séculos, são os povos racializados. Isso nos prende a uma posição social em que raras vezes é realmente possível garantir qualquer tipo de emancipação real de nosso povo, então é muito difícil acreditar que "quando um vence, todos vencem" quando a realidade é essa. Esse lema também é amplamente compartilhado pelo feminismo liberal e branco, apesar de que como já tratado aqui e também tratado muito bem por Rafia Zakaria (2021) e também Gonzalez, que nos propõe um feminismo afro-latino-americano:

> Para finalizar, gostaríamos de chamar atenção para a maneira como a mulher negra é praticamente excluída dos textos e do discurso do movimento feminino em nosso país. A maioria dos textos, apesar de tratarem das relações de dominação sexual, social e econômica a que a mulher está submetida, assim como da situação das mulheres das camadas mais pobres etc. etc., não atentam para o fato da opressão racial. As categorias utilizadas são exatamente aquelas que neutralizam o problema da discriminação racial e, consequentemente, o do confinamento a que a comunidade negra está reduzida. [...] Em recente encontro feminista realizado no Rio de Janeiro, que nossa participação causou reações contraditórias. [...] mas no momento em que começamos a falar do racismo e suas práticas em termos de mulher negra, já não houve mais unanimidade. Nossa fala foi acusada de emocional por umas e até mesmo de revanchista por outras; todavia, as representantes de regiões mais pobres nos entenderam perfeitamente (eram mestiças em sua maioria). Toda a celeuma causada por nosso posicionamento significou, para nós, a caracterização de um duplo sintoma: de um lado, o atraso político (principalmente dos grupos que se consideravam mais progressistas), e do outro a grande necessidade de denegar o racismo para ocultar uma outra questão: a exploração da mulher negra pela mulher branca (GONZALEZ, 2019, p. 60-61)

Logo, é difícil viver esse lema quando a realidade é de que mulheres brancas exploram pessoas racializadas desde os tempos coloniais até hoje e quando não se trata delas, se trata de um masculinismo onde o afeto é reservado para aquelas que não foram desumanizadas por sua raça.

4.1.1 – sexualização e exploração: os responsáveis invisíveis da opressão

Gostaria de iniciar esse tópico com uma citação de Gonzalez que aborda perfeitamente a esfera da exploração econômico-sexual da mulher negra inclusive com participação ativa de mulheres brancas e da branquitude como um todo, que apesar de ser de décadas passadas, continua sendo muito presente até hoje em dia:

> A exploração da mulher negra enquanto objeto sexual é algo que está muito além do que pensam ou dizem os movimentos feministas brasileiros, geralmente liderados por mulheres da classe média branca. Por exemplo, ainda existem "senhoras" que procuram contratar jovens negras belas para trabalharem em suas casas como domésticas; mas o objetivo principal é que seus jovens filhos possam "se iniciar" sexualmente com elas. (Desnecessário dizer que o salário de uma doméstica é extremamente baixo.) Com isso temos um exemplo a mais da superexploração econômico-sexual de que falamos acima, além da reprodução/perpetuação de um dos mitos divulgados a partir de Freyre: o da sensualidade especial da mulher negra (GONZALEZ, 2019, p. 60)

É interessante a forma que Gilberto Freyre é citado por Gonzalez no trecho anterior pelo fato de que sua tese sobre a democracia racial tem sido utilizada há décadas para nos convencer de um caráter "natural" da miscigenação em tempos coloniais e negar que seu início se deu através de literais estupros de mulheres negras e indígenas. A imagem de um país "unido" pela miscigenação está inteiramente atrelada à essas violências cometidas com o plano de fundo de que estava tudo bem, afinal, não eram humanas, eram selvagens, animais a serem civilizadas e postas em seu local de inferioridade perante a dominância de um homem branco europeu.

Durante esses últimos anos, o roteirista e ilustrador Leandro Assis e a roteirista Triscila Oliveira (2020) criaram juntos o quadrinho "Os Santos" que reflete a realidade de uma família negra do Rio de Janeiro que vive na periferia da cidade e muitas das mulheres da família são domésticas na casa de uma família branca da elite carioca há gerações, em alguns dos quadrinhos, essa realidade é retratada com maestria e aqui exibo uma das páginas como exemplo:

[70]

Fig. 16 – página do quadrinho criado por Leandro Assis e Triscila Oliveira, ilustrando a realidade de muitas das domésticas negras no país

No capítulo passado, discutimos sobre como, apesar de historicamente serem os que inseriram essa realidade de violência, agressividade, misoginia e até mesmo corrupção nos estados coloniais, o homem branco cis continua por ser aquele atrelado à algum tipo de civilidade e humanidade, enquanto o homem negro continua a ser não só tratado como uma ameaça ambulante. Apesar de gênero ser sim um fator definidor nas relações de poder, raça o é tão quanto e também dita relações de poder entre mulheres brancas e homens racializados (assim como a sexualidade e a classe), e então reconhecemos que isso também vai se fazer presente no caso de mulheres brancas e

[70] Origem da obra nas referências.

mulheres racializadas, como apontado por Gonzalez, Nascimento, Gomes, Zakaria e diversas outras que se debruçaram e se debruçam sobre esse tema há anos.

> Certamente o futuro que aguarda aqueles que sobrevivem será, para os jovens negros, a revolta diante da falta de oportunidades que uma sociedade racista procura reforçar segundo os mais variados estereótipos ("negro é burro, incapaz intelectualmente, preguiçoso, irresponsável, cachaceiro" etc. etc.). Para as jovens negras, o trabalho doméstico nas casas de família da classe média e da burguesia, ou então a prostituição aberta e a mais sofisticada dos dias atuais: a profissão de mulata (GONZALEZ, 2019, p. 47)

Cabe então entendermos por onde se fundamenta essa experiência de sexualização e objetificação da mulher negra de modo que a categoria de raça nos permita entender como isso se faz diferente inclusive em números, quando vamos falar de dados sobre feminicídio, encarceramento e outras formas de violência ou *cerceamento* dessas vidas. Portanto, não há como discutir essas questões sem levar em conta como essas vivências também são capazes de roubar essas vidas de diversas formas, como bem apontado e vivido por Conceição:

MRV – [...] uma das coisas que você me falou é como na sua vida você, hoje em dia se encontra em um lugar que você tá se tocando que certas coisas estejam no seu alcance de vivência, sabe? Isso foi uma coisa que você me trouxe, que certas coisas você não imaginava que seriam possíveis de serem vividas por você e hoje, principalmente nessa questão trabalhista, você ta tendo a chance de sonhar mais com essas questões. Dentro dessa esfera assim no nosso ultimo encontro você falou bastante da questão social e trabalhista, mas tem algum outro campo que você via muito exclusivo como uma vivência da branquitude e hoje consegue se ver vivendo enquanto uma pessoa preta?

CN – [...] ah... eu acho que também em relação às vivencias e experiencias, até relacionamentos eu acho. Tipo assim, talvez até esse lugar assim... sei lá... da família feliz, sabe?

MRV – Aham

CN – de alguma forma eu via isso bem inacessível, como... não sei assim... talvez por causa das experiências, minha mãe tipo, ficou grávida com 18 anos, teve que me criar soz-tipo assim, sempre são experiências-tipo assim o referencial eram de experiências de muita dor nesse sentido, entendeu? Então os caminhos que se mostravam ali pra mim, eles tavam de alguma forma sempre com essa marcação, entendeu? Eaí eu acho que trazendo pra isso que você falou, de que outras coisas eu vejo como possíveis hoje, eu acho que... talvez essa possibilidade de quebrar esse padrão e viver para além desse contexto de só dor e sofrimento, tendeu? De também poder, sabe... ter uma família bonitinha e perfeita de comercial da margarina [risos] ou não também, tendeu? [...] tô querendo dizer assim, que *eu acho que essas vivências não precisam ficar marcadas pela dor*, tendeu?

MRV – Sim, sim!

CN – De se eu quiser... é... enfim, nunca me casar ficar sozinha e nãnãnã, de que isso não vai ser um processo doloroso, pode ser um processo muito legal! Ou se eu quiser, ter uma família e enfim, isso também não vai ser um processo de dor, sofrimento, privações e afins... acho que hoje eu consigo ver essas possibilidades de uma forma menos traumática. – Conceição em entrevista de 14/04/2022 (destaques meus)

A partir dessas falas, devemos discutir cada vez mais sobre como, quando a comunidade racializada se refere à uma branquitude no poder, essa abrange tudo e todos

que se beneficiam ou se beneficiaram de um sistema de racialização que permite a existência desses tipos de interações e, como dito por Nascimento, custa a ser tratado como algo dentro da esfera racial. Por isso, voltamos a criticar a ideia de democracia racial, que é mais um mecanismo que abre portas para que essa discussão seja desviada desse ponto e seja tratada como algo exclusivamente de gênero, classe ou sexualidade, mas raramente de raça, afinal, somos uma nação orgulhosamente miscigenada e o sangue negro está em todos, não é? Se de fato é assim, porque essas mulheres e homens presentes aqui nesse trabalho tiveram e ainda têm tantas privações em relações às suas vivências de forma que a raça se faz presente em todas? Não é de hoje que esse mito vem sendo desbancado, mas é revoltante o tanto que ainda está em pauta para apagar a realidade essas violências. É impossível ouvir algo do tipo e não lembrar sobre o que Lélia Gonzalez nos diz do mesmo:

> A profissão de mulata é exercida por jovens negras que, num processo extremo de alienação imposto pelo sistema, submetem-se à exposição de seus corpos (com o mínimo de roupa possível), através do "rebolado", para o deleite do voyeurismo dos turistas e dos representantes da burguesia nacional. Sem se aperceberem, elas são manipuladas, não só como objetos sexuais mas como provas concretas da "democracia racial" brasileira; afinal, são tão bonitas e tão admiradas! Não se apercebem de que constituem uma nova interpretação do velho ditado racista "Preta pra cozinhar, mulata pra fornicar e branca pra casar" (GONZALEZ, 2019, p. 59)

A ideia de se entender um dos países que mais mata pessoas racializadas e LGBTQIAP+ no mundo como democrático de qualquer forma é de uma violência tremenda, inclusive cometido por diversos cientistas sociais ao longo dos anos, infelizmente. Desde muito cedo nos nossos encontros, Conceição me relata sobre a forte ligação que existe entre a arte criada por pessoas negras e sua formação enquanto mulher negra, os referenciais que algumas obras lhes deram e as portas que abriram inclusive para questões afetivas. Com Ângela não foi diferente, mas ela ainda vai a frente e questiona sobre o espaço das mulheres negras na cena artística do país, principalmente no que diz respeito sobre como os estereótipos irão recair de forma diferente sobre elas e também a própria cisão com a presença de homens negros na mesma cena.

Temos então, como analisado em diversas obras de Osmundo Pinho sobre as representações e construções de masculinidades na cena do *pagode baiano*, que muitas das músicas vão ter a presença de letras que envolvem a própria objetificação e sexualização dos homens da cena como um claro sinal de virilidade e poder, chamando atenção principalmente para a questão do "pau grande", para as performances sexuais

(PINHO, 2015) e até mesmo par a negritude como um sinal de vantagem sexual. Tal conteúdo nas letras, acaba por colocar o ritmo, seus cantores e dançarinos em mais um local de marginalização perante a recepção da branquitude na sociedade e, como Pinho nos traz, da polícia e do Estado.

Dentro de uma percepção do próprio rap e seus derivados, desde as obras que vão discutir a sociedade e trazer mensagens, até mesmo aqueles que são mais recreativos falando de vida sexual ou ostentação, teremos a presença de personagens masculinos como protagonistas de histórias que, dentro de sua face negra, costuma ser carregada de protestos, lutas e sentimentos como raiva, angústias e tristeza causadas pela situação de racismo no país. É possível admitirmos que quando esses personagens são homens negros (majoritariamente cis e heteronormativos até mesmo pela presença de LGBTfobia na cena), se "espera" posturas mais agressivas nas letras, na voz, nos clipes e no próprio modo de viver dos artistas, tanto é que não é difícil ouvintes se surpreenderem quando são lançadas as famosas *lovesongs*[71] ou então novas abordagens musicais que conversam com o espiritual e a ancestralidade, como se fosse uma surpresa que aqueles homens assumidamente raivosos e agressivos fossem capazes de amar e trasmitir essa sensibilidade[72].

Ainda dentro dessas obras, observamos a presença de mulheres nessas narrativas em declarações de amor, cartas de desculpa, exaltação de figuras históricas, mães, irmãs, tias, e avós, que foram presentes em suas jornadas artísticas e são costumeiramente relatadas como apoio emocional, como aquelas que assumiram todo o trabalho doméstico para que eles pudessem sonhar e até mesmo a exaltação e agradecimento pelo papel desempenhado como mães-solo, mas também há a representação como loucas, "putas" e sem noção por desconfiarem de seus comportamentos "tipicamente masculinos". Ao mesmo tempo, quando ouvimos sobre a citação de outros homens nessas letras costumam ser apresentados como um pai, ou outro homem mais velho que sobrecarregou sua mãe, avó, irmãos e irmãs com sua criação ou até mesmo que violentou alguém e também é descrito como o "vacilão", mas claro que também terá algumas presenças positivas de um parente ou amigo que o incentivou ou influenciou em sua obra (no caso, citando outros

[71] Músicas de amor.

[72] Aqui citamos novamente artistas como Baco Exu do Blues, Rico Dalasam, Emicida, BK, Djonga e alguns outros que têm a presença de músicas sobre amor, afetos e sofrimento emocional em suas discografias que também denunciam fortemente revoltas contra o racismo e, no caso de Rico Dalasam, da homofobia também.

artistas ou figuras históricas). Essa realidade das letras dessa cena em específico é interessante, pois uma vez que passa para o outro lado (das mulheres e pessoas LGBT) a narrativa nos permite criar até mesmo conexões entre essas vivências.

Agora de outro lado, quando Ângela me fala ficar apreensiva com mulheres na cena é por entender que o gênero se faz presente nesse espaço das mensagens e recai de uma forma muito pesada nas artistas e nas suas ouvintes. Quando falamos de mulheres, principalmente racializadas, nessa cena, temos o reforço do grande estereótipo de que são histéricas e por serem negras, também são raivosas e não sabem racionalizar suas vivências. Para além dessa questão, temos ainda a grande desvalorização de seus trabalhos por não ocuparem mais um local de produção corporal, mas sim vocal e carregada de ideias, lírica e produção que vão além da "venda do corpo". Comumente, mulher não vende e não se cria nessa cena, mesmo que tenham apoio de artistas homens. O trecho da rapper, compositora e produtora Drik Barbosa na música "*Mandume*" (2015) de Emicida já nos conta de forma bem objetiva sobre isso:

> Tanta ofensa, luta intensa nega a minha presença
> Chega! Sou voz das nega que integra resistência
> Truta rima a conduta, surta, escuta, vai vendo
> Tempo das mulher fruta, eu vim menina veneno
> Sistema é faia, gasta, arrasta Cláudia que não raia
> Basta de Globeleza, firmeza? Mó faia!
> Rima pesada basta, eu falo memo, igual Tim Maia
> Devasta esses otário, tipo calendário Maia
> Feminismo das preta bate forte, mó treta
> Tanto que hoje cês vão sair com medo de buceta
> Drik Barbosa, não se esqueça
> Se os outros é de tirar o chapéu, nóis é de arrancar cabeça[73] (EMICIDA, 2015)

Bom, se homens negros estão ali de forma a denunciar o genocídio e violência contra seus corpos e a presença do Estado e da branquitude nisso, o que mulheres negras estão fazendo ali? Estão fazendo o mesmo, afinal enfrentam essa mesma realidade, mas há um momento em que os personagens masculinos aparecem em suas narrativas e a chave vira de certa forma. A figura masculina quando aparece em suas letras, é

[73] Grifos meus.

constantemente relatada como o *vacilão*, aquele que não a respeitou, que a violentou, que não fez o bastante para que seu relacionamento desse certo, que independente de raça, agiu como dita o manual da masculinidade hegemônica. O maior exemplo dessa representação é a música "*Estilo Vagabundo parte 1*" (**2007**) do rapper, ator e produtor carioca MV Bill com participação de sua irmã, Kmila CDD:

> **(MV Bill)** Eu só quero saber porque você tá gritando
> Chamando atenção de quem passa, me envergonhando
> Mulher que não respeita, meu coração não aceita
> Eu tento te agradar e você sempre faz desfeita
> Pra ver se tu indireita, vou te deixar no sereno
> Agora vai ter que provar do seu próprio veneno
> Teu mundo é pequeno, pra tá dando show de graça
> Me xinga agora, depois não me abraça
> **(Kmila CDD)** Quem é você pra falar de respeito
> Se a responsa do bagulho fica toda no meu peito?
> Pra mim tu não tem jeito, você não me merece
> Me abandona e depois não quer que eu cobre (sem stress)
> Eu não consigo, você com a sua marrinha de bandido
> Arruma tempo pra tudo menos para ficar comigo
> Não ligo, sua hora vai chegar
> Depois que abandonar, não vem me procurar (eu não)
> Você não passa de um vacilão (quem?)
> Eu não sou palhaça de ninguém (nem eu)
> **(MV Bill)** Se for guerra, você perdeu
> Ta afim de acreditar nos outros, problema seu
> Suas amigas que ficam me queimando na sua mente
> Ficam cheia de foguinho quando você tá ausente (CDD; BILL, 2007)

A obra foca em uma conversa como se fosse um casal brigando onde a mulher havia descoberto uma traição e o homem estivesse querendo depositar a culpa desse fato ter ocorrido nela mesma, como se ele não fosse responsável pelas próprias ações e decisões e estivesse à mercê de um desejo incontrolável feminino. Ele, MV Bill, assume essa narrativa do vacilão enaltecendo seu "estilo vagabundo" como algo que sua parceira

amorosa deveria aceitar e entender que faz parte dele, buscando evitar se estressar com isso e não dar brecha para que isso ocorra. Kmila CDD, assume declaradamente a personagem da mulher que está farta dessa relação, entende as problemáticas do parceiro e o responsabiliza pelos seus erros, até que ao final da música ela assume uma postura ainda mais combativa e reconhece que tem outros mais interessantes por aí que irão trata-la como merece, negando então esse tratamento desumano e nocivo de seu agora, antigo parceiro:

> **(MV Bill)** Você que me vigia já me conheceu assim
> Não tá mais aguentando não vem pôr a culpa em mim
> (Como assim?)
> Dizendo que somente eu errei
> Amizade com piranha não dá certo eu te avisei
> Ficam de leva e traz (eu só quero paz)
> Então agora vai embora mete o pé e não me ligue mais
> Escândalo de mulher, eu já sei como é que é
> Fala xinga e chora e continua no meu pé
> Toda mina que você bota para me escoltar
> Tu vai embora o papo muda e ela fala que quer me dar
> **(Kmila CDD)** Vou te esculachar, seu traíra
> Não vem me difamar, me arrasar com mentira
> Tu tá muito confiante
> Me tratando tipo Amélia (que isso)
> Cansei de ser boba e me vestir tipo uma velha (ai...)
> Pode ter várias mas sou eu que te aturo
> Chega em casa estragado e quer dormir
> Eu tento, te procuro (ai não)
> Não me dá assistência e abre concorrência
> Sinceramente com você perdi a paciência
> (Vai se arrepender)
> É sem retorno, se quiser continuar
> Se prepare pra ser corno
> (Tá mostrando quem tu é)

Não, você que é zé mané

Sai do meu caminho, vai viver sozinho (já é) (CDD; BILL, 2007)

A história dessa "briga de casal" se alastra ainda por algumas músicas, sendo essa somente a parte um e chegando até ter, no momento, cinco partes. Conforme ela se desenvolve, novas narrativas vão sendo discutidas, mas o personagem de MV Bill, o homem, parece sempre estar nesse papel do erro, do vacilão e a de Kmila CDD a que sofre e lida com os erros de seu parceiro, mas que cobra um ajuste de sua postura e deixa bem claro pra ele que não merece ser tratada dessa forma e que isso são sim violências. É dessa cisão que eu falo, enquanto a raça se faz presente em ambas as narrativas, a violência de gênero se faz presente em obras de artistas mulheres e LGBT na figura de um pai, irmão, tio, ex-namorado ou somente um homem qualquer que foi capaz de violentá-las com base no fato de serem mulheres, afinal a maioria das obras dos homens da cena não tratam tanto da sua relação com outros homens e muito menos sobre qualquer vacilo emocional com os mesmos. Portanto, aqui eu pergunto novamente, o que nos falta para começarmos a tratar o problema das relações de poder pautadas em gênero de forma comunitária e entendermos de uma vez por toda que uma luta e uma música antirracista não fazem sentido sem uma postura ativa contra a misoginia e a homofobia?

Tendo em vista que essa cena musical não permite o triunfo de uma boa parte das mulheres que ingressam nela, voltamos nossos olhares para um outro ritmo majoritariamente negro com grande presença feminina e LGBT, o funk. Com diferenças significantes em relação ao rap/hip-hop e seus derivados, tanto o samba quanto o funk acabam por ser difundidos através de performances corporais que muitas vezes são vistas como apelativas, sexuais e até mesmo pornográficas, depositando em boa parte das mulheres que compõem a cena, uma responsabilidade sobre a sexualização de seus corpos. A partir dessa questão presente na cena, uma coisa que podemos já nos perguntar é: quem são as pessoas que têm a liberdade de cantar sobre liberdade sexual e encabeçar narrativas de empoderamento feminino e quem será alvo de críticas que envolvem o cerceamento dessas liberdades e até mesmo alvo direto de animalizações desumanizantes? A resposta não é objetiva, mas a citação de Lélia Gonzalez nos dá uma ideia bem norteadora desse debate. Essa pergunta se destrincha para várias outras: porque a *Globeleza* sempre foi negra? Porque a figura da "novinha" no funk costuma ser negra? O que justifica uma demonização do funk enquanto dança nas periferias, mas lota

academias de dança em bairros nobres? E a resposta gira em volta das mesmas coisas: a racialização e o mito da democracia racial, como já nos trouxe Gonzalez.

> É durante os desfiles das escolas de samba que a mulata, em seu esplendor máximo, perde o anonimato e se transforma em uma Cinderela: adorada, desejada e devorada por aqueles que foram até lá justamente para cobiçá-la. Sabendo que amanhã sua fotografia estará nas páginas de todos os jornais e revistas internacionais, elogiada e admirada pelo mundo inteiro, ela segue magicamente, mais e mais brilhante naquele espetáculo luminoso.
>
> Como acontece com todos os mitos, o da democracia racial oculta mais do que revela, especialmente no que diz respeito à violência simbólica contra as mulheres afro-brasileiras. Segundo Sahlins, é devido à conexão com o sistema simbólico que o lugar da mulher negra em nossa sociedade como um lugar de inferioridade e pobreza é codificado em uma perspectiva étnica e racial. Essa mesma lógica simbólica determina a inclusão da mulata na categoria de objeto sexual (GONZALEZ, 2019, p. 165).

Ao desenvolver melhor essa discussão e a proposta do tópico passado, acho que devemos entender a diferença de duas situações que afetam tanto mulheres quanto pessoas LGBT racializadas: os estereótipos sobre a raça e gênero são criados a partir de uma experiência real que justifica o local que essas pessoas são colocadas *ou* há uma internalização dessas construções no imaginário cultural que afeta a população alvo de modo que tudo que fizer, será encaixado nesses estereótipos? Esse caso é fundamental para entendermos que, não é a característica corporal do funk, as roupas curtas, os decotes ou a atitude "ousada" quando se trata da sexualidade que irão caracterizar essas pessoas como promíscuas, pervertidas e aproximá-las inclusive do trabalho sexual e das violências sexuais, mas sim a noção pré-concebida de que mulheres negras cis ou trans só podem ocupar esse lugar na sociedade e por isso são responsáveis pelo seu próprio sofrimento, uma vez que não se comportam como definido pela branquitude como sendo o ideal.

O pesquisador e Mestre em Música pela UNESP, Thiago Barbosa Alves de Souza, ou como é conhecido nas redes sociais, Thiagson, fez do funk sua principal pesquisa e em diversas entrevistas nos revela cada vez mais análises que mostram justamente sobre como até a história do gênero passou por um embranquecimento, mas mesmo assim não foi o bastante para que o preconceito acabasse. Em seu mestrado "*Canal do Thiagson: olhar de artemídia musical sobre o funk e a musicologia como entretenimento*" (2019), ele nos aponta sobre várias comparações musicais entre a música considera clássica/erudita e como os estudos sobre música não costumam se voltar para o funk, nessa análise ele inclusive chega a trazer que muito da preocupação da branquitude é que o conteúdo das músicas é o funk e a putaria, mas que não se preocupam com a música

que foi produzida junto de regimes fascistas como o nazismo (BARBOSA, 2019, p. 35). Para além dessa questão, Thiagson nos mostra como esse discurso elitista e racista acaba por ser reforço de um darwinismo social, considerando que a cultura branca europeia da música erudita é mais evoluída do que uma cultura que surgiu da negritude e da periferia, deixam bem claro através dessas críticas a verdadeira intenção de manutenção de um imaginário cultural racista: "Ainda hoje circulam discursos que associam a música clássica a uma elevação moral e intelectual. Exemplo claro é o discurso salvacionista do maestro João Carlos Martins: "não vá para o crime, criança carente, venha tocar violino em minha orquestra" (BARBOSA, 2019, p. 36).

Há quem diga que o funk é responsável por "legalizar a putaria no Brasil", ou de forma mais formal, o funk seria responsável por *sujar*, arruinar, erotizar a música brasileira, nem chegando a ser considerado uma música popular por muitos. O paralelo do funk com o samba não é novo e nem um pouco surpreendente, afinal são ritmos aperfeiçoados e popularizados através da comunidade negra e pela periferia, atingindo espaço global e sendo consumido em todas as regiões do país, sendo até muitas vezes adaptado junto de ritmos tradicionais das localidades, surgindo *bregafunk*, *funknejo*, pagodão baiano e outras modalidades. De frente com essa percepção sobre aquilo que é criado pela negritude e performado por nós enquanto arte, vivências e atitudes que irão ser colocadas como vulgares, sujas e animalescas, vemos o quanto essas ocasiões são utilizadas de justificativa para a forma como tratam as mulheres, considerando-as mulheres promíscuas e achando que essa corporeidade presente no samba, funk ou somente mesmo nas ruas é algo que as responsabiliza pelas violências que irão enfrentar.

A branquitude se faz presente principalmente quando se constrói e solidifica um "modelo" ideal que tanto homens quanto mulheres devem seguir e que é inteiramente baseado em valores civilizatórios do colonialismo e, como trouxe Thiagson, do que é purista e respeitável. Logo, mulheres que não se comportem dentro dessa esfera estão automaticamente justificando e sendo responsáveis pelos assédios, estupros e violências que lhes acham. Agora, como já dito, esses valores são baseados em uma noção evolutiva da civilização e por assim dizer numa branquitude (de preferência cristã e rica), então o que necessariamente irá se mostrar como o cerne dessa discussão não é o funk, o samba ou qualquer outro ritmo, é a negritude de seus corpos que os afirma como públicos, serviçais e não-humanas. Isso acaba por se mostrar de forma muito clara nas ações de movimentos feministas e em relatórios que exemplificam por a+b que não é uma roupa,

uma atitude ou uma fala, mas sim a hierarquização de gênero que permite a manutenção de uma superioridade masculina que manifesta como parte de seu direito violentar e tomar pra si quem ou o que ele deseja. Nada previsto nessa "cartilha de bons costumes" da branquitude e do masculino irá repudiar essas ações, mas irão reforçar um pacto de mútua defesa de seus interesses e assim nascem aqueles que odeiam o "politicamente correto e a turma da lacração" e que também afirmam que os homens têm que recuperar o espaço que o feminismo tirou deles.

Reforço mais uma vez e quantas forem necessárias: o fato de existir algumas especificidades na intersecção de gênero, raça e classe para vivência e análise das relações de poder e opressão no país, isso não significa que coisas do tipo não se passarão com mulheres não-racializadas, somente é uma questão comprovada que raça se faz presente como um fator definidor no país e que, há uma estrutura que corrobora até mesmo com a exploração de mulheres brancas para com mulheres negras, ou seja, é necessário levar em conta que o Brasil é um país construído em cima da exploração de povos *racializados* e isso dita as hierarquizações na sociedade brasileira até hoje. Logo, devemos sempre lembrar que, o racismo sendo um fenômeno que surge de uma biologização, gênero e sexualidade podem não se revelar dentro de seu binarismo, mas a raça não é algo que se possa esconder da violência que atrai.

Volto então para, nesse momento, discutir sobre o sentimento que existe nas mulheres negras que participaram dessa pesquisa sobre o que a sexualização que elas passam gera e inclusive sobre o que a branquitude enquanto classe tem a ver com isso.

AG – Foi muito duro e tipo assim, vários traumas até me libertar disso, né (ela fala da influência de referenciais brancos)? De tipo é... de me envolver com caras brancos e minas brancas, que eu sou bissexual, né? e tem todo esse rolê da sexualização eai até eu conseguir me libertar disso pra tipo: okay, não vou me relacionar com mais ninguém branco porque isso está só fudendo com a minha cabeça foram traumas

MRV – realmente isso é cabuloso... quando você fala da sexualização assim, você fala dela numa questão geral de pessoas negras sendo sexualizadas por pessoas brancas? É nesse sentido que você traz isso?

AG – Sim porque eu tive muitas experiências dos dois lados e – é muito louco porque eu sempre me entendi bissexual só que eu não sabia o que era isso e depois que eu descobri, fiquei: okay não posso ser isso, porque todo mundo fala que é errado. E depois de ter experiências com homens brancos, fiquei: okay, não quero mais saber de homens, vou para mulheres, mas ainda com esse B.O[74] branco. E também foi esse rolê de ser sexualizada, de "deixa eu experimentar isso aqui... não é o que eu quero expor". Eu sempre me vi nesse lugar de "okay a gente ficar" porque eu era muito bonita e tava de trança, tava numa época que estudava no Plano (Piloto) e comia muito mal, péssimos hábitos, então eu tava muito magra, o ideal de beleza. Só que não o

[74] B.O – seria a abreviação de "boletim de ocorrência" para indicar um erro, ou problema.

de beleza exposta, o de “deixa eu pegar aqui escondido”, e na questão das mulheres foi ainda pior porque a gente **meio que já espera de homem, homens sendo homens**, mas quando vem de uma mulher que você espera ser mais desconstruída e tal..., mas não teve, ***acho que a branquitude fala mais alto***. – Ângela em entrevista de 23/03/2022 (destaques meus)

O que me chama atenção nesses relatos é esse caráter e poder de isolamento que essas noções masculinistas e racistas têm sobre a vida dessas mulheres, no sentido de que serem amadas de forma humana parece algo impossível de ser vivido e o entendimento e atribuição ao racismo e à racialização de, assim como na experiência de Jorge, ***roubar a vontade de se relacionar***, seja por medo, trauma ou cansaço. Viver encarando a fronteira de raça em uma sociedade como a brasileira não só é desanimador e nos esgota, como não ver a percepção de melhora em vida nos afunda ainda mais em uma perspectiva de que a vida é isso, como nos trouxe Conceição: sofrer.

4.2 – vivendo nas trincheiras: os afetos (ou o abandono deles)

Eu me lembro que lá em 2017 quando comecei a vislumbrar a possibilidade de trazer esse tema para dentro de uma pesquisa acadêmica, cheguei a conversar com uma amiga (mulher cis negra e heterossexual) o que ela achava dessa ideia e de participar da futura pesquisa. Prontamente ela me respondeu que havia se interessado pelo assunto, mas que não via como podia participar sendo que nunca tinha namorado e não poderia falar muito sobre esse campo de afetos. Sem perceber no momento, ela tinha acabado de me dar um dado de pesquisa que viria a influenciar algumas das perguntas feitas em minhas entrevistas neste trabalho de campo atual e instantaneamente lembrei das aulas de metodologia em que a docente nos disse que “a ausência de um dado também é um dado”, ali ela me fez pensar sobre preterimento pela primeira vez.

Ao falar de mulheres e do campo de afetos, eu gostaria de não só elencar o que já trouxemos aqui sobre as questões de violência contra mulher, a forma que a raça se faz presente nessas situações e a própria construção da mulher negra como sujeito nesse cenário exposto aqui e muito bem exemplificada pela confluência das falas de minhas interlocutoras e os escritos de, principalmente Lélia Gonzalez, mas gostaria de iniciar essa discussão trazendo a questão de exploração nas relações que têm a presença de mulheres negras como uma ou ambas das partes.

Como já amplamente trabalhado por Zanello, o amor não é universal e as emoções também não o são (ZANELLO, 2018). Claro que poderíamos ir em um escopo muito maior e trabalhar a ideia de como é fácil identificar essa questão a partir das diferentes

culturas, sociedades e organizações sociais e de parentesco que temos ao redor do mundo. Entretanto, o que Zanello trabalha e eu trago aqui é que essa diferenciação ocorre nas esferas ainda "menores" e tanto gênero como raça e classe são categorias sociais que demonstram essa diferença, em termos culturais, sociais, históricos e psicológicos, nossas referências de amor e emoções são diferentes, mas constantemente sofrem com a necessidade de adequação diante de uma hegemonia que dita a forma de vivê-las e que também são regidas por uma elite.

A autora nos permite analisar um pouco melhor essa questão dos papéis de gênero e o que ela trabalha como sendo uma *"pedagogia afetiva"* (ZANELLO, 2018) que são justamente parte das ditas *tecnologias de gênero* (GAMA; ZANELLO, 2019, p. 163) usadas para manutenção desses ideais e que vão perdurar inclusive fora da lógica heteronormativa. Vemos a partir de seus trabalhos uma noção muito clara, que é o fato dessa pedagogia do afeto, quando se trata de gênero, limitar a vivência das mulheres a um *ponto de vista servil*, onde seu papel não só é amar e garantir todos os desejos desses homens (pois não se limita a um parceiro amoroso, vale para qualquer tipo de relacionamento) de forma que negá-los ou falhar em entregar qualquer um desses é "dar motivo" para que seja abandonada, ou seja, é um erro delas que precisariam se provar e se justificar a todo o momento porque deveriam ser as escolhidas (GAMA; ZANELLO, 2019).

Essa ideia trazida por Mariah Sá Barreto Gama e Zanello sobre o abandono de mulheres dentro de relacionamento e a culpabilização delas mesmas por não terem "servido bem seus pares" é algo que impacta muito principalmente quando olhamos pro fato de que: "não existe um referencial em números sobre o abandono. Mas, segundo os dados mundiais, as mulheres com câncer de mama têm 20% mais chance de se separar do que aquelas que não têm o diagnóstico dessa doença" como dito por Annamaria Massahud para o portal Mídia Ninja em 28/04/2023. De acordo com a matéria, não só há um problema sobre essa questão do "feminino" estar ligado ao cuidado (em oposição a um socialmente aceitável desleixo do masculino), como também há a questão sobre o tratamento desse tipo de câncer resultar muitas vezes na remoção de uma das mamas, fazendo com que se "perca" um símbolo de feminilidade que removeria junto algo responsável pela objetificação e desejo sexual de seus parceiros.

É assombrosa essa realidade, de fato, e o que ela nos diz sobre esse panorama cultural sobre os afetos que temos no país é que não só as mulheres (de modo geral)

passam por essa socialização focada em servir e no cuidado (ZANELLO, 2018), como também temos uma socialização masculina que constantemente reforça esse local de busca pelo cuidado e pela dependência de uma mulher que nos sirva tanto no dia a dia como sexualmente, o que acarreta também em uma ideia de que a masculinidade não só deve ser vista desse local de alguém que é servido, como também alguém que se vê pagando por esse serviço, ou seja, a ideia de que é um papel masculino a manutenção econômica do lar e do relacionamento (GROSSI, 2004). Podem se mudar as sociedades e os momentos históricos, mas o fenômeno do *mapua*[75] observado por Bronislaw Malinowski e trabalhado posteriormente por Marcel Mauss em seu *Ensaio sobre a dádiva* ([1925] 2017) entre os trobriandeses permanece muito vivo (MAUSS, 2017, p. 238-239).

A experiência dos afetos, do amor e das intimidades não é possível de ser universalizada, mas a estrutura que as rege pode sim ser analisada de uma forma mais abrangente do que as experiências únicas e individuais de cada um. Já trazido aqui através de Gama e Zanello (2019), temos que nossa experiência e noção afetiva é construída através de referenciais de lógica heteronormativa e masculina, vai acabar sendo bombardeada de ideais que não só perpetuam as noções que ajudem na manutenção desse *status quo*, como também enriqueça cada vez mais o alcance de sua dominância. São esses motivos que levam então a pesquisadora a nos afirmar que a "prateleira do amor" é pensada quase que unicamente com a função de agradar homens cis, ou de outra forma: estamos imersos em uma estrutura que ainda insiste em reafirmar que uma mulher deve ser escolhida nessa prateleira para ser um caso de "sucesso", como um produto mesmo (ZANELLO, 2018). Essa lógica de *produto e prateleira* é divulgado pela própria autora como um reforço de que esse tipo de fenômeno está totalmente atrelado ao capitalismo, já que essa "escolha" vai gerar uma exploração doméstica, sexual, emocional, física e de várias outras formas para cima da "mulher da relação" (ZANELLO, 2018). Entretanto, como discutido aqui, acredito que essa prateleira do amor foi pensada quase que unicamente para a vivência branca, para pessoas racializadas e desumanizadas nós nem saímos do estoque.

Em 20/07/2022 foi noticiado no portal da Carta Capital uma reportagem de título "Procurador que defendeu 'obrigação sexual' no casamento é alvo de representações no MPF", a matéria nos mostra que um procurador de São Paulo teria defendido essa tese de

[75] Espécie de salário, ou contraprestação que um marido dá a esposa como pagamento por serviços prestados por ela, até mesmo o sexual (MAUSS, 2017, p. 238).

obrigação sexual por base de um “débito conjugal” que um casal tem entre si, citando inclusive passagens bíblicas para justificar sua fala (CAPITAL, 2022). Se prevê então um argumento em que, seguindo os papéis de gênero, o homem mantém a casa de forma *financeira e economicamente* cria um “saldo” em seu relacionamento que deve ser pago levando em conta tudo que teria sido feito para a mulher, desde compras do dia a dia até outros gastos. Tais questões, ainda mais com a realidade da disparidade salarial de gênero e raça no mercado do trabalho, vão culminar em um maior gasto do homem (em boa parte das situações) que ao mesmo tempo que parece ser um gasto “generoso”, ele se realiza através da premissa que de alguma forma aquilo será retribuído, é então que entra a obrigação da mulher de cuidar do lar e de não recusar o ato sexual quando ele é desejado pelo parceiro.

Esse é somente um breve apanhado das complexidades que envolvem a vivência de afeto de mulheres como um todo no país, por isso decidi trabalhar com Zanello, que analisa de forma extensa sobre esse assunto e seus desdobramentos nas noções que criamos de amor, das nossas linguagens de afeto e da forma que nos comportamos em nossas relações, até mesmo sobre as expectativas que criamos e as frustrações que vivemos. Entretanto, algo não tão presente nas análises da autora é a própria questão racial, coisa que desejo trazer aqui nesse momento para que possamos diferenciar por onde estamos andando nesse momento.

4.2.1 – o que sobra?

Já tratado anteriormente, temos um país em que mulheres brancas estiveram por um bom tempo – durante todo o momento escravocrata – em uma posição hierárquica maior para com o povo negro em sua totalidade, sim até os homens. Isso não significa que não ocorreram violências de gênero naquele período, mas sim que tanto no Brasil como nos Estados Unidos, mulheres brancas comandaram mercados de tráfico negreiro e até mesmo sessões de tortura contra pessoas escravizadas (CARULA, 2021). Essa participação ativa nesses processos de colonização e escravização ainda mantém sua influência até hoje, como trabalhado por Gonzalez (2020) e Bento (2020), há toda uma classe da branquitude que ainda performa seu local de *sinhá*.

Essa hierarquia nas relações interraciais onde ainda há um domínio exercido pela mulher branca se mostra bem real na própria arquitetura de Brasília, onde é comum que os bairros de pessoas mais ricas e da classe média tenham o famoso “quartinho de

empregada" e consideramos, como já mostrado anteriormente, que esses locais são majoritariamente habitados por pessoas brancas. O tal quartinho é um símbolo bem presentes e resistentes há anos como um tipo de "senzala moderna", designado para isolar quem serve a casa, muitas vezes com pouco espaço, sem janelas e não permitir qualquer conforto. Eliaidina Wagna Oliveira da Silva aborda bem essa questão quando nos diz que:

> [...] As sequelas escravagistas são, para a geração de agora, sentidas como se fossem o resultado de um passado bastante remoto e já superado. O discurso de superação é contraditório à realidade. Acrescenta-se a essa apatia, uma persistente cultura colonialista cujo maior simbolismo da interiorização hierárquica são os minúsculos quartos de empregada dos apartamentos das classes médias/altas. Para autora, o Brasil ainda se banha na servidão desde a escravização (OLIVEIRA DA SILVA, 2021, p. 741).

O que consolido aqui a partir de tudo que já foi trabalhado e ainda essas outras questões é que: para além da violência de gênero e os altos casos de feminicídio e afins, a mulher negra cis ou trans ainda está à mercê dos atravessamentos causados pelo racismo e isso nos traz um movimento extremamente delicado quando se trata das construções de afetos. Aqui trago mais uma vez a questão trabalhada por Fanon (2008) sobre a alienação psíquica e as formas que a vivência com referenciais da branquitude acabaram por invadir as noções de afeto dessas mulheres negras que aqui compartilham comigo suas histórias. Algo que foi me dito muito cedo por Ângela é a expectativa romântica de que um dia ela seria buscada e escolhida por um "cavalheiro em um cavalo branco" que a amaria para sempre ou pelo menos, até quando durasse. Esse tipo de expectativa se agrava quando ela assiste de camarote suas amigas/conhecidas brancas passarem por essa vivência, enquanto a ela havia uma negação desse espaço de escolhida, lhe restou a solidão ou a sexualização.

Dentro dessas vivências, Conceição chega a compartilhar que em suas relações como um todo, passou a entender o que era aquilo que ela queria dentro delas, o que fazia sentido para si enquanto mulher negra e que tipo de relação valia a pena sua manutenção, é quando ela entende o que chama de "cota de pessoas brancas" para sua vida. Diante de tantas violências, tantos processos solitários e até mesmo seu histórico de abandono paternal e as negações de afeto que cresceu tendo que lidar dentro de sua família e dos relacionamentos amorosos, ela passa a entender que uma boa parte desses acontecimentos estão ligados à branquitude e que a partir do momento em que deixou de procurar por uma passabilidade no mundo dos brancos para buscar referenciais próprias de sua negritude, que as coisas começaram a fazer mais sentido e a própria branquitude começou

a se afastar dela. Durante esse processo, Conceição deixa bem claro que essa "cota" e o consequente afastamento de pessoas brancas em sua vida foi um movimento que lhe fez bem, que a auxiliou a parar de buscar referenciais na vida de pessoas que não ocupavam o mesmo lugar que ela na sociedade e que inclusive espelhavam quem um dia foi patrão/patroa de sua mãe, levando-a se aproximar de um pertencimento não só em questão de comunidade, mas da própria realidade que a cerca, buscando se blindar até mesmo das expectativas que um atravessamento racial poderia lhe causar.

Portanto, há para as mulheres e para os homens negros tanto cis quanto trans um local determinado na sociedade: a inferioridade, ou pelo menos o ideal de que ocupam esse local. A verdade é que dentro da comunidade isso se manifesta de diversas formas diferentes, nós temos desde os esforços por *aquilombamentos* (prática inclusive praticada por Ângela e seus colegas) que buscam fortalecer nossa origem cultural, a emancipação dos nossos (em todos os sentidos possíveis) e o exercício para a desconstrução de uma ideia que exista algo de "maldito" em nossa raça, beleza e cultura. Porém, nem sempre isso é eficiente, tendo em vista que ideais eugenistas e incentivos pelo embranquecimento estão constantemente presentes na cultura brasileira e causa um sentimento de ódio a si mesmo que leva nossa população a crer que negar sua negritude e buscar o embranquecimento continuam sendo as únicas formas de *livrar* sua família de uma desumanidade, uma clara "alienação psíquica do negro" (FANON, 2008, p. 66) como diz Fanon. Ao mesmo tempo, Wade Nobles (2009) nos traz:

> Muitos psicólogos afrocentrados acreditam que o ataque histórico da supremacia branca resultou na distorção da personalidade africana' Akbar (1981), por exemplo, identifica quatro distorções ou desordens da personalidade relacionadas com uma sociedade tipificada pela opressão, pelo racismo e pela supremacia branca (ou emanadas dessa sociedade). A primeira é a desordem do "ego alienado", em que o indivíduo comporta-se de modo contrário à sua própria natureza e sobrevivência. Aprende a agir em contradição com seu bem-estar e em consequência se "aliena" em relação a si mesmo. Desagrada-lhe seu fenótipo natural e tudo aquilo que lhe recorde a aparência física de um africano? Quantos afro-brasileiros afirmam que a discriminação racial não existe ou que se existe, é por causa da classe ou da situação econômica? Quantos afrobrasileiros acreditam que não há racismo no Brasil ou que vale a boa aparência e esta é boa na medida em que não se aproxima da aparência africana? Será que o sistema de "branqueamento" criou afro-brasileiros alienados em relação a si mesmos? (NOBLES, 2009, p. 289)

Para Ângela não foi diferente. Ela relata que o espaço da Universidade foi muito importante para lhe abrir novas perspectivas sobre suas vivências e que mesmo tendo experiências um tanto diferente das que foram enfrentadas por Conceição, a conclusão da necessidade de se afastar de pessoas brancas e se aproximar de estudantes/as que também

estavam a ter vivências subalternas como ela, não só faria mais sentido como lhe fez bem. Ângela entende, e eu concordo com ela, que os problemas se tornaram outros, mas que ao se aproximar dessas outras pessoas também racializadas, as violências que poderiam vir dessa esfera diminuem drasticamente e isso torna as vivências muito mais leves, basicamente, é uma preocupação a menos.

Essa questão das preocupações, para Ângela, é algo que se faz muito importante, ela entende essas agressões de gênero e raça como ceifadores da vida mesmo, é o tipo de coisa que *rouba vivências e impõe fronteiras* até onde é seguro viver para pessoas como ela. São vários os cenários que configuram o perigo para a mulher negra nas ruas, quando se trata de sua negritude, até diante de outras mulheres ela pode correr o risco de ser observada como algum tipo de ameaça e isso é o tipo de coisa que a deixou receosa por muito tempo em assumir sua negritude com o orgulho que gostaria. Sendo assim, Ângela é uma que deixa muito claro para nós: o agir da branquitude é responsável pela idealização de uma vida e um amor e nunca permitir que ele lhe pertencesse. Ao mesmo tempo, Conceição nos diz que:

CN - Acho que assim, a partir do momento que de alguma forma eu me dei conta é... de todas essas estruturas assim de negação de afeto, de... negação da beleza, de negação assim... sabe? De todos esses aspectos que vinham pra me colocar nesse lugar, entendeu? Não sei eu acho que isso causou muita dor eai nesse lugar da dor eu vivi um processo meio de autopiedade sabe, assim? Que gera raiva, não sei o que e nãnãnã e de "nossa estou sofrendo tudo isso", sabe? [...] mas acho que à medida que você tem consciência, você sai desse lugar da dor e de ser uma vítima nesse processo pra entender também quais são suas possibilidades de ação dentro disso e até mesmo como você se coloca dentro dessa situação e não sei... acho que o processo terapêutico me ajudou muito nesse sentido porque eu sempre sofri muito com rejeição, era uma coisa que me, tipo assim, me atropelava, sabe? Aquilo doía de um jeito que eu ficava tipo [simula gestos de angústia] era muito pesado pra mim lidar com a rejeição, principalmente a rejeição nos relacionamentos afetivos-sexuais, né? Eai eu não sei assim, acho que aos poucos teve uma percepção que foi mudando aos poucos, sabe? [...] comecei a pensar que eu também queria fazer minhas escolhas [...] tipo assim, eu não iria aceitar também me relacionar com uma pessoa só pra me relacionar, não ia aceitar também me relacionar com uma pessoa que me tratasse mal, que me batesse sei lá, abusiva, porque várias pessoas estavam casadas e vivendo contextos assim, então foram as escolhas que eu fiz. Sei lá, poderia estar casada? Poderia, mas sei lá com um cara escroto que fizesse coisas horríveis que não era isso que eu queria, entendeu? [...] Mas sobre essa coisa da rejeição, eu acho que *o ambiente muda tudo*, porque nesse lugar de transição do "afroemo" como diz você para outros ambientes, eu fui conseguindo perceber que talvez a... o nível de rejeição fosse maior ou menor a depender do lugar que eu estava circulando, porque nos ambientes lá do rock, sei lá, o nível era muito alto de rejeição e nos ambientes de sei lá, hip-hop era menor, no de pagode era menor ainda, samba era menor, entendeu? [...] mas dependendo de onde você tá, você pode ser vista como uma possibilidade maior (de se relacionar) ou não com as pessoas que circulam ali, essa foi uma viradinha de chave também – Conceição em entrevista do dia 14/04/2022

Nesse tópico e caminhando para o final dessa argumentação, trago que um ponto que apareceu na pesquisa inteira tanto com meus interlocutores como na leitura de outras obras e análises de obras artísticas foi justamente de que infelizmente não há muito para

onde correr, nossos afetos, nossas construções de emoções estão tão atravessadas pelas noções hegemônicas culminadas pela branquitude que estamos o tempo todo duvidando até de nós mesmos enquanto pessoas elegíveis e merecedoras de um afeto saudável e respeitoso. O mundo "externo", quando se trata de pessoas racializadas, mulheres, pessoas LGBTQIAP+ e qualquer outra em vivência subalterna influencia direto nossas noções internas de quem somos, como somos e o que sentimos, nesse sentido Ângela nos diz:

MRV – Se o mundo externo pudesse não influenciar tanto assim nas suas decisões [falando de questões de raça, gênero e sexualidade que ela enfrenta diariamente], nas suas vivências que tipo de coisa você sente que se sentiria livre pra fazer?

AG - na minha cabeça só passou: falar alto e não me preocupar em chamar atenção, e falar o que eu penso

MRV – às vezes é até difícil a gente negar alguns tipos de afeto né? porque às vezes a gente nunca recebeu direito esse afeto e acaba caindo nessas armadilhas [de pessoas que objetificam nossos corpos] porque tem alguém ali disposto a beijar a gente, enfim, essas coisas todas né...

AG – por isso que pra mim o mais importante é a gente estar entre os nossos, porque minimamente a gente vai se entender eai igual eu e esse menino [rapaz que ela se relacionou na época] a gente lida com isso de formas diferentes, mas nos lugares de tipo: eu olho o jeito que ele lida e acho interessante isso... massa, e é um jeito de lidar e ele faz a mesma coisa comigo então a gente vai tendo essas trocas, que eu nunca, em hipótese nenhuma teria com uma pessoa branca

MRV – certo, você vê, Angela, alguma possibilidade de superação desses estereótipos assim?

AG – não... acho que não. Acho que tá muito enraizado... e assim, mesmo que utopicamente acontecesse uma revolução e a gente conseguisse acabar com o racismo estrutural no Brasil isso ainda ia estar na nossa mente e na mente das outras pessoas – Angela em entrevista do dia 09/06/2022

É necessário também que, nos debrucemos novamente sobre as teorias trabalhadas por Zanello, mas não deixemos de incluir um maior letramento racial, para melhor tratar dessa *economia dos afetos*. Essa economia está diretamente ligada com o fato de que nossos afetos também são invadidos pelo capitalismo e pelas noções presentes nele, uma delas é justamente a de valor. Zanello (2018) nos apresenta essaa ideia sobre como as questões que levam a escolha de parceiros está ligada também ao que o "mundo masculino" atribui como sendo valoroso a uma mulhe. Essa lógica quase que mercantil das relações pode até ser resgatada pelas teses Zygmunt Bauman (2004) sobre o amor.

Diante dessas categorias sociais, são assumidos papéis específicos em nossas relações, de forma a serem tão invadidas por esse ideal de trocas e suas consequências, que toda intimidade é tomada por ele e passamos a experenciar o afeto através dela. Um dos motivos que observo, e isso vale para toda e qualquer tipo de relação (apesar de ter

focado nas relações romântico-amorosas), é não só as diferentes formas de dependência que são geradas através desses marcadores de diferença dentro das relações (mesmo que não sejam tão evidentes) e toda pressão que os atos de dar, receber e retribuir cria dentro desse espaço, gerando anseios como culpa, responsabilizações descabidas, a própria dívida, medo e os próprios conflitos que aparecem quando algum desses estágios é interrompido pela falta de alguma retribuição ou até mesmo a recusa em receber.

Partindo dessa realidade, há toda essa narrativa para chegar em um ponto muito importante inclusive para minha análise: as mulheres e seu *valor*. Bom, se estamos trabalhando com a ideia de valor, estamos falando de uma *economia dos afetos* e de um *mercado sexual,* afinal: "tudo é matéria de transmissão e de prestação de contas" (MAUSS, 2017, p. 210). Temos então termos que se ligam diretamente à análise marxista sobre o capitalismo (MARX, 2011), levando em conta essas instâncias de se gerar/adquirir *valor* (aqui principalmente valor sexual, mas também valor emocional e financeiro), para escolher as pessoas certas com a finalidade de *explorá-las*, também levando em conta o valor genético para possível reprodução e a possibilidade de explorar isso de forma a não "manchar" sua linhagem.

A questão é: se quem define esse sistema de valor nessa economia do afeto, que local ocupam as pessoas que mal tem sua humanidade reconhecida pela elite no poder? Em que lugar essas mulheres negras cis ou trans se encontram até mesmo nas relações familiares nessa atribuição de valor mesmo que sejam as mais exploradas sistematicamente em todas as relações? Esse sistema que busca reger os valores humanos para as relações é um dos principais culpados por essa noção interna de que elas não bastam e que é necessário ficar se provando o tempo inteiro para que faça sentido manter uma relação com elas, nesse momento percebemos que claramente as relações não só são tomadas por uma hierarquia (normalmente quem tem o poder de escolha/decisão), mas também uma dominância que invade tais subjetividades de uma forma que as aprisiona em um ciclo de servir, doar e serem exploradas, como podemos ver nessa fala de Ângela, que acha estranho o ato de impor certos limites e até pouco tempo, não sabia definir sequer o que era aceitável ou não em uma relação:

AG - Ou eu sou a sexualizada, a clarinha, ou eu sou o corpo não tolerado porque eu sou uma mulher gorda e LGBT então isso também pega, essa dicotomia [...] aí também tem o que depois que as pessoas me conhecem e vem que eu sou legal eu não sou tipo, barraqueira e nem vou bater nelas é a de mãezona, de que eu vou cuidar de todo mundo [...] e isso me incomoda um pouco [...] Eu sempre estive nesse lugar, de ser a mina negra que acolhe até nos meus relacionamentos e tipo, só tive relacionamentos com caras negros e foi muito nesse lugar de eu

acolher eles e as dores deles e tudo mais e nem sempre ter essa volta e agora estou na minha fase de solteira de que "não aceito menos do que eu mereço" e tem sido super complicado porque eu tô me relacionando com umas pessoas super que compreendem isso, só que eu não tô aberta pra isso aí eles ficam "vei, deixa eu cuidar de você!" e eu fico "deixo, eu só não sei como!" [risos] [...] [sobre o que ela entende como algo que ela merece e o que ela não merece dentro de relações] nossa... às vezes eu fico pensando nisso e às vezes eu fico: meu deus isso é tão básico para eu estar impondo isso agora... mas o mínimo, sabe? Ser escutada, saber que a pessoa que eu estou me relacionando entenda todas as questões que eu carrego de ser uma mulher preta, gorda, bissexual, que mora na periferia e que tem que trampar e fazer mil coisas na vida, ser assumida e ser respeitada vei... eu acho que é tipo isso e é bizarro porque é o mínimo e tipo assim, como isso não era uma questão pra mim antes? – Ângela em entrevista do dia 09/06/2022

A realidade, Ângela, é que para pessoas que ocupam o mesmo lugar que você, o "básico" que é acessível para tantas pessoas, não está tão acessível para você, infelizmente. É então que ela nos mostra muito bem o retrato de sua vida: a pessoa negra, principalmente a mulher negra, está em um lugar de saber amar, mas raramente sabe ser amada e aceita ser cuidada como cuida, uma vez que foi reforçada intensamente que seu papel era servir. Nessa questão ainda de saber o que é bom para si, trago a obra de Luedji Luna, denominada "Ain't I a Woman?"[76], lançada em 2020 e que em parte de sua letra contém os dizeres: "E você vai beber no inferno// No inferno // Eu sou a preta que tu come e não assume // E não é questão de ciúmes // Tampouco de fé // Por acaso eu não sou uma mulher? (LUNA, 2020)".

Luedji Luna nos traz uma perspectiva que "não ser uma mulher" está ligada à essa desumanização, e quando falamos das vivências trans, algumas violências nesse sentido são ainda mais escancaradas. Como trabalhado por Ariane Moreira de Senna (2021) em sua dissertação, as relações que giram em torno de corpos trans vão além do abandono e chegam à questão da exclusão, são relações afetivas muitas vezes marcadas não só pela negação mas pelo contestação constante de suas existências gerando episódios que são recorrentes em suas histórias, como o de mandar para fora de casa, as violências físicas e outras como tentativa de "cura" dessa "anomalia" e até mesmo as tentativas de assassinato (SENNA, 2021). A vivência dessas pessoas, de acordo com a pesquisadora, é cheia de cuidados próprios que visam sua sobrevivência e até mesmo a supressão de seus momentos de transição para que não desencadeie desavenças capazes de terminar suas vidas (2021), vai para algo até mesmo além das negações de afeto e já se encontra em uma necessidade de *impedir* a existência de pessoas como elas.

[76] O nome da canção faz referência inclusive ao discurso de Sojourner Truth, como mostra o Portal Geledés https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/. Link da canção disponível nas referências.

Quando se trata de questões afetivo-sexuais, algo que marca muito suas vivências até pelas situações de marginalização que são impostas (com as expulsões de casa e mecanismos de sobrevivência) é a seara da prostituição, onde muitas e muitos encontram uma possibilidade mesmo que mínima de se garantir uma vida digna (SENNA, 2021) e até mesmo de constituir famílias. Esse cenário não é único da vivência de pessoas trans, há um contingente de mulheres negras cis que acabam aderindo à essa profissão pelos mesmos motivos, o local em que se encontram sem perspectiva de liberdade financeira, os inúmeros casos de abandono parental, estupros e outras questões emergenciais (NUNES, 2015). Apesar de que isso é reforçado com o fato de que um dos mais violentos estereótipos é essa associação de mulheres negras cis e trans à prostituição ou promiscuidade e o juízo de valor que define isso como necessariamente negativo e carregado de preconceitos.

Senna então nos elucida um pouco mais sobre essas vivências e nos traz que, para além da sexualização, suas vivências afetivas estão muito ligadas aos fetiches e que esse tipo de coisa são fronteiras constantes na busca de pessoas trans para qualquer aprofundamento de relação que leve a seu estágio conjugal, o local que se assume automaticamente é que seus corpos estão sempre trabalhando com esse mercado sexual:

> É constante o fato de ser abordada ou intimada por algum contato via rede social, por algum homem que, antes mesmo de perguntar meu nome, me pergunta sobre quanto é o valor do programa e onde eu atendo. Essas são experiências que já me fazem não mais ter energias para ficar rebatendo, mas preciso falar aqui sobre o que se pensa de privilégios como uma armadura que faz com que o mal não mais me atinja. Sou psicóloga, ativista social, conhecida em todo o Brasil dentro da comunidade LGBTI+, mas esses méritos não tem me blindado de vivenciar esse tipo de coisa. Como lidar com isso? Acho que entendendo que se trata de uma transfobia que é estrutural e que tal lógica vem de uma historicidade de marginalidade em que a prostituição tem sido o único espaço para que Mulheres Trans e Travestis pudessem e possam construir seu capital e bens. É preciso aceitar essa ideia que já está posta há décadas, muito antes da minha existência. Sendo assim, vou tentando lidar com esse problema que é meu, mas que, ao mesmo tempo, nunca foi meu (SENNA, 2021, p. 126-127)

Por fim, o que percebo e até uma obviedade a esse ponto é que: até mesmo para gente, entender pessoas negras como merecedoras de amor é um local de alta manutenção tanto para nós quanto para nossos pares. Não deixar que as violências diárias roubem de vez a vontade de viver certas coisas, como nos trouxe Ângela e também Conceição, é um exercício constante e extremamente cansativo. Para elas, é um constante medo em se arriscar a cada movimento podendo se expor a um risco mortal, uma armadilha de manipulação, uma relação abusiva e violências que mesmo sem serem mortais, as matam

de pouco em pouco no dia a dia. É lidar com o peso de se sentir um eterno incômodo, de ter que se provar a todo o tempo, de ter que reafirmar sua humanidade sempre que necessário, de saber medir quando é seguro expor suas vulnerabilidades, para muitos é estar sempre pisando em ovos porque ser uma pessoa negra consciente é sempre estar com raiva. É correr diversos riscos, dentre eles, ser uma pessoa negra com coragem de se doar ao afeto em um país como o Brasil.

Considerações Finais

A você, que se dedicou à leitura dessa dissertação até esse momento, eu agradeço profundamente por sua dedicação e interesse de ler sobre essa contribuição que tento trazer para a academia científica, apesar de ter ouvido diversas vezes que as emoções não levam a nada. Entretanto, peço que espere mais um pouquinho para que eu possa amarrar algumas pontas sobre as análises aqui presentes.

Algo que eu torço para que tenha ficado claro, é que essa dissertação vai para além da análise de vivências e da experiência da pessoa negra no Brasil e sua capital, mas visa também aprofundar nas partes mais internas do "ser negro", o quanto nossa vida é atravessada pela branquitude e suas noções hierarquizantes, ou seja, atravessada por tudo aquilo que faz da nossa vida esse misto de medo, raiva, tristeza, insegurança, ansiedade e revolta.

A possibilidade de se trabalhar algumas dessas categorias que foram essenciais aqui, como a da própria emoção, o *ser afetado* do pesquisador e até mesmo as questões mais profundas e conceituais no que diz respeito à construção de sujeitos e as influências histórico-sociais desse processo se dão muito pelo que antes fora comentado: a abertura que a antropologia hoje praticada no Brasil tem em termos de interdisciplinaridade. Dentro de uma ciência que se abre para as práticas de decolonialidade, vejo essa pesquisa aqui apresentada a vocês como um feliz exemplo dos lugares que a antropologia enquanto ciência e disciplina se permitem chegar, como as análises que envolvem subjetividades tão amplas como as emoções vêm ganhando força e espaço em um fazer científico que até pouquíssimo tempo atrás se segurava em um "rigor científico" puramente europeu e excludente, mas hoje nos permite olhar para a realidade ao nosso redor com nossos próprios olhos.

Como dito no início, não seria possível realizar tal pesquisa sem se fazer política, não seria possível me propor a dialogar com a minha população sobre nossas fragilidades, dores e esperanças sem me pôr em campo como também sendo alvo desse trabalho. Há outras pesquisas que vieram muito antes de mim que se reafirmam nesse sentido e nos deixam claro que fazer ciência no sul global, em um contexto de marginalização social e subalternidade principalmente, é assumir a necessidade de lutar contra narrativas coloniais e imperialistas, coisa que vejo ser provada através dessas práticas antropológicas há anos. É então dentro desse cenário que vi a possibilidade de trazer a

sensibilidade necessária para entender o local de vulnerabilidade que estamos enquanto comunidade. Sigo o caminho daqueles que vieram antes de mim nesse espaço acadêmico, de forma a me propor trabalhar essa antropologia com os olhares nivelados e nunca mais de um olhar superior.

No que se diz respeito à cidade, a nossa capital executa perfeitamente aquilo que seu projeto propõe: separar o centro do poder do seu povo e permitir que aqueles que estejam próximo dele seja justamente a elite. Vejo Brasília com sua arquitetura inspiradora, sua história mal contada, seus bairros segregados, sua força policial omissa que protege descaradamente a elite e seu histórico de governadores conservadores e fundamentalistas religiosos, como um lugar propício para que se floresça todo e qualquer tipo de ódio contra minorias e que seja proposital toda dificuldade que enfrentamos para tentar sobreviver nesse contexto. Essa sobrevivência muito depende na luta contra o apagamento e despertar aquilo que ele chama de "memórias subterrâneas" (POLLAK, 1989, p. 04).

> As experiências de masculinidade, negridade e branquidade que analiso aqui devem ser entendidas como eventos historicamente situados, que precisam de uma explicação particular (da especificidade se sua realidade material e suas implicações) e que, ao mesmo tempo, produzem novas explicações a partir de uma consciência específica desta realidade (VIGOYA, 2018, p. 26).

Apesar disso tudo, sobrevivemos, mas não como gostaríamos. Alguns diriam que a conclusão de meus interlocutores sobre se afastar de pessoas brancas em seus principais ciclos sociais é um exagero, ou até mesmo uma forma de segregação moderna. Mas realmente, lendo o que foi trazido até aqui, sobre a dor enfrentada por nós, sobre as violências que cada um sofreu, sobre os depoimentos e estudos que há anos apontam essa resolução, devemos nos sentir *culpados* por querermos aquilombar? Principalmente quando vivemos em um país que o racismo é um crime sem rosto, sem culpados e sem responsáveis, justifica-se na estrutura toda responsabilidade do branco ser racista para que o próprio possa se isentar do fato de ter criado e perpetuado o racismo como conhecemos. Nesse cenário, tentar nos culpar pela necessidade de reformular nossos arredores sociais e afetivos é querer nos responsabilizar pela legítima defesa de uma agressão, é necessário que a branquitude entenda que ***violência*** não está somente no ato físico, mas que também a própria injúria racial já se caracteriza como tal, e devemos sim procurar formas de redução de danos para sair da esfera de sobrevivência e passar a ter uma vida digna e mais tranquila, coisa que *eles* não farão por nós.

Tanto Jorge, como Ângela e Conceição (três pessoas de idade e fases de vida distintas) chegaram nessa mesma conclusão quando lhes foi perguntado que tipo de resolução eles enxergavam a curto prazo para se ter uma vida com um pouco mais de paz. Agora, se buscar esse afastamento vem sendo um ponto em comum, a branquitude vai se atrever a criar um discurso de que (assim como naqueles que são contra as cotas raciais) a população racializada está buscando um *apartheid* no Brasil, mas não passa por eles nem um segundo o mínimo de decência de buscar entender que esse tipo de movimentação ocorre quando nos vemos extremamente marginalizados e sem condições algumas de habitar os mesmos meios daqueles que nos querem mortos.

Quando passo então a buscar o entendimento dessas questões no mundo das construções de gênero, o fenômeno da raça enquanto marcador racial se faz muito mais presente do que eu poderia imaginar. O tipo de experiência que foi compartilhado conosco aqui se encontra em diversos pontos justamente pelo fato de que antes de tudo, antes de nossos corpos mesmo, o que chega é a negritude, *é o ser negro*, é o ser animal, desumano, violento, sexual... ***somos a ameaça primordial***, né?

Esse contexto de tanta violência é que estamos submersos quando tentamos criar qualquer referência positiva de afeto, quando tentamos nos convencer de que merecemos ser amados da mesma forma que merecemos amar. E nesse trabalho eu disse diversas vezes ao meu orientador que estava feliz e triste com a pesquisa por dois motivos: 1) feliz porque ela existe; 2) triste, pois o fato dela existir significa que há uma grande população negra em sofrimento por questões afetivas e amorosas, negando sua negritude e vivendo a solidão e o abandono que só uma sociedade racializada produz. O que não sabia até ingressar em campo é que a conclusão seria a mesma de meus interlocutores: se esses problemas estão ligados a tensões de raça, sexualidade, classe e gênero, e a branquitude é responsável por consolidar essas categorias e suas hierarquias, então essa afetação é quase inteiramente responsabilidade da branquitude, a qual devemos parar de ver como sinônimo de humanidade e evolução.

Até aqui, alguns de vocês podem ver muito pessimismo nesse trabalho por parecer um amontoado de coisas negativas e poucas coisas positivas que conseguimos resgatar dessa experiência que é ser negro no Brasil e para isso só posso lhes dizer: nós tiramos leite de pedra para buscar uma felicidade que nos é negada a mais de centenas de anos. Ainda não conseguimos escapar dessa lógica de sentir a raiva e ser afetado pelo ódio que

a branquitude nos imputa diariamente. Sim, parece que a felicidade não é um direito nosso, e é por isso que lutamos por ela.

É sintomático, como trouxe Schucman, o tanto que é mais fácil nos reconhecermos negros e negras no Brasil através das experiências negativas como enquadros policiais e outros episódios de racismo envolvendo nosso cabelo, traços e pele do que através de experiências positivas onde há exaltação de nossos traços, fenótipos e onde não sejamos atingidos por uma violência que nos "valide" como uma pessoa negra (SCHUCMAN, 2023, p. 60-61).

Entretanto, volto ao que disse em tópico anterior e em acordo com a visão de Bruno Santana. Esse trabalho, apesar de difícil execução por questões emocionais, me resgatou a esperança de que existe uma potência na união de povos racializados e na possibilidade não de descontruir com as noções que nos foram impostas por um movimento hegemônico da branquitude, mas pela possibilidade de *destruir* aquilo que nos mata e fundar novos referenciais que sejam possíveis de abraçar a ideia de que: não se faz luta antiracista sem também se posicionar contra o machismo, LGBTfobia, capacitismo, misoginia e também o capitalismo, pois todas essas questões têm o mesmo berço que o racismo. Ouvir as preocupações de Ângela e Conceição com seus irmãos mais novos que são jovens homens negros, me resgatou essa perspectiva de que fora ou dentro da academia é possível criar referenciais saudáveis e que não estejam preocupados em gerar uma hierarquia social ou dos afetos.

Entendo então nessa jornada que uma das questões que mais me chamou atenção é que para além da confluência entre meus interlocutores sobre suas ideias e histórias de vida dentro dos assuntos trabalhados aqui, houve também um entendimento e busca dos três por uma ação comunitária, para que, nos espaços segregados de Brasília a negritude floresça em comunidade. Ao mesmo tempo podemos perceber que na literatura científica, quem mais se preocupou com a ideia de que é necessário unir as lutas diversas foram as escritoras mulheres, que se preocuparam com o homem negro da mesma forma que nos preocupamos com nós mesmos e isso é notório, infelizmente.

Podemos chegar ao fim dessa discussão trazendo que a branquitude infelizmente triunfa muito bem em nos isolar e convencer a nós mesmos que nossa negritude seria uma maldição. Porém, também podemos perceber que é um boicote ativo de que o amor, a fraternidade e a liberdade cheguem de fato na população negra, como disse bell hooks

(2022), somos “perigosos demais” para ter algum tipo de espaço pra triunfar. Agora esse perigo não se traduz na ameaça social e biológica, mas sim na luta contra normativa e pelo fim de um Estado racista e comandando pela elite branca, ainda mais por essa não ser a maioria no país. Logo, é através desse cenário que a população negra deve buscar prevalecer, mas para além de tudo, buscar dentre aquilo que lhes é negado, o direito de um afeto pleno que se traduz na felicidade e no viver, ao invés de uma sobrevivência marcada de dores e violências.

É então que após ter resgatado essa perspectiva, vejo que já foi tempo de nos permitir viver na solidão e no abandono, já foi tempo de naturalizar as negações e rejeições que lidamos a vida toda, pois há um resgate de uma ética do amor acontecendo, como previsto por bell hooks (2001). E para parafrasear Rico Dalasam: “o que sabemos sobre o amor, nós inventamos” e sempre foi assim, há muito tempo que é assim. Para que caibamos de verdade em algum lugar, somos sempre nós por nós em uma eterna fuga da lógica de opressão que sempre nos alcança, em busca de um lugar seguro para que possamos ser vulneráveis e que para possamos finalmente, alcançar uma humanidade que não seja sinônimo de branquitude.

Referências Bibliográficas

ABU-LUGHOD, Lila. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação?: reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus outros. v. 20, n. 2, p. 451–470, 1 ago. 2012.

AMATO, Bruna.; FUCHS, Jéssica Janine Bernhardt. Discursos de ódio de gênero e subjetivação: articulações entre masculinismo e ectrema-direita. In: Violência e Gênero: análises, perspectivas e desafios, p. 77–92, 2022.

AQUINO, Jânia Perla D. Etnografando assaltos contra instituições financeiras: a publicação da pesquisa, seus impasses e desdobramentos. Iluminuras, Porto Alegre, v. 16, p. 184-210-, 2015.

ASSIS, Leandro; OLIVEIRA, Triscila. Os Santos: uma tira de ~~humor~~ ódio. Publicação semanal, 2020-2023. Disponível em: https://twitter.com/leandroassis73

BARROSO HOFFMAN, Maria. Fronteiras étnicas, fronteiras de Estado e imaginação da nação: um estudo sobre a cooperação internacional norueguesa junto aos povos indígenas. Rio de Janeiro: E-papers: Museu Nacional, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BILL, MV; CDD, Kmila. Estilo Vagabundo, Parte 1. Rio de Janeiro: Universal Musical Group, 2007. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xTef7B-3o7o

BRASIL. Sisdepen: Estatísticas Penitenciárias/ INFOPEN ciclo junho de 2022, 2022. Disponível em:https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-analiticos/br/brasil-jun-2022-12ciclo.pdf/view

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Editora Civilização Brasileira, 2020.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: O trabalho do antropólogo. São Paulo: Unesp, 2000. p. 17 a 36.

CARULA, Karoline. ELAS COMPRAVAM, VENDIAM E CASTIGAVAM: MULHERES BRANCAS NOSULESCRAVISTADOSESTADOSUNIDOS. Afro-Ásia. 2021; (64):627-635

CARUSO, Haydeé et al. A delinquência juvenil em perspectiva comparada: uma análise bibliométrica dos estudos nas Ciências Sociais (2008-2018). **Revista TOMO**, n. 36, p. 79–110, 1 fev. 2020.

CHATTERJEE, Partha. (2004). Colonialismo, modernidade e política. Salvador: Edufba/ Ceao.

CODEPLAN. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. A população negra no Distrito federal – Analisando as Regiões Administrativas, 2014. Disponível em: https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Popula%C3%A7%C3%A3o-Negra-no-Distrito-Federal-Analisando-as-Regi%C3%B5es-Administrativas.pdf

_____. 63,9% dos negros do DF moram em RA de média e baixa renda. Distrito Federal: Agência Brasília (GOV), 20/11/2019. Disponível em: https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2019/11/20/639-dos-negros-do-df-moram-em-ra-de-media-e-baixa-renda/

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Boitempo Editorial, 2021.

COSTA, Joaze Bernardino;GROSFOGUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. v. 31, n. 1, p. 15–24, 1 abr. 2016.

COSTA, Ana Clara Gomes. Emoções sociais: o corpo negro feminino como "condicionante emocional". In: Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros:(re) existência intelectual negra e ancestral-18 anos de enfrentamento. 2018.

COSTA, Julia Marques Dalla. O "agir temerário, fraudulento e tirânico": a antropologia e os antropólogos segundo a CPI da Funai e do Incra (2015-2017). 2019.

DAS, Veena & POOLE, Deborah (eds). 2004. Anthropology in the Margins of the State Santa Fé/Délhi: SAR Press/Oxford University Press.

DALASAM, Rico. Guia de um Amor Cego. São Paulo, Gravadora: Rico Dalasam, 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=R4YuUWAAMWo

DE SOUZA FILGUEIRA, André Luiz. Racismo ambiental, cidadania e biopolítica: considerações gerais em torno de espacialidades racializadas. Ateliê Geográfico, v. 15, n. 2, p. 186-201, 2021.

DECOTHÉ, Marcelle; CRUZ, Monique. Novas formas de controle policial na perspectiva da cartografia social: mobilidade racial urbana. In: Mobilidade Antirracista/Org. Daniel Santini, Rafaela Alberfaria e Paíque Duques Santarém. Editora Autonomia Literária, São Paulo, 2021.

DE PAULA, Tainá. Gênero, raça e cidade: uma nova agenda urbana é necessária. In: Mobilidade Antirracista/Org. Daniel Santini, Rafaela Alberfaria e Paíque Duques Santarém. Editora Autonomia Literária, São Paulo, 2021.

DERNTL, Maria Fernanda. Além do Plano: a construção das cidades-satélites e a dinâmica centro-periferia em Brasília. In: XIV SHCU Cidade, Arquitetura e Urbanismo: visões e revisões do século XX, 2016, São Jorge. Anais do XIV Seminário da História da Cidade e do Urbanismo [recurso eletrônico]. São Jorge: IAU-USP, 2016.

DJONGA. conversa com uma menina branca. Minas Gerais, Gravadora: A Quadrilha, 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=K60JEbq-fQE

EMICIDA. Mandume. São Paulo, Gravadora Laboratório Fantasma, 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mC_vrzqYfQc

ERIKSEN, Thomas M. *What is Ethnicity?* (p.1-22); *Nationalism* (p.117-147) In: Ethnicity and nationalism: Anthropological perspectives. London: Pluto Press, 1993.

EXU DO BLUES, Baco. Sinto Tanta Raiva... . Salvador, Gravadora: 999, 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uzO71PF4X40

FANON, Frantz. Peles negras, máscaras brancas. Bahia: Edufba, 2008.

FAUSTINO (NKOSI), Deivison. O pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo. In: Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher / organização Eva Alterman Blay. – 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 75, 2014.

FGV. Mapa da Riqueza. Disponível em: https://cps.fgv.br/riqueza?utm_source=portal-fgv&utm_medium=fgvnoticias&utm_id=fgvnoticias-2023-02-14

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade. A vontade de saber, Vol. 1, 12ª edição. Rio de Janeiro: Graal, p. 127-149, 1999.

GAMA, Mariah Sá Barreto; ZANELLO, Valeska. Dispositivo amoroso e tecnologias de gênero: uma investigação sobre a música sertaneja brasileira e seus possíveis impactos na pedagogia afetiva do amar em mulheres. Gênero, subjetivação e perspectivas feministas. Brasília, DF: Technopolitik, p. 163-184, 2019.

GARCIA-SILVA, Sullyvan; LIMA JUNIOR, Paulo; CARUSO, Haydée. A VIOLÊNCIA URBANA E ESCOLAR NAS PERIFERIAS DE BRASÍLIA. Educação & Sociedade, v. 43, p. e248105, 2022.

GOMES, Nilma Lino. O processo de rejeição/aceitação/ressignificação do corpo e do cabelo. In: GOMES, Nilma Lino. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. São Paulo: Autêntica, 2019.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno (uma redefinição). In: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2007.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino americano. Rio de Janeiro: Editora Zahar, p. 75-93, 2020.

GROSSI, Miriam Pillar. Masculinidade: Uma revisão teórica. Mandrágora (São Bernardo do Campo), v. XII, 2004.

HERCULANO, Selene; PACHECO, Tânia. Racismo ambiental, o que é isso. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 2006.

HINE, Christine. Por uma etnografia para a internet: transformações e novos desafios. Matrizes, v. 9, nº 2, p. 167-173, jul./dez. 2015.

hooks, bell. All about love: New visions, 2000.

hooks, bell. Salvation. Black People and love. New York, 2001.

hooks, bell. A gente é da hora : homens negros e masculinidades. São Paulo: Elefante, 2022.

IANNI, Octavio. A racialização do mundo. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 1-23, maio de 1996.

IPEA. Atlas da Violencia v.2.7 - Atlas da Violência 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020

IPEA. Atlas da Violencia v.2.7 - Atlas 2022: Infográficos. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/244/atlas-2022-infograficos

LA TAILLE, Yves Joel Jean Marie Rodolphe de e OLIVEIRA, M K e DANTAS, H. Piaget , vygotsky , wallon: teorias psicogeneticas em discussao. . Sao Paulo: Summus.

LAJOLO, Marisa. A figura do negro em Monteiro Lobato. Presença pedagógica, v. 4, n. 23, p. 23-31, 1998.

LEMOS, Guilherme Oliveira. De Soweto à Ceilândia: siglas de segregação racial. Paranoá: cadernos de arquitetura e urbanismo, v. 18, n. 18, 2018.

LEMOS, Guilherme Oliveira. No dilacerar do concreto: as histórias dos apartheids entre as satélites de Brasília e as townships de Joanesburgo (1955 – 1971). 2022. 264 f., il. Tese (Doutorado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

LIMA, Ari; CERQUEIRA, Filipe de Almeida, 2012. “Identidade Homossexual E Negra Em Alagoinhas”. Bagoas, v. 1, n. 1: 1-17.

LIMA, Juliana Vinuto; LIMA, Juliana. DOSSIÊ "ENQUADRAMENTOS DE ESTADO E VIOLAÇÕES DE DIREITOS". **Revista Ambivalências**, v. 6, n. 12, p. 04-18, 2018.

LORDE, Audre. Sou sua irmã: Escritos reunidos e inéditos. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

LUNA, Luedji. Ain't I a Woman. São Paulo: YB Music, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MitlOw_f_9g

MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MONSMA, Karl. Racialização, racism e mudança: um ensaio teórico, com exemplos do pós-abolição paulista. In: XXVII Simpósio nacional de história. Natal: ANPUH, 2013.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016. 2ª ed.

NASCIMENTO, Beatriz. Uma história feita por mãos negras. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

NOBLES, W. W. (2009). Sakhu Sheti: retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado. In E. L. Nascimento (Org.), Afrocentricidade. Uma abordagem epistemológica inovadora (Coleção Sankofa: Matrizes Africanas da Cultura Brasileira, 4, pp. 277-297). São Paulo: Selo Negro

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. Tempo Social [online]. 2007, v. 19, n. 1.

NUNES, Alyne Isabelle Ferreira. Prostituição feminina negra: uma análise da violência racial e de gênero na trajetória de vida. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2015

OLIVEIRA DA SILVA, Eliaidina. W. A MULHER NEGRA E O ESTIGMA DE EMPREGADA DOMÉSTICA, CAUSAS DE VULNERABILIDADES E EXPOSIÇÃO AO COVID-19. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S. l.], v. 13, n. 36, p. 729–755, 2021.

OYÈWÚMI, Oyèronké. Family bonds/Conceptual Binds: African notes on Feminist Epistemologies.Signs,v. 25,n. 4:1093-1098, 2000. Tradução para uso didático por Aline Matos da Rocha.Versão em português.

OYĚWÙMÍ, O. Beyond Gendercentric Models: Restoring Motherhood to Yoruba Discourses of Art and Aesthetics". In: African Intellectuals and Decolonization, edited by Nicholas M. Creary, Ohio University Research in International Studies Africa Series No. 90 Ohio University Press, 2012, p. 160-176.

PANTOJA, Selma. "Parentesco, comércio e gênero de confluência de dois universos culturais", Identidades, Memórias e Histórias em terras africanas. Brasília: LGE, 81-97, 2006

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

PINHO, Osmundo. Etnografias do brau: corpo, masculinidade e raça na reafricanização em Salvador. Revista Estudos Feministas, v. 13, p. 127-145, 2005.

_____. Tiroteio: violência e subjetificação no pagode baiano. Em Antinegritude: o impossível sujeito negro na formação social brasileira, editado por Osmundo Pinho e João H. C. Vargas, 121-42. Cruz das Almas: FT/Editora Universidade Federal do Reconcavo da Bahia/Uniafro.

_____. "Putaria": masculinidade, negritude e desejo no pagode baiano. **Maguaré**, v. 29, n. 2, p. 209–238, 2015.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

RIBEIRO, Milton. A etnografia urbana, o isolamento e as pesquisas em sexualidades em tempos de covid-19: Um olhar partindo da amazônia**.** Novos Debates, Brasília, v. 5, n 1-2, jan./julho 2019.

SALLES, Cláudio. O QUE JOVENS E POLICIAIS DA PERIFERIA DE BRASÍLIA TÊM A DIZER? UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA SOBRE IDENTIDADES, REPRESENTAÇÕES E VIOLÊNCIAS, 2018. Disponível em: https://www.ineac.uff.br/index.php/noticias/item/57-o-que-jovens-e-policiais-da-periferia-de-brasilia-tem-a-dizer-uma-analise-sociologica-sobre-identidades-representacoes-e-violencias

SANTANA, Bruno. Pensando as Transmasculinidades Negras. In: Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades. São Paulo: Ciclo Contínuo, p. 95-104, 2019.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor. Ed. Fósforo, 2023.

SEABARG, Taylor. The The Troubles of Interracial Dating. In: Best of Button August 2016 by Button Poetry, 2016. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=r0pb3l2GZms>

SENNA, Ariane Moreira de. Solidão da mulher trans, negra e periférica: uma (auto) etnografia sobre relações socioafetivas em uma sociedade cisheteropatriarcal. **Ufba.br**, 8 set. 2021.

SILVIA, Kely C. da. O poder do campo e o seu campo de poder. Série Antropologia, V. 385, 2005.

SOUZA, Thiago Barbosa Alves de. Canal do Thiagson: olhar de artemídia musical sobre o funk e a musicologia como entretenimento. 2019.

TAVARES, Breitner Luiz. Na quebrada, a parceria é mais forte-Juventude hip-hop: relacionamento e estratégias contra a discriminação na periferia do Distrito Federal. 2009.

TAVARES, Breitner Luiz. MERCADOS INFORMAIS E SOCIABILIDADES URBANAS NA PERIFERIA DE BRASÍLIA: o caso de Ceilândia – DF. Revista Brasileira de Gestão Urbana, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 23-32, set. 2017. ISSN 2175-3369.

VIANA, Matheus da Rocha. Decolonizando afetos: a presença do colonialismo na construção de afetos da população negra e a decolonialidade do ser. Revista Textos Graduados 5 (1): 69-84, 2020

VIANA, Matheus da Rocha. GT - 16 "DE ANIMAL A VAGABUNDO: A CONSTRUÇÃO DO HOMEM NEGRO E SUAS MASCULINIDADES NA SOCIEDADE BRASILEIRA".. In: VII

REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA - REA, MIGRAÇÕES, DESLOCAMENTOS E DIÁSPORAS: VIOLAÇÕES DE DIREITOS. Anais. Boa Vista(RR) UFRR, 2022.

VIANNA, Adriana; FACUNDO, Ángela. Tempos e deslocamentos na busca por justiça entre "moradores de favelas" e "refugiados". In: Revista Ciência e cultura, São Paulo, v. 67, n. 2, p. 46-50, Junho, 2015.

VIGOYA, Mara Viveros. As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

WINNIE, Bueno. A suposta agressividade de Tina e as dinâmicas do policiamento de tom. Revista Gama, 2023. Disponível em: https://gamarevista.uol.com.br/colunistas/winnie-bueno/a-suposta-agressividade-de-tina-e-as-dinamicas-do-policiamento-de-tom/

ZANELLO, Valeska. Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação. Editora Appris, 2020.

Referências Reportagens e Mídias Sociais

BARROS, Júlio. MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS: A FORMA MAL - INTENCIONADA DE PRIVATIZAR A EDUCAÇÃO. Distrito Federal: SINPRO-DF, 09/05/2022. Disponível em: https://www.sinprodf.org.br/militarizacao-de-escolas-publicas-a-forma-mal-intencionada-de-privatizar-a-educacao/

BITTENCOURT, Julinho. Comandante da PM ensina praças como atuar em região “importante” de Brasília; veja o vídeo. Distrito Federal: Revista Fórum, 21/07/2021. Disponível em: https://revistaforum.com.br/politica/2021/7/21/comandante-da-pm-ensina-praas-como-atuar-em-regio-importante-de-brasilia-veja-video-100716.html

BRAUN, Julia. Pelé sofreu racismo, mas fez muito pela representatividade negra, diz comentarista. São Paulo: BBC NEWS Brazil, 30/12/2022. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64122355

BRASIL DE FATO. **Coluna | Brasília, por que ignora sua segregação escancarada?** Disponível em: https://www.brasildefatodf.com.br/2023/04/21/brasilia-por-que-ignora-sua-segregacao-escancarada

DINO. Mulheres negras são as principais vítimas de feminicídio no país. Disponível em: https://valor.globo.com/patrocinado/dino/noticia/2022/07/20/mulheres-negras-sao-as-principais-vitimas-de-feminicidio-no-pais.ghtml

FUZEIRA, V. No Dia da Mulher, Nikolas Ferreira faz discurso transfóbico na Câmara. Disponível em: https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/no-dia-da-mulher-nikolas-ferreira-faz-discurso-transfobico-na-camara

G1-DF. Delegado da Polícia Civil sofre ataques racistas em lanchonete no DF. Distrito Federal: Portal G1, 08,08,2020. Disponível em: https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/08/08/delegado-da-policia-civil-sofre-ataques-racistas-em-lanchonete-no-df.ghtml

GIL, Luiz Mendes. 5 mitos sobre pessoas trans nos esportes. Disponível em: https://ponte.org/5-mitos-sobre-pessoas-trans-nos-esportes/

GELEDÉS. Caso Ari: o episódio de racismo que está na origem das cotas no Brasil. São Paulo, 12/07/2022. Disponível em: https://www.geledes.org.br/caso-ari-o-episodio-de-racismo-que-esta-na-origem-das-cotas-no-brasil/

LONGO, Ivan. Exclusivo: Em clínica de "restauração de sexualidade", Damares classifica homossexualidade como aberração. Disponível em: https://revistaforum.com.br/lgbt/2019/1/4/exclusivo-em-clinica-de-restaurao-de-sexualidade-damares-classifica-homossexualidade-como-aberrao-37506.html

LUIZ, Gabriel**.** Ibaneis compra casa mais cara já vendida no DF; mansão de R$ 23 milhões fica no Lago Sul, 2019 Disponível em: https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/02/28/ibaneis-compra-casa-mais-cara-ja-vendida-no-df-mansao-de-r-23-milhoes-fica-no-lago-sul.ghtml

MASCARENHAS, Isac. A cada 48 horas, três pessoas sofreram racismo ou injúria racial no DF em 2023. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2023/04/5088252-a-cada-48-horas-tres-pessoas-sofreram-racismo-ou-injuria-racial-no-df-em-2023.html

MAX, Maciel. Reportagem na TV SBT Brasília. Distrito Federal: Max Maciel, 04/01/2023. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/CnAx5tasXCC/

MENDONÇA, Jeniffer. Negros são 84% das pessoas mortas pelas polícias no Brasil. Disponível em: https://ponte.org/negros-sao-84-das-pessoas-mortas-pelas-policias-no-brasil/

BRASIL, PC-DF. Informativo Criminal – Nº 04/2023, Racismo e Injúria Racial no DF (2020-2022), 2023.

PINHEIRO, Ester. Há 13 anos no topo da lista, Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas trans no mundo. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2022/01/23/ha-13-anos-no-topo-da-lista-brasil-continua-sendo-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo

REDAÇÃO PRAGMATISMO. "Na periferia eu matava todo mundo, mãe, filho, bebê", diz professor de curso da polícia. Disponível em: https://www.pragmatismopolitico.com.br/2022/05/na-periferia-eu-matava-todo-mundo-mae-filho-bebe-diz-professor-de-curso-da-policia.html

SILVA, Ana Maria. "Não gosto nem de lembrar", diz jovem agredido por PMs; Justiça condena o GDF. Distrito Federal: Correio Braziliense, 14/07/2021. Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/07/4937408-nao-gosto-nem-de-lembrar-diz-jovem-agredido-por-pms-justica-condena-o-gdf.html

TORRES, Felipe. Após privatização da CEB, Queixas sobre energia no DF sobem em 96%. Distrito Federal: Portal Metrópoles, 20/11/2021. Disponível em: https://www.metropoles.com/distrito-federal/apos-privatizacao-da-ceb-queixas-sobre-energia-no-df-sobem-96

Referências Imagens

Fig 1. Domínio público. Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Plano_Piloto_de_Bras%C3%ADlia#/media/Ficheiro:Bras%C3%ADlia,_Brasil.jpg

Fig. 3. Mapa do metrô. Disponível em: <https://joanisvaldotcom.files.wordpress.com/2014/04/mapa_df_menor.png >

Fig. 4. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/03/26/racismo-ambiental-foto-comparando-quantidade-de-arvores-em-duas-regioes-de-brasilia-viraliza-nas-redes-sociais.ghtml>

Fig. 6 e 7. INFORMATIVO CRIMINAL – N. 04/2023, Departamento de Inteligência, Tecnologia e Gestão da Informação, Polícia Civil do Distrito Federal. 18/01/2023.

Fig. 15. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/23/ha-13-anos-no-topo-da-lista-brasil-continua-sendo-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo>

Fig. 16. Disponível em: https://twitter.com/leandroassis73/status/1232982799969406976